

SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUÇÃO · SOCIEDADE BRAS

IUPERJ

O UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO · INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO

**O ENSINO E A PESQUISA NO
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS
DO RIO DE JANEIRO**

IUPERJ

SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUÇÃO • SOCIEDADE BRAS

UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO • INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO

**O ENSINO E A PESQUISA NO
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS
DO RIO DE JANEIRO**

Organizado por:
Violeta Maria Monteiro

SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUÇÃO - SBI

DIRETOR PRESIDENTE: Cândido Mendes de Almeida

SECRETÁRIO GERAL: Almir de Castro

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO - IUPERJ

DIRETOR EXECUTIVO: Wanderley Guilherme dos Santos

COLABORADORES:

1. CONGREGAÇÃO

Cândido Mendes de Almeida
Carlos A. Hasenbalg
Cesar Guimarães
Edmundo Campos Coelho
Fernando Uricoechea
HÉlio Jaguaribe
Luís Antonio Machado da Silva
Maria Regina Soares de Lima (Coordenadora do Programa de Mestrado
do IUPERJ)

Neuma Aguiar
Olavo Brasil de Lima Junior
Renato Raul Boschi
Simon Schwartzman (Editor da Revista DADOS)
Wanderley Guilherme dos Santos

2. COORDENAÇÃO EDITORIAL

Charles Pessanha (Co-editor Revista DADOS)

3. COORDENAÇÃO GERAL DE PROJETOS

Edson de Oliveira Nunes

4. COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Edson Luiz Vieira de Melo

5. COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Violeta Maria Monteiro

	Pag.
I - APRESENTAÇÃO	1
II - O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	
Currículo	5
Corpo Discente	6
Situação Ocupacional do Corpo Discente	10
Teses	11
Teses Defendidas e Aprovadas	11
Teses em Andamento	17
III - O PROGRAMA DE PESQUISA	
III.1 - PESQUISAS REALIZADAS	
1 - Formação Profissional da Mão-de-Obra	21
2 - Estereótipos da Memória Social Brasileira	23
3 - Demanda de Engenheiros: Expansão das Novas Uni- dades Produtivas, 1966-1973	25
4 - Populações Faveladas do Rio de Janeiro	27
5 - Aspirações Profissionais dos Estudantes de Ní- vel Médio na Guanabara	29
6 - Elites e Desenvolvimento	
6.1 - O Setor Financeiro no Brasil: Aspectos Históricos	31
6.2 - Elite Administrativa e Desenvolvimento .	34
7 - Empresário Brasileiro e Filantropia	37
8 - O Advogado e o Estado no Brasil	39
9 - Rio Megalópole: Pesquisa sobre a Frequência às Praias do Extremo Litoral Sul da Guanabara ...	41
10 - Aspirações Profissionais dos Estudantes de Ní- vel Médio de Belo Horizonte e São Paulo	43

11 - Mercado de Trabalho de Nível Superior: Oferta e Demanda de Advogados, Engenheiros, Economistas e Administradores	45
12 - Orçamentos de Tempo na Guanabara	47
13 - Mobilidade Geográfica das Personalidades Brasileiras	51
14 - Menores Infratores na Guanabara: 1964-1971 ...	53
15 - Abertura Política: Antecipações e Estimativas.	57
16 - Remoção: Um Estudo de Relocação de Favelados no Rio de Janeiro	61
17 - Pesquisa de Opinião Pública sobre o Instituto da Correção Monetária	63
18 - Totem e Tabu no Nordeste	67
19 - Tempo de Transformação no Nordeste	69
✓ 20 - Absorção de Técnicas de Previsão ao Processo Decisório Empresarial	73
21 - Caracterização de Candidatos e Alunos nos Programas de Mestrado em Administração de Empresas	79
21.1 - O Pós-Graduado da EAESP e o Curso de Pós-Graduação em Administração de Empresas.	80
22 - Estudo Comparativo sobre o Ensino de Administração nos Estados Unidos, França, México, Colômbia, Argentina e Brasil	83
23 - Dimensões do Planejamento Urbano: O Caso de Curitiba	91
24 - Tendências Atuais nas Ciências Sociais no Brasil	93
25 - Economias Administrativas de Escala: Efeitos do Tamanho sobre a Estrutura Administrativa da Empresa	95

26 - Manual de Conceitos e Indicadores em Estudos Organizacionais	97
27 - Caracterização de Candidatos, Alunos e Formados nos Programas de Mestrado em Administração de Empresas	101
28 - Explorações sobre Teoria de Controle Político: Coerção e Cooptação no Brasil	105
29 - Organização Patrimonial do Estado Brasileiro no Século XIX	109
✓ 30 - Impacto dos Programas Ferroviário e Siderúrgico na Formação de Técnicos de Nível Médio: Um Estudo Piloto	111
31 - Ecologia do Crime na Guanabara	113
✓ 32 - A Fusão: Políticas de Dispêndios	115
33 - Empresariado Nacional e Estado no Brasil	119
✓ 34 - O Processo Decisório em Organizações Complexas	121
III.2 - PESQUISAS EM ANDAMENTO	
✓ 35 - O Processo Decisório em Organizações Complexas	125
✓ 36 - Manual de Técnicas de Previsão	127
37 - Caracterização dos Candidatos, Alunos e Formados nos Cursos de Administração de Empresas-Replicação do Projeto de 1975	129
38 - O Desempenho do Programa Nacional de Treinamento de Executivos (PNTE) no Período 1973-1975..	131
39 - Representação e Desenvolvimento	133
40 - Turismo e Lazer	135
41 - Industrialização de Áreas Rurais	137
42 - Recursos Humanos e Problemas Operacionais do Estado	139
✓ 43 - Determinantes Sócio-Econômicos e Políticos de Políticas Públicas: Um Estudo Comparado da Po	

	Pag.
Política Educacional	141
44 - A Organização do Trabalho Acadêmico: Um Estudo das Universidades Brasileiras e das Políticas Acadêmicas	143
45 - Moradores de Ruas Próximas a Latifúndios e Minifúndios no Nordeste	145
46 - Relações Raciais no Brasil depois da Abolição.	147
47 - Estratos Ocupacionais de Baixa Renda	149
48 - Perfil Sócio-Econômico dos Parlamentares Brasileiros (8a. Legislação)	153
49 - Avaliação do Programa de Assistência Técnica Direta do Sistema CEBRAE	157
50 - Projeto Integrado CEBRAE: Supervisão e Consultoria	159
51 - Eleições Municipais Brasileiras, 1976 (Niterói)	161
IV - ANEXOS	
IV.1 - Rede Institucional	163
IV.2 - Participação em Seminários, Encontros, Congressos e Cursos	165
IV.3 - Pesquisas em Fase de Projeto	169

I - A P R E S E N T A Ç Ã O

O Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) é a unidade acadêmica de investigação e ensino de pós-graduação em Ciências Políticas e Sociologia da SBI - Sociedade Brasileira de Instrução (Conjunto Universitário Cândido Mendes).

Constituído em 1963, consolidou-se no biênio 1968/1969 quando, a partir da iniciativa de sua entidade mantenedora, a SBI, e da Fundação Ford, pôde não só ampliar suas áreas de pesquisa como dar início aos seus programas de pós-graduação, desde então credenciados pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e prestigiados pela Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Com o continuado apoio de entidades públicas e privadas nacionais e internacionais (Anexo IV.1), e com o estímulo da comunidade científico-sociológica (Anexo IV.2), vem in tentando realizar uma vocação de trabalho atualizado, não parquial, pluralista e cientificamente fundado, no campo das Ciências Sociais.

Esta publicação oferece, numa primeira parte, uma descrição de seus programas de pós-graduação, ora em nível de mestrado, mas cuja consolidação se planeja configurar em futuro programa de doutoramento. Aí aparecem informações pertinentes aos trabalhos de tese já realizados e aqueles em fase de elaboração por estudantes do programa pós-graduado.

Em capítulo subsequente, detalhada descrição das pesquisas já realizadas e em andamento permitirão aos interessados conhecer os esforços de investigação a que a Instituição se vem dedicando. A partir de tais esforços e dos planos de pesquisa ora em elaboração (Anexo IV.3) já pode o IUPERJ definir um conjunto de linhas prioritárias de trabalho futuro que virão a incluir áreas tais como: elites estratégicas e relações entre Estado e Sociedade; a sociologia das organizações complexas; e estudos de estratificação, mobilidade social e hierarquias de classe.

Desde 1966, vem o IUPERJ publicando a revista DADOS, com a qual não só dá publicidade aos trabalhos de seus

professores, pesquisadores e alunos, mas também - e de forma constante e sistemática - mantém um fórum permanente de divulgação do que há de mais relevante na produção dos cientistas sociais do país.

Procurando manter e fortalecer a necessária integração entre ensino e pesquisa, o LUPERJ pretende apresentar, com esta publicação, os elementos necessários para as avaliações críticas e as contribuições construtivas a que se deseja sempre exposto.

II - O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

O Programa de Mestrado do IUPERJ, criado em 1969, tem por objetivo a formação de cientistas políticos e sociólogos capazes de elaboração acadêmica independente, e hábeis na produção e análise dos dados necessários à criação intelectual. Estima-se que o mestre formado pelo Programa esteja bastante qualificado para o desempenho de funções docentes de nível superior.

A execução do Programa de Mestrado baseia-se na atividade docente e de pesquisa, de um corpo de cientistas políticos e sociólogos de comprovada competência profissional e permanente interesse na formação de novos investigadores. Além de oferecer a maior variedade possível de cursos à escolha do aluno, o programa procura manter, como norma de formação, o pluralismo intelectual indispensável à constituição de uma atitude científica não paroquial, sendo os alunos altamente estimulados a exercerem sem reservas seu espírito crítico, assim como a desenvolverem os estudos que consideram mais adequados à sua inclinação intelectual. Fundado numa perspectiva liberal da educação, o Programa de Mestrado busca promover a competência por meio do único critério de avaliação legítima no universo acadêmico - a persuasão racional.

CURRICULO

O Programa de Mestrado oferece cursos semestrais sobre diferentes temas dentro do campo da Ciência Política e da Sociologia e matérias conexas.

O currículo envolve um número de matérias objetivas em ambas as áreas de concentração (Teoria Política Clássica e Contemporânea, Teoria Sociológica Clássica e Contemporânea, Lógica da Investigação Social, Estatística), bem como uma ampla série de cursos opcionais em ambas as áreas. A título de ilustração, pode-se citar: (1) na área de Ciência Política: Análise Política, Políticas Públicas, Relações Internacionais, Cultura e Ideologia Política, Partidos e Grupos de Interesse, Elites e Teoria do Estado; (2) na área da Sociologia: Estratificação Social, Teoria das Organizações, Sociologia Urbana, Sociologia Rural, Relações Raciais, Sociologia da Família e Sociologia Clínica.

O Programa permite também a realização de cursos na área de concentração menor, em outras instituições de alta qualificação acadêmica, tais como, por exemplo, o Museu Nacional.

Técnicas didáticas envolvem cursos e seminários, laboratórios de pesquisa, leitura orientada e um seminário de orientação de tese.

O Programa é credenciado pelo Conselho Federal de Educação e vem recebendo apoio tanto de instituições públicas - como a CAPES e o CNPq - como doações de entidades privadas, em particular a Fundação Ford.

CORPO DISCENTE

Cento e cinquenta e dois (152) estudantes cursaram ou estão cursando o programa do IUPERJ. Os quadros apresentados a seguir revelam a Universidade e os cursos de origem dos estudantes.

QUADRO 1
CURSO DE GRADUAÇÃO

CURSO DE GRADUAÇÃO	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	TOTAL
Ciências Sociais	20	10	7	25	14	22	16	112
História	1	-	1	3	3	5	2	15
Administração Pública	2	1	1	-	-	-	1	5
Pedagogia	-	-	-	1	-	2	1	4
Psicologia	-	1	-	-	-	1	1	3
Direito	-	-	-	1	2	-	-	3
Economia	-	-	-	-	2	-	1	3
Filosofia	-	-	-	-	1	-	1	2
Nutrição	-	-	-	-	1	-	-	1
Física	-	-	-	-	-	1	-	1
Biblioteconomia	-	-	-	-	-	-	1	1
TOTAL	23	12	9	30	23	31	24	152

QUADRO 11
UNIVERSIDADE GRADUAÇÃO

	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	TOTAL
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA - RJ	11	1	4	3	3	7	0	29
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	-	-	-	11	3	9	8	31
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	7	3	1	4	4	5	3	27
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2	4	3	2	1	2	1	15
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO	-	1	-	2	5	-	1	9
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS - FGV	2	1	1	-	-	-	1	5
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	-	-	-	4	-	-	1	5
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	-	1	-	2	-	-	1	4
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	-	-	-	-	2	-	1	3
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	-	-	-	-	1	1	1	3
UNIVERSIDADE DE FILOSOFIA ARAQUARA - SP	1	-	-	-	-	-	1	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	-	-	-	-	1	-	-	1
UNIVERSIDADE NACIONAL BRASILEIRA	-	-	-	-	1	-	-	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	-	-	-	-	-	1	-	1
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	-	-	-	-	-	1	-	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	-	-	-	-	-	-	1	1
FACULDADE CÂNDIDO MENDES	-	-	-	-	1	-	-	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE SINDS - RGS	-	-	-	-	-	1	-	1
UNIV. DE FILOSOFIA SÃO TOMÁS DE AQUINO - UBERABA - MG	-	-	-	-	-	-	1	1
FACULDADE DE FILOSOFIA NOSSA SENHORA MEDIANEIRA - SP	-	-	-	-	-	1	-	1
FACULDADE DE FILOSOFIA CAMPO GRANDE	-	-	-	-	-	-	1	1
UNIVERSIDADE DE TRENTO - INDIA	-	-	-	-	-	-	2	2
UNIVERSIDADE DA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY	-	-	-	-	-	1	1	2
ANTIOCH COLLEGE - USA	-	1	-	-	-	-	-	1
UNIVERSIDADE DE MADRI - ESPANHA	-	-	-	1	-	-	-	1
UNIVERSIDADE STANFORD - USA	-	-	-	1	-	-	-	1
UNIVERSIDADE BERKELEY - USA	-	-	-	-	1	-	-	1
UNIVERSIDADE VENEZUELA	-	-	-	-	-	1	-	1
T O T A L	23	12	9	30	23	29	24	152

QUADRO III

SITUAÇÃO OCUPACIONAL, POR TURMA, DE ESTUDANTES DO IUPERJ EM 1975*

	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	TOTAL
Ensino Superior Público	4	4	-	4	1	3	4	20
Ensino Superior Privado	4	-	2	8	7	7	5	33
Ensino Médio	-	-	-	-	1	1	2	4
Pesquisa, setor público	3	-	1	3	4	3	2	16
Pesquisa, organizações privadas	9	1	2	8	5	12	4	41
(Pesquisa IUPERJ)**	(6)	(-)	(1)	(4)	(3)	(10)	(2)	(26)
TOTAL	20	5	5	23	18	26	17	114

Obs.: * A Tabela refere-se a 96 estudantes, o total (114) sendo maior em virtude de eventual acumulação de cargos. Em relação aos outros 56 estudantes, não há informação sobre 43 e 13 não trabalhavam em 1975.

** Quantitativos incluídos na categoria "pesquisa, organizações privadas" e, pois, não agregados ao total.

SITUAÇÃO OCUPACIONAL DO CORPO DISCENTE

No que se refere à situação ocupacional do corpo discente do Instituto, os dados apresentados acima, embora incompletos, permitem uma avaliação preliminar do impacto da pós-graduação do IUPERJ sobre o mercado de trabalho.

Dos 108 estudantes sobre os quais foi possível colher informações, 96 ocupavam, em 1975, 114 posições de ensino ou pesquisa, sendo que 53 no ensino superior das ciências sociais na área do Grande Rio e 57, em instituições públicas e privadas de pesquisa.

III - O PROGRAMA DE PESQUISA

Desde o início de suas atividades sistemáticas, em 1964, o IUPERJ desenvolveu uma série de linhas de pesquisas que envolvem, até o momento, 34 projetos já concluídos e 17 em andamento.

III.1 - PESQUISAS REALIZADAS

I - Formação Profissional da Mão-de-Obra

Técnico Responsável: Mirian Limoeiro Cardoso

Assistentes: Angela Maria Xavier de Brito

Flora Abreu Henrique da Costa

Jurema Bolshaw Gomes

Colmar Verçosa Mangueira

Luiz Antonio Machado da Silva

Órgão Conveniente: Ministério da Educação e Cultura - De
partamento Nacional de Educação
(MEC-DNE)

Relatório Final: 1964

A fim de fornecer ao Ministério da Educação e Cultura elementos capazes de nortear um planejamento global de investimento público em larga escala e de orientar o investimento privado no setor da educação teórica, este estudo foi desenvolvido dentro de dois objetivos fundamentais:

- 1) Levantar as necessidades de mão-de-obra, através da análise da situação dos setores econômicos, em função do desenvolvimento econômico, e do mercado de emprego e o da formação profissional de mão-de-obra no Brasil;
- 2) Levantar as principais necessidades para a implantação de uma política global de formação profissional.

A análise das contas nacionais demonstrou que a expansão dos setores econômicos, especialmente a indústria e o comércio, não é acompanhada por uma expansão paralela do emprego, o que resulta num contingente de mão-de-obra desempregada, ou, quando muito, subempregada, com tendência a se acentuar se não houver interferência externa que aja sobre suas causas.

No que se refere à formação profissional, a pesquisa demonstrou que a formação profissional de que se dispõe está muito aquém das necessidades brasileiras e se dirige, em maior proporção, aos setores em que é menos necessária. Portanto, o hiato formação-necessidade de mão-de-obra existente no Brasil não é observado apenas em termos quantitativos, pela parcela pequena que atende da população que deveria atender, mas também em termos qualitativos, pelos ramos a que se dedica em maior escala e pela forma de ensino de que se compõe. Este hiato só poderá ser superado quando o investimento público ou formação profissional atender às prioridades reclamadas pelo desenvolvimento econômico e for programado dentro do plano geral de investimentos.

2 - Estereótipos da Memória Social Brasileira

Técnico Responsável: Cândido Mendes de Almeida

Órgão Conveniente: Ministério da Educação e Cultura - De
partamento Nacional de Educação
(MEC-DNE)

Relatório Final: 1964

A partir da análise de uma amostra de operários e de estudantes universitários e secundários do antigo Estado da Guanabara procurou-se determinar o grau de conhecimento que os indivíduos possuem acerca dos principais problemas apresentados pela atual sociedade brasileira.

Neste sentido, a pesquisa revelou que:

- 1) Os estereótipos negativos tendem a se desenvolver com maior intensidade, do momento em que as relações mantidas pelos grupos são relações conflitantes;
- 2) Os estereótipos positivos tendem a se desenvolver a partir da cooperação existente entre os grupos;
- 3) A formação dos estereótipos na memória social de um indivíduo depende da sua posição na estrutura social. Através do relacionamento social mantido pelo indivíduo, que é condicionado pelo seu status sócio-econômico, ele ampliará e formulará suas imagens e elaborará idéias e crenças a respeito dos seres e dos eventos que o cercam;
- 4) Em relação aos grupos de fora, os estereótipos não possuem sempre um conceito negativo e desfavorável, já que, frequentemente, através da racionalização e da estereotipação é que partes conflitantes ou competidoras podem coexistir. Logo, os estereótipos, no caso, amortecem as relações intergrupais;
- 5) O indivíduo mais exposto aos meios de comunicação, apresenta um maior número de imagens estereotipadas já que, provavelmente, ele está mais aberto à sua influência, e, com isto, a partir da sua perspectiva diante da sociedade, amplia seus estereótipos, atualizando-os constantemente;
- 6) Os veículos de comunicação são escolhidos a partir dos estereótipos já possuídos pelo indivíduo, estereótipos esses que dependem do seu status sócio-econômico;
- 7) Os meios de comunicação só conseguem difundir novos estereótipos no momento em que recombina elementos estereotipados já existentes;

- 8) O conhecimento de um indivíduo em relação aos problemas so
ciais, está condicionado pela perspectiva que o seu status
sôcio-econômico lhe confere diante da realidade, que o tor
na mais ou menos aberto aos conflitos e aos problemas, e
também, a fatores como o tipo de educação-formação cultu
ral que este status tende a delimitar;
- 9) O conhecimento é estereotipado em maior ou menor grau em fun
ção da percepção e da exposição do indivíduo a conflitos e
problemas. Quanto mais nítida esta percepção dos conflitos
existentes na sociedade, mais intensa a formação dos este
reótipos.

3 - Demanda de Engenheiros: Expansão das Novas Unidades Produtivas, 1966-1973

Técnico Responsável: Equipe do IUPERJ

Órgão Conveniente: Ministério da Educação e Cultura - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - (MEC-CAPES)

Relatório Final: 1966

Através do levantamento dos projetos então em curso e/ou programados para o período 1966-1973, nas principais agências do desenvolvimento industrial no país, procurou-se estudar a estrutura provável da demanda de engenheiros, segundo o setor econômico gerador dessa demanda nos estados de Minas Gerais, Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

De uma maneira geral, a pesquisa revelou que:

- 1) Das 217 empresas amostradas, 71 revelaram necessidades adicionais de engenheiros para o período 1966/73, tendo sido pesquisadas, em cada setor, além das mais representativas, todas aquelas em que as características dos projetos a serem desenvolvidos indicavam prováveis necessidades de engenheiros;
- 2) As pequenas e médias empresas, em geral, indicaram não necessitar de novos engenheiros além dos que já dispõem, sendo para elas suficiente adicionar mão-de-obra de nível médio;
- 3) Das empresas que irão necessitar de engenheiros, no âmbito da pesquisa, 11 localizam-se em Minas Gerais, 14 na Guanabara e Rio de Janeiro, 33 em São Paulo, 1 no Paraná, 4 em Santa Catarina e 8 no Rio Grande do Sul;
- 4) A demanda de engenheiros no período considerado (1966/1973) e nas unidades da federação abrangidas foi estimada em 3.412 engenheiros para o período 1966/1973, sendo 1.337 eletricitistas, 561 mecânicos, 162 químicos, 267 metalúrgicos, 226 de operação, 225 de manutenção, 420 civis e 214 "outros" engenheiros sem especialização definida.

4 - Populações Faveladas do Rio de Janeiro

Técnicos Responsáveis: Renato Raul Boschi

Rose Ingrid Goldschmidt

Órgão Convenente: Conselho de Desenvolvimento das Comuni-
dades da Companhia Progresso do Estado
da Guanabara (CODESCO)

Relatório Final: 1970

•

A visualização da problemática da favela demonstrou que esta deve ser vista como um ambiente social integrador - antes que desintegrador - para os indivíduos que ali se encontram ou que para ali se dirigem, uma vez que a favela significa integração econômica para o indivíduo, num estágio inicial, representando a eliminação de custos com habitação e, em estágios sucessivos, investimentos em habitação, serviços comunitários etc. Do ponto de vista sócio-político, a favela também representa integração uma vez que os valores que poderiam caracterizar um tipo de vida urbana se aplicam com igual correção ao favelado.

O favelado, além da integração com o meio urbano que se dá em termos econômicos, é um indivíduo que participa da vida da cidade em todos os seus aspectos, apresentando os valores típicos da sociedade em que se insere, sofrendo os efeitos da comunicação de massa da mesma forma que os integrantes de outros setores sociais.

Do ponto de vista político, pode-se observar que o comportamento do favelado não difere substancialmente do de outros indivíduos de setores urbanos de baixa renda, ou seja, o seu comportamento político é coerente com os seus interesses, participando intensamente em função de fatores que estão mais próximos de sua experiência cotidiana.

Quanto à adequação de tipos de política para a atuação governamental frente a favelas, observou-se que não poderá haver uma atuação ou política adequada em si mesma. Serão necessárias diversas alternativas segundo os diversos estágios de integração em que se encontram os indivíduos.

**5 - Aspirações Profissionais dos Estudantes de Nível Médio na
Guanabara**

Técnico Responsável: Sonia Camargo

**Órgão Convenente: Secretaria de Educação e Cultura do
Estado da Guanabara**

Relatório Final: 1970

Este estudo preliminar baseia-se em um survey dos estudantes de 2ª e 3ª séries do ciclo colegial da Guanabara realizado em 1969 e foi desenvolvido dentro de quatro linhas básicas de observação: (1) as aspirações de carreira dos estudantes em termos de seu conteúdo, nível e consistência; (2) a distribuição destas aspirações na estrutura social; (3) o relacionamento entre o contexto social e a distribuição de certos fatores que facilitam ou dificultam o acesso às carreiras e a realização das aspirações; (4) diferenciais de classe importantes para as aspirações profissionais.

No que se refere ao primeiro item - o nível de aspirações dos estudantes, ou de "ambição", e o grau de consistência que manifestam - a pesquisa revelou que as aspirações estão relacionadas à estrutura social, não tanto pelo conteúdo das escolhas mas, antes, pelo nível de ambição que revelam. Observou-se, ainda, que o nível de ambição é um dos principais determinantes do grau de consistência dos planos de carreira, que é o aspecto do problema mais diretamente ligado à motivação educacional. A análise das origens sócio-econômicas dos estudantes universitários brasileiros, nos diversos estados e em todos os ramos de ensino, demonstrou que o nível de ambição e motivação dos estudantes de origem sócio-econômica inferior que se dirigem ao ensino superior é consideravelmente superior ao nível médio de seu estrato de origem.

Quanto à distribuição destas aspirações sociais, embora se tenha encontrado pequena diversificação no que se refere à expressão de aspirações ocupacionais em abstrato, verificou-se que: (1) não há diferenças muito acentuadas no que concerne ao nível de aspirações; quase todos os entrevistados expressaram o desejo de realizar um curso universitário e de se integrar a uma profissão de prestígio elevado; (2) na medida em que se pode observar diferenças quanto ao nível - e há algumas entre os estratos e entre os sexos - elas se relacionam ao grau de consistência das escolhas e planos de carreira.

O terceiro aspecto observado - a análise das diferenças entre os estratos, representada neste estudo sob o ponto de vista de recursos - , revelou, pelo menos a este nível global, uma tendência para sua concentração. Características como o adiantamento ou atraso em relação à idade modal, o ramo de ensino escolhido no segundo ciclo, o percentil de Quociente Intelectual em que se situam os alunos, e mesmo certas percepções quanto à maneira de organizar o tempo entre o estudo e o trabalho, associam-se e se inter-penetraram. Supondo-se que o curso científico representa uma "vantagem", - e observou-se que o é, pelo menos no tocante às proporções de cada percentil de Quociente Intelectual que entram em sua composição - , pode-se afirmar que todos esses recursos acham-se associados em forma convergente, provavelmente tornando menores as probabilidades de êxito acadêmico e profissional dos estratos inferiores. Observou-se, ainda, que a correlação entre a posição social e a adoção de certos valores será mais forte e, por conseguinte, serão maiores as diferenças entre as classes, quanto mais os valores se referirem a áreas concretas para o comportamento do indivíduo.

Finalmente, a pesquisa verificou que existem diferenças consideráveis entre as classes, no que se refere à adoção de certos valores mas, certamente, não tão consideráveis que se possa falar na persistência de subculturas de classe como universos fechados entre os alunos do segundo ciclo universitário.

6 - Elites e Desenvolvimento

6.1 - O Setor Financeiro no Brasil: Aspectos Históricos

Técnico Responsável: Carlos Hasenbalg

Assistentes: Clovis Brigagão

Fernando José Leite da Costa

**Convênio: Fundação Ford - Sociedade Brasileira de
Instrução (SBI)/Instituto Universitário
de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)**

Relatório Final: 1970

6.2 - Elite Administrativa e Desenvolvimento

Técnico Responsável: Edmundo Campos Coelho

Assistentes: Eli Diniz Cerqueira

Marla Regina Soares de Lima

**Convênio: Fundação Ford - Sociedade Brasileira de
Instrução (SBI)/Instituto Universitário
de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)**

Relatório Final: 1970

Este projeto foi desenvolvido no sentido de analisar grupos estratégicos para o desenvolvimento do país. A seleção dos grupos que integram este projeto obedeceu ao critério de sua proximidade relativa aos centros de poder e de tomada de decisões referentes a política econômica-financeira. Desta forma, foram escolhidos dois grandes grupos: os empresários financeiros, compreendendo os diretores das cem maiores empresas financeiras privadas do Brasil e os administradores públicos de alto nível, pertencentes aos principais órgãos responsáveis pela formulação e execução da política econômico-financeira do Governo Federal.

O projeto teve três finalidades básicas. Em primeiro lugar, caracterizar os grupos selecionados em termos de sua inserção na sociedade brasileira, origem social, padrões de recrutamento e mobilidade, e aspectos gerais de sua formação. Em segundo lugar, analisar os padrões de interação e comunicação intra e inter-elites, canais de comunicação e níveis e tipos de participação política. E, finalmente, estudar atitudes frente ao processo de desenvolvimento, seus objetivos e atores.

ELITES FINANCEIRAS

A primeira parte da pesquisa, referente ao setor financeiro, foi desenvolvida com o objetivo de sistematizar interpretativamente os dados levantados sobre a evolução do sistema bancário no Brasil, especialmente a partir do segundo Império, a fim de se poder analisar suas relações estruturais com o resto da economia.

Em função da evolução observada no setor financeiro durante esse período, que pode ser dividido em dois sub-períodos, tendo como marco divisor a crise de 1929, procura-se analisar, inicialmente, a situação geral da economia antes e depois de 1930 para, então observar o crescimento e as funções do sistema bancário nesse processo.

A pesquisa revelou que, até 1930, a economia agroexportadora operava em função dos ciclos de desenvolvimento, podendo-se destacar os do algodão e do açúcar no Nordeste, da agropecuária no Rio Grande do Sul, da borracha no Norte, do fumo e do cacau na Bahia e, finalmente, a do café no Vale do Paraíba e São Paulo. A partir da economia cafeeira é que se iniciou a criação de um sistema de inter-dependência regional, de um mercado interno nacional com um mínimo de integração, e a organização e o funcionamento do sistema bancário como fonte de capitalização e alocação de recursos financeiros. A forma predominante de constituição e integração do capital inicial para a criação de novos bancos derivou, no século XIX, possivelmente, de reuniões de empresários urbanos, predominantemente comerciantes. Os bancos, bem como as companhias de seguros, começaram, então, a se organizar em uma forma mutualista de operação, evidenciando a existência de coligações comerciais.

No que se refere à composição inicial do setor bancário, a pesquisa revelou, ainda, uma certa predominância de comerciantes brasileiros e portugueses. Quanto à organização regional e operativa do sistema, observou-se que, apesar do aparecimento de outros centros bancários, o Rio de Janeiro era o principal centro urbano e comercial, e que até o final da 2ª Guerra Mundial inexistiam empresas bancárias privadas de âmbito regional ou nacional. Até 1930 e, particularmente, na segunda metade do século XIX, o crescimento do sistema bancário foi bastante abalado por diversos fatores como: o impacto das crises externas, as oscilações da política econômica interna, a atuação exercida pela atividade bancária para investimentos de natureza especulativa e a falta de controle e fiscalização por parte do governo central.

A crise de 1929 acarretou duas alterações substanciais na economia brasileira: a redução do poder de compra das exportações primárias pelo mercado internacional e a adoção de medidas econômicas capazes de conter as importações a fim de que se pudesse manter os níveis internos de renda.

Em função dessas alterações, que estimularam a implantação da atividade industrial, a pauta de exportações do país foi modificada; as importações de bens finais para consu

mo cederam lugar a importações de equipamentos, matérias primas e outros insumos para o novo setor industrial.

No que se refere ao crescimento da rede bancária, a pesquisa revelou que até o final da 2ª Guerra Mundial o sistema bancário se caracterizava pela pouca concentração de unidades bancárias. A multiplicação das agências foi acompanhada, em ritmo ainda mais acelerado, pela criação de novas empresas ligadas ao setor. Neste período de relativo fechamento da economia nacional, o sistema bancário se vinculou estreitamente ao movimento do mercado interno que estava passando por uma fase de dinamismo da industrialização substitutiva. A partir de 1945 se evidenciou uma nova variante do crescimento bancário, onde a multiplicação das agências continuava, mas desta vez acompanhada por um processo de concentração do capital bancário.

Ainda neste período, o Banco do Brasil, no seu crescimento, se transformou no principal concorrente do sistema bancário particular, sendo também o principal agente do setor público e o principal ponto de apoio financeiro do setor agrícola.

Na década de sessenta se evidenciou a desaceleração do ritmo de crescimento e o descontrole do processo inflacionário no sistema econômico brasileiro em função do esgotamento histórico do modelo de desenvolvimento por substituição de importações. Cristalizou-se, então, uma nova situação denominada "internalização" do mercado interno que implicou na redefinição das relações com os centros hegemônicos do sistema capitalista.

A contra partida financeira deste processo de industrialização se expressou pelo acréscimo de geração de poupança do sistema, convergente com o estreitamento das oportunidades de investimento, o que levou ao aparecimento de novos mecanismo e instituições financeiras (mercado de capitais) com a função básica de defender o mercado para a capacidade produtiva já instalada através do financiamento da procura.

Frente a esta perspectiva de marginalização do sistema bancário convencional e após intensos processos de con

centração, os grupos de maior poder econômico, ligados aos grandes bancos comerciais, estenderam suas atividades - companhias financeiras e bancos de investimento - ao novo mercado privado de capitais, entrando em graus variáveis de associação com o capital estrangeiro ali localizado.

Complementarmente, o setor empresarial ligado aos pequenos e médios bancos ficou impossibilitado de se expandir face à concentração dos polos de decisão e dinamismo da economia brasileira.

ELITE ADMINISTRATIVA

A segunda parte do projeto procurou analisar a estrutura e ação dos administradores públicos no Brasil.

Para tanto, foram analisados três grupos de administradores públicos selecionados de acordo com o seguinte critério: "elite administrativa" nível A e B que correspondem, respectivamente, a funcionários com amplo poder de decisão na política geral da instituição e pessoas do staff técnico, com possibilidades objetivas de influir nas decisões da organização, reformando-as ou obstaculizando-as; e "funcionários administrativos" nível C que, de acordo com a estrutura formal da organização, não têm poder de exercer influência nas decisões do órgão.

A análise das características de base revelou certa homogeneidade entre os níveis A e B, em termos de idade e educação - a maioria está na faixa de 41 a 50 anos (enquanto quase a metade dos funcionários de nível C tem menos de 30 anos) e o nível educacional é relativamente alto. Entretanto, tanto para os altos administradores como para os funcionários de nível técnico não se pode falar em homogeneidade quanto a origem social, uma vez que a pesquisa revelou que estes funcionários provêm de diferentes camadas sociais.

A caracterização dos entrevistados quanto a carreira e situação funcional, abrangendo considerações a respei

to da vida profissional dos funcionários, demonstrou que a experiência fora do Serviço Público é comum à maioria dos funcionários entrevistados, o que é um dado relevante para a análise do comportamento do indivíduo dentro da organização.

Em termos de avaliação da situação e expectativas em relação às condições gerais de trabalho, a pesquisa observou que os funcionários de nível administrativo são os mais insatisfeitos e os que revelam maior disposição de deixar a organização. Nos outros níveis, constatou-se elevado grau de satisfação com as condições gerais de trabalho no órgão. Os principais fatores que poderiam estar determinando o surgimento de tais condições estão relacionados à natureza do cargo ou função que estes funcionários exercem e à importância atribuída ao órgão em que trabalham.

Estas observações, aliadas a outros dados fornecidos pelos funcionários entrevistados, permitem caracterizar a elite administrativa brasileira nos seguintes termos:

- a) sua composição social é predominantemente de classe média;
- b) foi recrutada predominantemente nos estados de São Paulo e Guanabara, isto é, nos estados economicamente mais fortes;
- c) é composta, basicamente, de indivíduos que não ultrapassaram a casa dos 45 anos;
- d) predominam os indivíduos com formação profissional universitária;
- e) sua mobilidade horizontal (entre órgãos do setor público e entre este e o setor privado) é baixa;
- f) predomina um sentimento de forte lealdade para com a organização: isto se deve à predominância de indivíduos satisfeitos com as condições profissionais de trabalho oferecidas pelas respectivas organizações;
- g) predomina a crença de que a competência de um governo é mais importante que sua representatividade;

- h) predomina o suposto de que o desenvolvimento nacional deve ser tratado fundamentalmente em termos de fatores econômicos e educacionais, e certa negligência em relação aos fatores de ordem política;
- i) a maioria dos componentes da elite administrativa brasileira considera os "industriais", os "banqueiros e financistas" e as "classes produtoras" como os principais agentes do desenvolvimento econômico; estes são os grupos que, na opinião de pouco mais da metade dos componentes da elite administrativa, têm maior influência nos órgãos considerados. São, também, os grupos com os quais a maioria dos componentes do extrato superior da elite administrativa a nível A interage com maior frequência e mantém relações de amizade.

7 - Empresário Brasileiro e Filantropia

**Técnicos Responsáveis: Ana Lúcia Malan de Almeida
Wilma Figueiredo**

Convênio: Fundação Ford - Sociedade Brasileira de Instrução (SBI)/Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

Relatório Final: 1970

Com o objetivo de estudar não a filantropia de um modo geral, realizada para quaisquer pessoas, mas aquela desenvolvida por um grupo específico - os empresários de alta renda - , foi desenvolvido o presente trabalho que revelou uma tendência à confirmação das seguintes hipóteses:

- 1) os empresários que percebem tensões como ameaça à sua empresa tendem a fazer filantropia em educação mais do que em qualquer outro setor;
- 2) os empresários que percebem seu papel como não sendo ligado exclusivamente à empresa tendem a fazer mais filantropia;
- 3) os empresários que percebem seu papel como não sendo ligado à empresa tendem a fazer filantropia em educação mais do que em qualquer outro setor;
- 4) os empresários que encontram estímulos específicos para efetuar doações tendem a fazer mais filantropia;
- 5) o empresário imigrante tende a perceber seu papel como não sendo estritamente vinculado à empresa e tende a ter maior racionalidade filantrópica que o não imigrante;
- 6) o empresário mais cosmopolita tende a ter maior racionalidade filantrópica;
- 7) quanto mais alto o nível de instrução mais o empresário tende a perceber seu papel como não sendo ligado exclusivamente à empresa e a ter maior racionalidade filantrópica;
- 8) os empresários com mais alta religiosidade tendem a ter maior racionalidade filantrópica;
- 9) o empresário afiliado a entidades de classe tende mais a perceber seu papel como não sendo restrito à empresa e tende a ter racionalidade filantrópica;
- 10) os empresários mais vinculados à empresa tendem mais a perceber as tensões que ameaçam as suas atividades e a ter maior racionalidade filantrópica;

- 11) os empresários de empresas que efetuam maior volume de vendas para o Estado tendem mais a perceber seu papel como restrito aos limites da empresa.

8 - O Advogado e o Estado no Brasil

Técnicos Responsáveis: Olavo Brasil de Lima Junior
Lúcia Maria Gomes Klein
Antonio Soares Martins

Órgão Patrocinador: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

Relatório Final: 1970

Esta pesquisa revelou que a profissão jurídica configura-se como uma ocupação que já atingiu seu alto grau de profissionalização. Mesmo assim, observou-se que o Direito es tã passando por um período de crise, percebido a partir de:

- 1) a dificuldade de absorção do advogado pelo mercado ocupacional obrigando-o, frequentemente, a manter um padrão de atividade múltiplas e, muitas vezes, pouco integradas;
- 2) a percepção generalizada, entre os profissionais do Direito, de um declínio no prestígio da profissão e da sensação de que algumas de suas funções vêm sendo usurpadas por outras ocupações, sobretudo as de caráter técnico.

O nível crescente de educação da população, cujos efeitos são contraditórios, também contribui para esta crise que a profissão vem passando. Por um lado, este nível crescente dota os usuários dos serviços profissionais de maior capacidade crítica em relação à atuação dos próprios profissionais; por outro, consolida uma tendência no sentido da intensificação da utilização dos serviços profissionais.

Paralelamente, a profissão jurídica vem sofrendo o confronto crescente de novas ocupações, cujo processo de profissionalização é extremamente mais rápido. Em breve, alegando competência, algumas dessas novas profissões passarão a reclamar para si atuação exclusiva em áreas onde os advogados exerciam algumas funções, nem sempre ligadas ao seu tipo de formação acadêmica, mas para as quais se sentiam razoavelmente habilitados. A partir daí, a demanda em relação aos serviços do advogado tende a se restringir às áreas de sua competência técnica.

Por outro lado, na medida em que passe a ser considerado como um simples técnico em determinada área, o advogado deixa, progressivamente, de ser requisitado para liderar movimentos, entidades de caráter humanitário etc., o que, de certa forma, reflete sobre o prestígio da profissão.

9 - Rio Megalópole: Pesquisa sobre a Frequência às Praias do
Extremo Litoral Sul da Guanabara

Técnico Responsável: Amaury de Souza

Assistentes: Maria Izabel Valladão de Carvalho
Mário Frederico de Teffê

Órgão Patrocinador: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

Relatório Final: 1970

Este projeto foi desenvolvido no sentido de caracterizar o usuário típico das praias do extremo litoral sul da Guanabara, Barra da Tijuca e Gávea, a fim de se poder determinar quem frequenta as praias, por quanto tempo, com que regularidade e em companhia de quem.

De uma maneira geral, observou-se que as praias do extremo litoral sul, congregando Gávea, Barra da Tijuca, estendendo-se até o Recreio dos Bandeirantes, são vistas pelo carioca como programa para um dia inteiro de lazer, e se constituem em centros máximos de interação para todas as camadas sociais da metrópole, devido a sua situação estratégica tanto para os habitantes da Zona Sul quanto para os da Zona Norte do Rio de Janeiro. O acesso a estas praias tem sido função do desenvolvimento da rodovia e dos transportes urbanos, o que se expressa no crescente número de seus usuários. Além do fator disponibilidade de vias de acesso e transporte público, estas praias vêm absorvendo os excedentes de usuários das praias tradicionais, hoje congestionadas, da Zona Sul. Neste sentido, as vias de acesso a estas praias, aliadas evidentemente ao desenvolvimento da rede de transportes coletivos, foram consideradas como fator importante, na medida em que determinam as possibilidades de decisão dos seus usuários.

**10 - Aspirações Profissionais dos Estudantes de Nível Médio de
Belo Horizonte e São Paulo**

Técnicos Responsáveis: Ana Lúcia Malan de Almeida

Eli Diniz Cerqueira

**Convênio: Fundação Ford - Sociedade Brasileira de In-
strução (SBI)/Instituto Universitário de Pes-
quisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)**

Relatório Final: 1972

Esta pesquisa teve como objetivo principal estudar as expectativas dos estudantes de nível médio quanto à continuação dos estudos e às preferências por profissão de nível superior. No decorrer da análise, foram consideradas, também, outras variáveis dependentes, tais como: escolha dos diferentes ramos de ensino médio, padrões de escolaridade, exercício de atividade remunerada e importância atribuída aos diferentes meios de informação.

O estudo se baseou em uma amostra de 1964 estudantes dos vários tipos de curso do segundo ciclo do sistema escolar de nível médio de duas capitais estaduais - Belo Horizonte e São Paulo.

A pesquisa revelou que o status sócio-econômico do estudante é particularmente significativo como fator determinante da escolha dos diferentes tipos de curso de nível médio - científico, clássico, normal, técnico industrial e técnico comercial; dos padrões de escolaridade observados - faixa etária, reprovação e interrupção dos estudos; da necessidade de recurso ao trabalho remunerado e, finalmente, das expectativas de continuação dos estudos.

Quanto à escolha de cursos observou-se uma tendência no sentido de um recrutamento mais amplo e diversificado para o ensino médio. A expansão do ensino médio, após 1962, possibilitou a seleção de uma parcela das camadas de status sócio-econômico mais baixo. A relativa expansão da escolaridade de nível médio aos estratos inferiores sofre variações significativas em função das diferenças quanto à origem sócio-econômica da clientela de cada ramo de ensino. É, sobretudo, através dos ramos profissionais - curso normal, para os estudantes do sexo feminino; cursos técnicos comercial e industrial, para os alunos do sexo masculino - que se verifica o acesso das camadas inferiores a este nível de ensino.

Constatou-se, ainda, uma relação significativa entre status sócio-econômico do estudante e atraso na escolaridade. Os alunos das camadas superiores concentram-se na faixa dos 15 anos aos 18 anos, enquanto os que provêm dos estratos inferiores estão acima da "idade ideal". De forma análoga, a incidência de aprovação, bem como a interrupção dos estudos, aumentam entre os alunos provenientes dos estratos inferiores.

Quanto às expectativas de prosseguir os estudos, a proporção de alunos que julgam possível realizar um curso superior aumenta à medida em que se eleva o nível sócio-econômico da família de origem. Por outro lado, a preferência por diferentes cursos de nível superior não varia em termos das condições sociais dos estudantes.

Observou-se, ainda, que as preferências dos estudantes acham-se concentradas nas profissões das áreas técnico-científicas, destacando-se Engenharia, Arquitetura, Medicina, Psicologia e Biologia.

No tocante à percepção de possibilidade de ascender à universidade, é importante destacar o papel do status social da escola como fator de atenuação dos efeitos da origem sócio-econômica. Neste sentido, verificou-se que os alunos de baixo status sócio-econômico, que frequentam escolas de status alto, tendem a perceber maior possibilidade de acesso à universidade.

Por outro lado, a pesquisa oferece uma instância negativa de teste à hipótese sobre determinantes psicossociológicos da escolha de carreiras de nível superior, geralmente tidos como muito bons preditores. Quando foram introduzidas as escalas de propensão ao risco e tradicionalismo-modernismo, procurando relacioná-las com a preferência por profissões de nível superior, não se observou variações significativas.

Finalmente, verificou-se um baixo nível de informação em geral e, especificamente, sobre carreiras de nível médio, em que mais da metade dos estudantes não tem nenhum conhecimento acerca de determinadas profissões como técnico agrícola, técnico em eletrônica, químico industrial, desenhista técnico, mecânico/eletricista e auxiliar de enfermagem. Quanto às carreiras universitárias, também mais da metade não revelou conhecimento sobre profissões, tais como: físico, engenheiro químico e estatístico.

II - Mercado de Trabalho de Nível Superior: Oferta e Demanda
de Advogados, Engenheiros, Economistas e Administradores

Técnico Responsável: Olavo Brasil de Lima Junior

Assistentes: Ana Lúcia Barreto de Freitas
Irene Maria Magalhães Lopes
Julio F. P. Senna
Mário Frederico de Teffé
Ricardo Kohn de Macedo

Órgão Conveniente: Ministério da Educação e Cultura-De
partamento de Assuntos Universitári
os - (MEC-DAU)

Relatório Final: 1972

Este trabalho teve por objetivo levantar subsídios que permitam acompanhar o comportamento real da oferta e demanda de profissionais e estabelecer uma política de intervenção no lado da oferta.

A fim de se poder abranger ao máximo as áreas de concentração de pessoal de nível altamente qualificado - os profissionais de Direito, Engenharia, Economia e Administração - o desenho amostral para avaliação da absorção desses profissionais foi elaborado no sentido de incluir tanto o setor público como o privado, em vários estágios (unidades da Federação e ramos representativos), tomando como unidade de análise as grandes empresas.

A análise geral das empresas demonstrou que os ramos que mais absorvem, no total, os profissionais observados são o setor industrial e o setor de comércio e serviços. Observou-se, ainda, que a absorção dos profissionais em estudo é mais elevada nos estados com maior concentração de pessoal de nível superior, e corresponde também aos estados com maior desenvolvimento econômico.

A pesquisa chama atenção para o fato de que a educação constitui, ainda, o melhor investimento em países com o grau de desenvolvimento obtido pelo Brasil. Neste sentido, torna-se necessário ressaltar que nenhuma política setorial, no caso a política educacional, pode preencher de fato as necessidades sociais se as decisões quanto a ampliação, estabilização ou redução das matrículas não forem consideradas dentro de um contexto geral de política governamental latu sensu.

12 - Orçamentos de Tempo na Guanabara

Técnicos Responsáveis: Amaury de Souza

Maria Izabel Valladão de Carva

lho

Vera Wrobel

Convênio: Fundação Ford - Sociedade Brasileira de Ins
trução (SBI)/Instituto Universitário de Pes
quisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

Relatório Final: 1972

Partindo-se da premissa de que o tempo físico é igualmente distribuído, mas desigualmente gasto, resolveu-se realizar, através deste projeto, um estudo do orçamento de tempo, que permitisse aduzir à forma pela qual uma população gasta as 24 horas do dia, como medida exemplar da qualidade de sua vida social.

Neste sentido, orçamentos de tempo realizados em diferentes contextos permitem a avaliação da qualidade de vida dentre as diversas culturas, uma vez que a percepção das diferentes alocações e a demonstração dos seus diversos usos permitem inferir gêneros de vida específicos e distribuições de atividades como função de características sociais.

Este projeto resultou em três trabalhos: "O uso do Tempo e Mudança Social", "Alocação de Tempo e Reações Psicossomáticas: Teste de Algumas Hipóteses" e "As 24 Horas do Dia do Carioca".

Inicialmente, procurou-se demonstrar como a população da Guanabara aloca suas 24 horas diárias, dentre diversas atividades, como: trabalho, transporte, compras, cuidados pessoais, sono, cuidados domésticos, cuidados com crianças, lazer ativo e lazer passivo. Isto posto, procurou-se estudar se o tempo destinado a essas atividades varia de acordo com o nível de renda, faixa etária e escolaridade dessa mesma população.

A mensuração do Tempo físico, foi realizada através de Orçamentos de Tempo, que registram a utilização do Tempo físico, de forma pormenorizada, visando medir a atividade social dos indivíduos.

Os estudos de Orçamentos de Tempo são comparáveis na medida em que há uma padronização na seleção da amostra e no tipo de dados que são coletados. Os instrumentos utilizados na coleta de dados obedeceram a um modelo universal e buscaram obter informações sobre a alocação do tempo dentre as possíveis atividades que uma população pode desempenhar. Assim, os Orçamentos de Tempo foram registrados através de um questionário, onde foram especificados uma série de comandos destinados a cada tipo de entrevistado e outra comum a todos os entrevistados.

tados, e de um Diário de Tempo, que é uma espécie de livro contábil onde são registrados os gastos diários de tempo de um indivíduo.

Os resultados obtidos representam a análise do tempo como medida de mudança social. Neste sentido pode-se observar uma distribuição razoavelmente uniforme sobre os Orçamentos de Tempo abordados. Assim é que, os indivíduos residentes nos grandes centros urbanos tendem a obedecer a uma padronização no seu ritmo de vida, dedicando seu tempo a atividades que não diferem substancialmente nos diferentes contextos observados.

Sendo assim, sono, trabalho regular, preparo da alimentação, vertir-se, refeições em casa, arrumar casa, higiene e banho, ocupam, em média, 1244 minutos (20 horas e 7 minutos), das 24 horas do dia. Este panorama torna-se bastante melancólico quando sabemos que estas atividades são quase que obrigatórias no cotidiano.

O que impressionou nos resultados obtidos com a análise dos dados, foi a distribuição do tempo dedicado a Lazer. Este foi conceituado como "tempo sem nada para fazer", enquanto que o "tempo dedicado ao cultivo da mente e do espírito" foi considerado como tempo dedicado à cultura, que tanto pode ser significativo no sentido de proporcionar maior desenvolvimento espiritual ao indivíduo, como pode ser confundido como tempo dedicado a consumo, se essa cultura lhe foi imposta pelos valores sociais. Observe-se, ainda, que sociedades desenvolvidas apresentam um ritmo de vida semelhante e tendem a impor às suas populações hábitos de vida e distribuições de tempo padronizados. Assim é que, os indivíduos dessas sociedades tendem a gastar seu tempo com trabalho remunerado, pessoais (segundo o conceito "trabalho pessoal" de Linder) e consumo, enquanto o tempo dispendido com lazer e cuidados da mente e do espírito, no sentido de desenvolvimento e cultivo da vem diminuindo gradativamente. Esse último tempo espiritual, vem sendo também utilizado em consumo de informação mencionado, ção, uma vez que a própria sociedade exige que os indivíduos se especializem e os obriga a se tornarem mais aptos a fim de poderem competir num mercado limitado.

Assim sendo, pode-se concluir, não de forma a não dar margem a que novas especulações sejam sugeridas, que a população da Guanabara ainda não se encontra nesse estágio de "fome de tempo", próprio das sociedades desenvolvidas. Isso porque o Orçamento de Tempo da Guanabara demonstrou que sua população não apresenta determinados comportamentos com gastos de tempo que são característicos das sociedades capitalistas desenvolvidas.

Estas populações tendem a dispendir um período de tempo significativo com consumo de bens, extraíndo, assim, um tempo precioso que poderiam estar dedicando ao lazer ou ao cultivo de seu desenvolvimento espiritual.

Através dos orçamentos de tempo observados na Guanabara, verificou-se que, nas sociedades em desenvolvimento, ainda se dispende um tempo significativo com consumo de bens. Uma segunda inferência que se pode fazer refere-se ao pouco tempo, quase insignificante, que se gasta com atividades culturais, do tipo "ir ao cinema", "ir ao teatro", "leitura de livros" etc. A única atividade de peso, dentre as realizadas no período dedicado ao lazer, é a televisão. A população desse tipo de sociedade não foi ainda convocada a sentir necessidade de uma maior especialização para precisar responder aos apelos do sistema.

O que se quer dizer com isso é que o Estado da Guanabara se encontra numa posição intermediária, entre as culturas com "excesso de tempo" e aquelas com "fome de tempo". As sociedades situadas nessa posição são normalmente denominadas de culturas com "afluência de tempo".

Lamenta-se no entanto, com base na análise dos dados, que os indivíduos que ainda podem dispor de uma certa quantidade de tempo para si, não o utilizam em atividades mais produtivas que trariam um maior desenvolvimento de sua própria personalidade. Isso se deve, talvez, ao fato de, apesar de tais sociedades ainda se encontrarem em um estágio privilegiado quanto ao tempo médio disponível (332 minutos dentre da amostra total), elas se inserem dentro de um sistema capitalista, e, portanto, estão de certa forma influenciadas pelos padrões de comportamento que regem tais sociedades.

A televisão como um dos veículos mais importantes dos meios de comunicação, vem também contribuindo para uma uniformização dos costumes sociais. Isto significa que apenas os valores que acarretam uma menor criatividade são transmitidos, enquanto os demais, como educação, informação e cultura, de um modo geral, ainda não foram internalizados pelas populações que se enquadram nesse estágio cultural.

Procurou-se demonstrar, ainda, em que medidas as variáveis renda, idade, ocupação, sexo, tempo dedicado a trabalho, tarefas domésticas, tarefas caseiras, cuidados com crianças, necessidades pessoais, viagens, estudo e participação, comunicação de massa e lazer contribuem para a concorrência de sintomas de tipo insônia e tensão (nervosismo), na população da Guanabara, representada pela amostra adotada.

Esta análise foi feita em conjunto e isoladamente, o que permitiu avaliar a influência de cada uma das variáveis independentes acima mencionadas, com "insônia" e "tensão".

13 - Mobilidade Geográfica das Personalidades Brasileiras

Técnico Responsável: Peter McDonough

Assistente: Ana Maria Aragão

Órgão Patrocinador: Instituto Universitário de Pesqui
sas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

Relatório Final: 1972

Estudos realizados anteriormente têm revelado que o volume das migrações internas no Brasil, até bem recentemente, era relativamente pequeno. A transferência da capital para Brasília serviu para aumentar o volume das migrações da elite que, de uma maneira geral, influenciam ou antecipam as movimentações da população.

A comparação dos dados obtidos através de questionário enviado a 1006 membros das elites brasileiras, com dos censitários indicou que: (1) as elites, além de bem mais móveis que a população em geral, se distribuem, quanto ao local de nascimento, pelas regiões mais desenvolvidas e mais favoráveis (migração progressiva); (2) a distribuição da população geral, que até recentemente se concentrava nas regiões menos desenvolvidas, não acompanha a da elite observada; e, (3) que a antecipação da migração da população geral, em função da migração da elite, não pode ser vista como um processo natural. Apesar da tendência geral da população se distribuir de acordo com o padrão de migração das elites, pode-se observar, pelo menos até 1960, um movimento para fora da região central do país onde a elite apresenta maior índice de concentração.

No que se refere às causas da migração interna pode-se formular que, quanto menor a cidade de origem, maior a probabilidade de migração.

As conclusões gerais da pesquisa foram as seguintes:

- 1) As elites brasileiras, além de mais móveis que a população, antecipam, de uma maneira geral, os movimentos desta população;
- 2) Os fatores geográficos inferenciam estas migrações mais que qualquer outra variável;
- 3) Os efeitos dos fatores geográficos - localização e tamanho da cidade de origem - diferem de acordo com o tipo de migração (entre cidades, interestaduais e inter-regionais). De uma maneira geral, o fator "tamanho da cidade" exerce menor influência quando as migrações são a nível inter-regional. Entretanto, nos movimentos migratórios para áreas

mais distantes, o tamanho da cidade torna-se mais importante uma vez que as cidades "médias" estão mais próximas dos pontos de destino que as cidades "pequenas".

14 - Menores Infratores na Guanabara: 1964-1971

Técnico Responsável: Josefina Figueira

Órgão Patrocinador: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

Relatório Final: 1973 (2 volumes)

A primeira parte do trabalho procurou descrever as características dos menores infratores e determinar sua tipicidade e os padrões associativos que se formam. Neste sentido observou-se, basicamente, que a motivação (características dos infratores), a oportunidade (características das ofensas) e a rotulação (características do processamento) formam grupos de variáveis que definem simultaneamente cada caso e que têm potencialmente padrões diferentes de associação interna em cada tipo de ofensa.

O levantamento realizado no Juizado de Menores, onde os fatos são processados, revelou o seguinte perfil global dos infratores: o menor processado pelo Juizado é tipicamente maior de 15 anos, do sexo masculino, de qualquer uma das raças, alfabetizado, natural da Guanabara, conhece seus pais, provem de famílias legalmente constituídas e vive pelo menos com um dos progenitores. Este menor frequentemente trabalha em biscates e está consciente da infração cometida. É importante registrar que a maioria das ofensas cometidas são contra o patrimônio, seguidas das ofensas contra a pessoa.

No que se refere aos padrões associativos, observou-se que, de um modo geral, as contravenções são de pouca gravidade, ofensas primárias, ocorrendo sobretudo na via pública e raramente causando vítimas.

Finalmente, esta primeira parte do estudo indicou medidas que poderiam contribuir para a prevenção da criminalidade e reabilitação de menores infratores, tais como as estudadas.

O segundo aspecto abordado na pesquisa procurou analisar o sistema de processamento de menores infratores no Estado da Guanabara.

Os dados referentes aos processos de menores infratores do Juizado de Menores do Estado da Guanabara forneceram oito indicadores do sistema de processamento, que podem ser classificados da seguinte forma:

- 1) Subsistema policial - composto por "contato com a Justiça", que se refere à iniciação do processo, e à "atuação da po

lícia", que está relacionada à atitude e ao comportamento assumido pelas autoridades policiais após a detenção, quando os menores são levados à delegacia.

- 2) Subsistema Judicial - composto por "tempo contato-audiência", que compreende o período entre a detenção do menor e a audiência no Juizado; "tempo contato-sentença", que corresponde ao período de tempo entre a detenção e o pronunciamento da sentença; "tempo contato-arquivamento", que é o período do histórico de cada processo, desde a detenção do menor até o arquivamento do caso; "tipo de sentença", que pode ser liberdade definitiva, condicional ou internamento; e, finalmente, "extensão da sentença", relacionada às sentenças de extensão superior ou inferior a 3 meses.
- 3) Subsistema Institucional - que se refere ao "desligamento" das instituições onde o menor foi internado por autorização e ordem do Juiz de Menores e que estuda, ainda, os casos de "jugo".

A análise da variação e associação destes indicadores revelou que quanto mais severa a sentença, mais tempo levará o processo para ser arquivado; que a fuga dos tratamentos mais severos é sistemática; e, que a atuação da polícia, a decisão da sentença e o número de menores processados são indicadores de uma certa autonomia dentro do contexto do sistema. Observou-se, ainda, que o subsistema funcional mais consistente é o que se refere à "eficiência do processamento".

A análise das variáveis geográficas demonstrou que, na maioria dos casos, o menor comete a infração pela qual foi processado dentro da zona em que reside, ou pelo menos, na zona imediatamente vizinha. O resultado mais notável desta análise foi a verificação que só as zonas central e periférica apresentam características distintas quanto à forma de processamento dos menores infratores e que o subsistema policial é mais ativo no centro.

No que se refere às associações entre as características do infrator e a ofensa, observou-se que as características da ofensa qualificam mais o contato com a justiça do que as características do menor. Neste sentido, observou-se, ainda,

que as ofensas insignificantes têm, normalmente, soluções mais rápidas. Quanto às características do infrator pode-se dizer que quando há responsáveis naturais com quem o menor coabite, e estando este estavelmente ocupado, pressupõe-se que o menor pode ser reabilitado e não ameaça a sociedade, ficando no seu melhor normal.

A caracterização do sistema como um todo levou às seguintes observações: é um sistema reabilitativo - "deterrente", que parece considerar com maior benevolência menores que assumem a responsabilidade pela ofensa e cuja infração não foi grave nem contra o Patrimônio, e tem pai ou mãe como responsável; e, com grau de consistência baixo, que varia nitidamente entre os subsistemas. Observou-se, ainda, grande variação quanto a consciencialização da complexidade dos casos processados assim como posição relativa quanto à orientação reabilitativa ou "deterrente".

Esta caracterização identificou, ainda, os seguintes pontos de disjunção dentro do sistema de processamento:

- 1) o contato com a Justiça é mais ativo a infratores isolados nas atuações da política em relação a infratores em grupo;
- 2) o tempo contato-arquivamento é mais reduzido em relação aos menores mais novos, mas são justamente estes menores os que menos frequentemente são desligados a pedido;
- 3) o tempo contato-sentença tende a ser mais curto em relação a menores sem responsável, mas são justamente os menores com responsáveis que recebem sentenças mais leves e curtas e que quando internados são desligados mais frequentemente a pedido;
- 4) os menores que cometeram ofensas mais graves são os que são mais frequentemente desligados a pedido contrariamente ao tratamento caracteristicamente benévolo que infratores de ofensas não graves recebem em outras fases de processamento (atuação da política, tempo contato-audiência, tempo contato-arquivamento, sentença e extensão de sentença).

15 - Abertura Política: Antecipações e Estimativas

Técnicos Responsáveis: Isabel Gómez de Souza

Wanderley Guilherme dos Santos

Órgão Patrocinador: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

Relatório Final: 1973

Esta investigação teve como meta final estabelecer o provável perfil do futuro próximo brasileiro tendo em vista, sobretudo, as alternativas que implicariam em maior ou menor descompressão do sistema político.

Para tanto, procurou-se obter, através de um questionário, as opiniões de analistas e cientistas políticos, sobre a época em que determinado evento deverá ocorrer e sobre a intensidade do acordo entre os especialistas a respeito da ocorrência, a fim de se poder suscitar um prognóstico quanto a ocorrência futura de certos eventos, em torno dos quais os especialistas venham a concordar entre si.

Da análise dos resultados globais, o perfil maior que se impõe é o da permanência do status quo, com alterações apenas incrementais, cujo impacto seria mantido sob controle dado a sua natureza marginal na estrutura central do sistema político. Na análise dos resultados parciais, o prognóstico dos cientistas políticos antecipa a institucionalização do autoritarismo, o que não implica em maior enrijecimento do sistema nas diversas áreas consideradas. Existe razoável expectativa quanto à possibilidade de descompressão relativa, a partir de 1975, sobretudo no que se refere a concessão de prerrogativas ao Congresso. O grupo de analistas políticos apresenta certa homogeneidade quanto a um perfil futuro relativamente consistente: prevê, como primeira alteração política, a institucionalização do sistema autoritário e possíveis mudanças no sentido de se abandonar paulatinamente os instrumentos coercitivos ora utilizados, o que daria um cunho de abertura ao sistema.

A análise dos prognósticos feitos por cientistas e analistas políticos permitiu estimar os cenários considerados mais plausíveis para o período que se iniciará em 1977. Neste sentido, o primeiro ponto considerado refere-se à aparente concordância em que a eventual liberalização ou descompressão do regime passará, inevitavelmente, pela institucionalização do autoritarismo.

A doutrina oficial vigente no país é a de que se vive um momento de transição, sobretudo econômica e social, durante o qual certas características democráticas do regime po

lítico deverão ficar suspensas até que as condições gerais da sociedade permitam o funcionamento de um sistema democrático autêntico e estável. Afirma-se portanto que o autoritarismo atual constitui desvio temporário, embora inevitável, do ideal democrático aceito como meta política. Daí que o principal estatuto regulador do sistema atual - AI-5 - tenha sua caducidade prevista para aquele momento em que o sistema o considerar dispensável. Os prognósticos colhidos neste estudo, entretanto, antecipam uma mudança importante nessa perspectiva. Prevê-se que o AI-5 será, de alguma forma, incorporado à estrutura legal "normal" do País. Os analistas políticos estimam que tal institucionalização ocorrerá até 1973, enquanto os cientistas políticos estabelecem um prazo até 1974. Assim todo problema de descompressão deixará de ser a remoção completa e simples dos freios que, presentemente, impedem o funcionamento de uma sociedade formalmente organizada segundo padrões democráticos para se transformar em modificações incrementais num sistema autoritário institucionalizado.

A partir da inauguração do novo governo é que se iniciarão as medidas tendentes ao abrandamento do regime, sob a égide, entretanto, do AI-5. As primeiras áreas alcançadas pela nova etapa seriam: a Imprensa, cujo comportamento será menos rigorosamente controlado (os analistas políticos prevêem a extinção da censura para 1974), e o Congresso, ao qual seria concedido maior desafogo no ritmo do trabalho pelo aumento do prazo em que se deve pronunciar sobre propostas do Executivo. Isto em 1974. Em 1975 admitem ainda os analistas políticos como provável a liberação do sistema partidário pela volta do sistema multipartidário, e a imposição de restrições na aplicação do AI-5. Em aparente movimento compensatório, cerca de metade dos cientistas políticos prevê, para o período, maior controle no comportamento da Imprensa. Até 1975, em consequência, antecipa-se o alargamento da arena política pela readmissão de dois atores - Congresso e Imprensa, segundo os analistas políticos, ou de apenas o Congresso, de acordo com boa parcela dos cientistas políticos. Até 1976 a readmissão do Congresso como ator político seria totalmente realizada, segundo reduzida minoria de cientistas políticos, pela devolução ao Legislativo do poder de aumentar despesas, o que é, entretanto, unanimemente negado pelos analistas políticos. Estes, todavia, estimam

que o voto direto deverá ser restabelecido para essa época, seguindo-se, em 1977, a extinção do AI-5.

Verificou-se, portanto, que os dois grupos antecipam estados finais diferentes a partir de um ponto inicial - a institucionalização do AI-5. Para os cientistas políticos o regime tende a permanecer basicamente autoritário, com a imprensa sob controle e, para uma minoria, apenas com o Congresso recuperando, pelo menos formalmente, sua capacidade de definir despesas a prazos de decisões. Esta aparente autonomia do Poder Legislativo, entretanto, estará na realidade controlada e supervisionada pela permanência do AI-5, o qual, ainda que mitigado, constituirá o cerne não mais provisório do sistema. Já os analistas políticos tendem a ver um processo de decompressão constante estabelecendo-se após um período de institucionalização do autoritarismo, culminando, segundo uma minoria de analistas, com a própria eliminação do AI-5.

As previsões de política econômica diferem igualmente de maneira importante. Enquanto os cientistas políticos dividem-se quanto ao estilo do processo de intervenção do Estado na economia, os analistas prevêem que a intervenção se tornará sistemática e deliberada, e não apenas pragmática e conjuntural. Divergem ainda, fundamentalmente, quanto ao tratamento que será dado ao capital estrangeiro. Os cientistas políticos antecipam que o capital estrangeiro será estimulado, enquanto os analistas políticos acreditam que a orientação será no sentido de controlá-lo.

Assim, um sistema institucionalizadamente autoritário, intervencionista e aberto ao capital estrangeiro, ou um sistema progressivamente descomprimido até sua liberalização completa, intervencionista e desconfiado do capital estrangeiro, parecem ser os futuros alternativos vistos como os mais prováveis de se realizarem até 1977.

16 - Remoção: Um Estudo de Relocação de Favelados no Rio de Janeiro

Técnicos Responsáveis: Amaury de Souza

Ray Langsten

**Convênio: Fundação Ford/Consórcio de Estudos Urbanos -
Sociedade Brasileira de Instrução / Instituto
Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
(IUPERJ)**

Relatório Final: 1973

A comparação dos programas de remoção e de urbanização das favelas de Cordovil e Mata Machado demonstrou que, embora a remoção possa, potencialmente, ser uma "solução" válida para o problema da favela, o atual programa não satisfaz as necessidades dos favelados. Na maioria das remoções surgem os problemas das longínquas transferências que afastam os favelados de seus mercados de trabalho habituais. Tal fato, certamente, acarreta custos econômicos e sociais em termos de aumento de uso de transporte, e eventualmente poderá provocar a perda do emprego, particularmente para as mulheres e os jovens, com a sua conseqüente diminuição da renda familiar. Além disso, os dados analisados mostram que até mesmo nas remoções em que esses problemas foram evitados, em que as distâncias em relação ao trabalho não foram aumentadas e em que a renda familiar não sofreu baixa, o favelado ainda está insatisfeito e ainda é incapaz de pagar as habitações proporcionadas pelo governo.

Qualquer programa de remoção de favela deveria se iniciar com uma avaliação cuidadosa dos critérios utilizados para aferir a capacidade de pagar, e as prestações mensais deveriam, evidentemente, ser fixadas em termos dessa capacidade. O atual plano de amortização dos apartamentos da COHAB supera claramente a capacidade econômica da maioria dos favelados. Ademais, os critérios usados pela Coordenação de Habitações de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM), para designar habitações, continuam a remover um grande número de indivíduos para os conjuntos, sem que tenham a menor possibilidade de realizar os pagamentos previstos pelo plano. Do mesmo modo, as taxas de atraso poderiam ser substancialmente reduzidas se o programa de remoções se conformasse ao preceito básico, estabelecido pelo estudo do Banco Nacional de Habitação - Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais (BNH-CENPHA), em 1970, de que a livre escolha do tipo e da localização da moradia, para a qual o favelado seria removido, deveria ser respeitada. Obviamente, em qualquer programa de remoção, esse preceito não pode ser inteiramente obedecido. Entretanto, se a agência proporcionadora de habitações de baixo custo oferecesse uma variedade de tipos diferentes de habitação em uma variedade de localizações, um número bem maior de removidos consideraria mais satisfatórias as soluções para seu problema de moradia.

A urbanização seria, talvez, a alternativa mais viável à remoção das favelas, uma vez que superaria a maioria dos problemas que acompanham a remoção. Os favelados, nesse caso, não seriam transferidos e, portanto, não se defrontariam com o problema de aumento de custos de transporte e de ameaça de perda de emprego. Além disso, como a urbanização é menos dispendiosa do que a remoção, poderia ser amortizada em menos tempo, com os recursos limitados do favelado. Assim, a urbanização ofereceria vantagens de habitação higiênica, adequada e bem construída, sem as desvantagens da remoção para longas distâncias.

Nesse sentido, deve-se observar, ainda, que muitos dos favelados do Rio de Janeiro desenvolveram infra-estruturas eficientes de esgotos, água, eletricidade e, até mesmo, arruamento, e apresentam uma proporção elevada de casas de tijolos, algumas das quais com dois ou mais andares, a despeito da insegurança quanto à posse do terreno. Conquanto, nem todos os favelados contam com a liderança necessária para organizar essas benfeitorias, nem com uma situação topográfica a elas favorável, sem o auxílio de uma substancial assistência interna, os exemplos de desenvolvimento existentes são bastante significativos para encorajar a interpretação de que o procedimento, relativamente simples e barato, de prover posse segura e legal do terreno para os invasores urbanos, poderia resultar em melhor habitação e melhor infra-estrutura correspondente, nas favelas.

Finalmente, resta ressaltar que o favelado tem a determinação e muitas habilidades necessárias para melhorar sua situação. Na medida em que o governo estiver disposto a colaborar, juntamente com o favelado, para a obtenção de melhor moradia e melhores condições de vida em geral, o "problema da favela" poderá, afinal, ser solucionado.

**17 - Pesquisa de Opinião Pública sobre o Instituto da Correção
Monetária**

Técnicos Responsáveis: Edson de Oliveira Nunes

Irene Magalhães Lopes

Maria Lúcia de Oliveira

Órgão Conveniente: Banco Nacional da Habitação (BNH)

Relatório Final: 1973

Os trabalhos realizados visando identificar focos de divergência e de consenso a respeito do instituto da correção monetária revelaram que, até 1967, praticamente não se falava, na Câmara, sobre a correção monetária (CM) no Plano Nacional de Habitação (PNH), o que também é válido para a imprensa em geral. Neste sentido, pode-se afirmar que só a partir de 1967, três anos depois de generalizada a CM, é que se começou a perceber suas implicações econômicas, sociais e políticas. Antes desta data, provavelmente ainda não ocorrera a articulação dos interesses dos compradores de imóveis financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), dada a natureza atomizada do mercado consumidor.

A análise dos editoriais, dos artigos assinados e dos discursos pronunciados, revelou que as referências à CM levavam sempre em consideração parâmetros mais amplos; referiam-se à CM no Plano Nacional de Habitação, na política econômica e financeira do governo etc.

Neste sentido, observou-se que em muitos poucos casos se propõe a extinção da Correção Monetária. Um dos argumentos utilizados era o de que, sendo a concessão de moradia uma das funções do Estado, este não poderia onerar especialmente as camadas de mais baixo poder aquisitivo com o peso da CM imposta nos planos habitacionais.

De maneira geral, não se encontrou nos artigos assinados a defesa da CM em todos os níveis. Ainda aqueles que defendiam a sua manutenção em todas as esferas econômicas e no BNH, admitiam a necessidade de que houvesse uma reformulação na sua sistemática.

Na Câmara, tanto os membros da ARENA quanto os do MDB, afirmavam que a CM deveria ser alterada. Mesmo nos pronunciamentos oficiais da ARENA não se encontrou uma defesa integral da CM tal como vinha sendo aplicada, isto porque estes pronunciamentos referiam-se muito mais a uma defesa da política habitacional como um todo do que às formas de implementação.

Observou-se, ainda, que todos os editoriais assinaram a necessidade de reformulação nos critérios e taxas de correção monetária. Mesmos os que apresentaram manifestações

de apoio ao BNH, ao PNH, e à política econômica financeira do governo, enfatizaram esta necessidade de reformulações.

A manipulação do material analisado demonstrou que os jornais, mesmo os de maior prestígio, apresentavam variações nas opiniões emitidas.

Várias hipóteses podem ser levantadas acerca de tal tendência: a mudança de opinião pode ser função de pressões e/ou de conjugação de interesses de vários tipos (econômicos, sociais, políticos, pessoais etc.); ou função do grau de expectativa do público do jornal; ou função da presença de alguns ou de todos esses fatores.

Outro aspecto apontado refere-se aos argumentos mais frequentemente empregados pelos jornais.

- a) Alguns dão mais ênfase a problemas de bem-estar social. Ao criticarem a CM, afirmam que ela é desumana, já que o BNH, ao aplicá-la, não leva em conta as necessidades e a situação objetiva das camadas de mais baixo poder aquisitivo, asfixiadas pela política da contenção salarial.
- b) Outros utilizam, de modo mais freqüente, argumentos que levam em conta a racionalidade econômica do BNH. Discutem os efeitos inflacionários da CM e a necessidade de se levar em conta as condições objetivas do mercado: para que o BNH tenha viabilidade econômica tem que observar as possibilidades efetivas de pagamento de cada camada de renda isoladamente. Segundo estes jornais, o BNH deveria aproveitar a experiência da iniciativa privada em todos os planos e construção, lançamento, venda de moradias etc.
- c) Ainda levando em consideração a racionalidade econômica do BNH, outros jornais admitem a necessidade da manutenção da CM. Assumem que as alterações a serem realizadas na sua sistemática se prendem, especificamente, a ajustamentos técnicos, tarefa esta que o Governo já estaria realizando.

Quanto ao material da Câmara, vale ressaltar uma conclusão interessante sobre a posição dos dois Partidos - ARENA e MDB - e a CM.

O Partido da oposição realmente aparece como formulador da maior parte das críticas que se fazem ao BNH e à CM. Assinala, com grande ênfase, o que se chamou de "aspectos manipulativos do BNH", bem como o fato de ser a CM um instrumento gerador de injustiças e desigualdades sociais.

No entanto, a posição dos representantes da ARENA de modo algum pode ser pensada como antagônica à do MDB, ou seja: não se encontrou, por parte da ARENA, uma defesa sistemática do BNH ou da CM. Em vários pontos os dois partidos assumem posições bastante semelhantes quando reclamam o atendimento aos objetivos sociais do BNH; apontam o privilegiamento de outros grupos em detrimento das camadas de mais baixas rendas e criticam a política salarial e a defasagem existente entre os índices da CM e os aumentos salariais.

Observou-se, ainda, que grande parte da matéria publicada na imprensa referente ao BNH, PNH e CM diz respeito à declarações, opiniões e reivindicações dos grupos envolvidos com a política habitacional. Os editoriais e artigos assinados, frequentemente tomavam a defesa dos interesses desses grupos ou criticavam as reivindicações formuladas pelos mesmos.

Estas manifestações foram agrupadas em duas categorias diferentes:

- a) Manifestações de intermediários do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e de empresários e sindicatos ligados ao setor de construção civil: Associações de Crédito Imobiliário e Poupança, Associações Comerciais, Sindicatos de Indústria e Comércio.
- b) Manifestações de consumidores e representantes de assalariiados: Sindicatos de trabalhadores, representantes de conjuntos residenciais, representantes de ex-favelados.

Neste sentido, pode-se observar que os representantes de cada uma das categorias consideradas enunciavam opiniões diferentes.

Os do grupo a reivindicavam aumento do prazo de financiamento e diminuição dos juros, ampliação das faixas a

serem atendidas pelo BNH, maior liberdade à iniciativa privada (no que se refere às operações), racionalização da máquina burocrática dos agentes financeiros, manutenção da CM.

Por outro lado, sugeriam: revisão das faixas de financiamento do BNH, juros mais baixos, adaptação do sistema aos níveis de renda regional, elevação dos tetos de financiamento, dispensa da exigência da poupança, diminuição dos custos de financiamento (sobretudo nos financiamentos concedidos aos empresários).

As reivindicações dessa categoria se corporificavam em sugestões concretas e que se ligavam fundamentalmente à atividade que desempenhavam: referiam-se aos custos operacionais e à rentabilidade e dinâmica da máquina empresarial. A figura do mutuário como recebedor dos benefícios gerados aparecia raramente.

Já os que se situam na categoria b enfatizavam os aspectos sociais da política habitacional, a defasagem entre os índices da CM e os aumentos salariais, o saldo devedor crescente, o aumento relativo que a CM produz no custo de vida, e as consequências negativas da CM para o mutuário.

Este grupo sugeriu poucas medidas concretas; demonstrou apenas sua insatisfação perguntando quem é realmente o beneficiário da Política Habitacional: se ele, mutuário, ou os intermediários e empresários que seriam os reais beneficiários do PNH.

18 - Totem e Tabu no Nordeste

Técnico Responsável: Neuma Aguiar

Órgão Patrocinador: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

Relatório Final: 1974

Através da utilização de conhecimentos da Sociologia e da Antropologia Social e Clínica, procurou-se analisar um aspecto da religiosidade nordestina, tal como se apresenta na literatura de cordel.

O estudo desenvolvido refere-se a crenças religiosas; todavia, não diz respeito ao lado afetivo destas crenças, embora este exista. Procurou-se, principalmente, analisar o lado lógico e objetivo da literatura popular sobre metamorfoses de pessoas ou animais. Enquanto lidando com o sobrenatural, isto é, geram medo, culpa e ansiedade. Suas "estórias" pertencem à categoria do totemismo, pois se referem à relação entre natureza e cultura. O mundo animal é, normalmente, representado em termos de relações sociais semelhantes ao da sociedade humana.

A análise das "estórias" do Nordeste revelou que os elementos mais enfatizados são a religiosidade, o carnaval, a sexualidade e o casamento. O estudo do relacionamento destes elementos, entre si e dentro de um contexto mais amplo do qual participam outros elementos como a localidade, a atividade exercida, situação econômica etc., resultou em duas generalizações importantes: as estórias sobre metamorfose versam sistematicamente sobre incesto; e, nestas "estórias", maltratar os animais é um sinal demoníaco de perda de razão; entretanto, maltratar um bicho que é do domínio do mal, não traz nenhuma consequência maléfica.

Segundo se pode observar, a realização popular nordestina, embora se misture com a religião institucionalizada, não tem uma igreja. A religião católica se aproxima dela para atrair fiéis, porém não é atribuído pelos fiéis aos sacerdotes desta igreja um poderio sobre a natureza humana, a ponto de metamorfoseá-la. Na religião popular, a igreja é a própria natureza, bem e mal são alternativas que as criaturas humanas em sua caminhada pela vida têm que enfrentar. O homem pode pactuar com Deus ou com o Demônio- e o caminho escolhido possui formas de contornos e retornos, encantos e quebrantos. O bem e o mal são formas idealizadas, constituem um encantamento ou uma fantasia. Oposto às representações há, na realidade, o dia a dia, o profano.

Estas questões, situam-se em um nível que, geralmente, é negado no que se refere à experiência cotidiana das sociedades urbanas. Postula-se, contudo, que o sagrado e o demônio fazem parte da experiência de todos, mesmo dos membros sofisticados da sociedade urbana industrial, muito embora sua relevância varie de pessoa para pessoa. Todavia, é frequente que os episódios messiânicos sejam transferidos da expressão pública que tomam em pequenas comunidades para a sala do psicanalista nas sociedades complexas.

Outra relevância clínica desta análise consiste na ilustração de caminhos existenciais culturalmente favorecidos e dilemas que a mesma cultura estabelece. Quando o abismo entre os dois domínios for muito grande, as necessidades clínicas tornar-se-ão maiores, em prol de uma maior tolerância com a ambigüidade e uma ampliação da gama de escolhas possíveis na combinatória do sagrado e do demônio que se apresenta às pessoas em seu cotidiano.

19 - Tempo de Transformação no Nordeste

Técnico Responsável: Neuma Aguiar

Órgão Patrocinador: Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico(CNPq)

Relatório Final: 1974

Este trabalho é, na realidade, um ensaio sobre a relação social entre atividades industriais e agrícolas no Cariri cearense.

A pesquisa foi desenvolvida no sentido de estudar os aspectos não técnicos das técnicas, isto é, a organização entre homens e máquinas na transformação de um produto que advém da natureza. Como esta relação pode ser resolvida de formas diversas em localidades onde há duas estações do ano fortemente demarcadas, a análise se concentrou, principalmente, na contabilidade temporal do trabalho em toda sua variedade para a confecção de produtos no Cariri.

A análise da situação dos estabelecimentos, segundo o tipo de ocupação, revelou a predominância do regime de parceria. Esta forma de remuneração do trabalho consiste num contrato de sociedade em que o proprietário entra com a terra e o parceiro com o trabalho.

Nas pequenas propriedades, entretanto, é frequente o contrato de trabalho temporário, que pode ser por empreitada ou pago. Com o trabalhador por empreitada, acerta-se que um determinado trabalho precisa ser realizado, combinando-se o preço da realização do serviço, em dinheiro.

Ainda com relação à ocupação, a pesquisa observou que, quanto maior a propriedade, menor a possibilidade de contratar mão-de-obra permanente. As propriedades maiores, com mais recursos, fixam mais a mão-de-obra, embora não utilizem plenamente a força do trabalho. A desvinculação da mão-de-obra acentua-se pelo fato da produção substancial da área consistir em culturas temporárias, afetadas pelas estações do ano fortemente demarcadas, oferecendo anualmente, na maioria das culturas, apenas uma safra.

Quanto às formas de exploração da área, observou-se que, além do arrendamento por produção, é frequente o arrendamento por dinheiro. Através destas formas de arrendamento não há vinculação com a terra, mas com o plantio, o que torna o trabalhador vulnerável às injunções do clima.

A produção agrícola da região - basicamente arroz, algodão, cana, feijão, mandioca, milho, fava e fumo - constitui matéria prima para a indústria. A sazonalidade desta produção, bem como o desemprego rural, são fatores que afetam as atividades industriais. A vinculação dos trabalhadores à agricultura se reproduz na indústria, também afetada pelas estações, e com excesso de oferta de mão-de-obra em determinadas épocas do ano.

Outra atividade importante da área é o artesanato. Incentivado pelo Padre Cícero como forma de ocupação dos romeiros que acorriam à região, os tipos de atividades artesanais são inúmeros, podendo-se destacar: a tecelagem de redes, artesanato de cestarias, chapéus, vassouras, cerâmicas, couro, armas, tijolos e telhas etc. Existem, ainda, artesãos de resíduos de produtos industriais, como latas usadas e pneus velhos que são transformados nos mais diversos produtos.

O presente estudo foi composto por um período de observação participante e um período de survey, o que possibilitou o conhecimento detalhado das atividades produtivas desenvolvidas no Cariri. A análise do conjunto destas atividades revelou que o processo de industrialização não provocou o rompimento com a estrutura tradicional da sociedade. Neste sentido, observou-se que as atividades rurais no Cariri são, geralmente, elaboradas em grupos familiares, a unidade doméstica sendo frequentemente uma unidade de produção. Nas atividades manufatureiras também se observou uma ampla estrutura familiar.

O estudo das pequenas fábricas de diferentes produtos, dos artesanatos diversos e das grandes indústrias revelou que, com exceção das duas empresas de transformação de milho existentes, o número de parentes por indústria é bastante elevado, o que revela a importância da vida familiar nas atividades produtivas.

O estudo empírico permitiu lançar uma série de perguntas com o propósito de reformular os modelos existentes sobre os efeitos da industrialização. O que normalmente se espera é que a introdução de indústrias modernas liquide com o artesanato, devido ao seu estágio de desenvolvimento tecnológico inferior deste último, que não possuiria capacidade de sobrevivência em virtude de que aparece ou desaparece conforme o

tempo. Isto leva à vinculação ou desvinculação da mão-de-obra de acordo com a época do ano. A estrutura analisada, entretanto, é bem mais complexa, uma vez que não são só atividades sazonais que são alternadas. Há toda uma vinculação entre as formas de produção agrícola, industrial e artesanal. Estas formas de integração das variedades de produção constituem uma das mais importantes perguntas sobre a estrutura social brasileira.

A pesquisa adotou uma estratégia de verificação sobre as formas de adaptação aos problemas impostos pela natureza, a tecnologia entrando apenas como uma variável, o que permitiu observar as combinações de diversos fatores componentes de sistemas de produção e apreender a parte agrícola das indústrias e dos artesanatos e a relação entre o artesanato e a indústria.

Cabe lembrar, para concluir, que toda teoria de mudança possui, implicitamente, uma noção de tempo. Com a mudança, o tempo se acelera. O tempo tecnicamente acelerado encontra, como obstáculo, a natureza, que delimita os efeitos desta transformação técnica, a não ser que a própria natureza seja transformada pela técnica, ocasião esta em que se opera uma passagem para outros cânones de produção. No presente estado de tecnologia, o tempo alocado para o trabalho do homem é fixado por estes dois parâmetros. De sua equação resultam de emprego, emprego parcial ou temporário, pleno emprego com contratação da mão-de-obra também em caráter temporário, e combinação de emprego industrial e artesanal com emprego rural.

**20 - Absorção de Técnicas de Previsão ao Processo Decisório Em
presarial**

Técnico Responsável: Isabel R. O. Gómez de Souza

Assistente: Maria Helena O. Martinho

**Convênio: Programa Nacional de Treinamento de Executi
vos(PNTE)/Sociedade Brasileira de Introdução
(SBI)/Instituto Universitário de Pesquisas
do Rio de Janeiro(IUPERJ)**

Relatório Final: 1974

Através de uma análise crítica das principais técnicas de previsão existentes, procurou-se destacar as que melhor se adaptariam ao meio empresarial brasileiro. Para tanto, foi estabelecida uma bibliografia sobre o assunto e foram realizadas entrevistas com os coordenadores dos cursos de pós-graduação em nível de Administração Pública e de Empresas a fim de detectar experts em técnicas e métodos prospectivos que pudessem indicar, através do questionário enviado, o nível de conhecimento e de utilização de tais métodos.

As modalidades de previsão selecionadas para estudo foram agregadas dentro de duas categorias.

I - TÉCNICAS INTUITIVAS - Técnicas de previsão que requerem não mais que a intuição de especialistas para sua utilização.

1 - Brainstorming - é um exercício criativo baseado na premissa de que um grande número de idéias implica em algumas boas idéias.

2 - Utopia e Ficção Científica - são construções mais ou menos intuitivas de futuros possíveis.

3 - Delfos - é uma tentativa de se obter consenso sobre a probabilidade de ocorrência de eventos futuros com base na opinião de experts.

4 - Cenário - é uma seqüência cronológica de eventos que têm uma relação lógica entre si e se destinam a esclarecer uma situação futura hipotética.

II - TÉCNICAS DE PROJEÇÃO E TÉCNICAS DECISIONAIS

II.A - TÉCNICAS DE PROJEÇÃO - partem do pressuposto de que a área a ser prevista é passível de um conhecimento objetivo, e em muitos casos, quantificável. São elas:

1. Analogia Histórica - com base no impacto de uma inovação no passado, projeta-se o impacto provável de inovação análoga no presente ou futuro.

ro. Não supõe que a história se repita, mas sim que existam, como em qualquer atividade classificatória, semelhanças estruturais ou formas mais entre eventos.

2. **Projeção de Tendências** - é a projeção de esta dos futuros de aspectos do presente, com base na premissa de coeteris paribus. Existem diversos modelos que podem, inclusive, abranger mais de uma variável, considerando-se taxas inconsistentes de mudança.
3. **Análise Morfológica** - é o detalhamento de todos os efeitos oriundos de uma mesma causa, ou ainda, todas as soluções lógicas para um determinado problema. Não considera a taxa ou a direção de mudança.

11.B - TÉCNICAS DECISIONAIS - se orientam diretamente para a tomada de decisão, mantendo um caráter antecipatório, no sentido de alertarem para possibilidades futuras e conseqüências prováveis de um conjunto dado de escolhas. Assim:

1. **Árvore de Relevância** - é uma rede lógica de eventos ou ações, destinada a elucidar o grau de importância de vários inputs para um objetivo definido de forma geral.
2. **Simulação** - é uma construção de um modelo que simula determinados processos, obtendo a solução ótima de realização de certas atividades.

Para que estas técnicas possam ser utilizadas é imprescindível que as empresas considerem-nas relevantes, e que conheçam esta tecnologia. Portanto, é necessário que o Programa Nacional de Treinamento de Executivos (PNTE) difunda este conhecimento, o que poderia ser feito através dos cursos de Pós Graduação de Administração de Empresas, tendo em vista uma atuação mais a longo prazo. A curto prazo, seria interessante pensar em cursos de treinamento, seminários, packages de auto treinamento etc. Condição para este tipo de difusão, é a dispo

nibilidade de textos (artigos, livros, apostilas) o que implica na formalização de uma política (direta ou indireta) de publicação pelo PNTE, tendo em vista a escassez dos mesmos em português.

De uma maneira geral, existem duas formas pelas quais uma empresa pode incorporar estudos antecipatórios na sua rotina. A primeira seria o uso de consultores externos à empresa, com as vantagens e desvantagens comuns a qualquer tipo de consultoria. A segunda, a criação, dentro da própria empresa, de uma atitude favorável ao uso de técnicas de previsão. Neste sentido, sugere-se que se incentive a modificação das unidades de Pesquisa e Desenvolvimento (R e D), já bastante difundidas no meio empresarial brasileiro, de forma tal que possam incluir em seu âmbito de atividade todo tipo de pesquisa antecipatória.

O pessoal responsável dentro da empresa pelas previsões econômicas e financeiras estaria potencialmente apto a absorver técnicas mais abrangentes de análise antecipatória. Entretanto, para que tal análise possa ser eficaz, é imprescindível a presença de cientistas sociais que, gerando um enfoque multidisciplinar, permita evitar previsões com severas cláusulas de coeteris paribus.

O tamanho da empresa é uma variável chave na adoção de procedimentos tecnológicos. Numa primeira aproximação, pode-se sugerir que as empresas pequenas utilizem o brainstorming as técnicas de projeção e as árvores de relevância, posto que são as menos custosas, as mais simples (não exigem muito preparo do especialista), as mais conhecidas e mais rápidas (isto é, o resultado é obtido com pouco tempo de trabalho). Se estas empresas dispuserem de uma unidade de previsão, podem usar ainda o "delfos e a simulação" (usando a pesquisa operacional com assessoria externa).

As empresas grandes, que disponham de unidades de previsão, não estão, a priori, limitadas para o uso de técnicas. Obviamente, deverão usar primeiro as técnicas mais fáceis e mais confiáveis.

Em certo sentido, os cenários, as utopias, a analogia histórica e análise morfológica são as técnicas mais complicadas para o uso na empresa porque exigem a manipulação de variáveis sócio-políticas, um tanto estranhas ao conhecimento presumido da burocracia empresarial. Portanto, sua utilização ficaria dependente do uso de consultores externos, a não ser que a empresa contasse com a unidade multidisciplinar de previsão.

SUMÁRIO DE REQUISITOS E ESPECIFICIDADES
DAS TÉCNICAS INTUITIVAS

REQUISITOS MÍNIMOS E ESPECIFICIDADES TÉCNICAS	Nº de Especialistas	Tempo para a implementação	Custo (baixo, médio ou elevado)	Áreas onde se aplica	Utilidade para o Planejamento	Uso da Computação	Confiabilidade
UTOPIA	1	Depende do especialista	Baixo	Qualquer	Fraca	Não	Baixa
CENÁRIO	1	Depende do especialista	Baixo	Qualquer	Forte, mas pouco específica	Às vezes	Média
BRAINSTORMING	2 a 10	3 horas	Baixo	Qualquer	Forte, mas pouco específica	Não	Média
DELFOS	* $20 > x > 100$	6 meses	Médio	Duvidosa para previsões políticas	Forte	Às vezes	Alta

* O número deve ser suficientemente elevado para permitir uma análise estatística dos dados, mas não deve ser excessivo, já que afeta o tempo para aplicações.

SUMÁRIO DE REQUISITOS E ESPECIFICIDADES
DAS TÉCNICAS DE PROJEÇÃO
E TÉCNICAS DECISIONAIS

REQUISITOS MÍNIMOS E ESPECIFICIDADES		Nº de Especialistas	Custo (baixo, médio ou elevado)	Áreas onde se aplica	Utilidade para o Planejamento	Uso da Computação	Confiabilidade
TÉCNICAS							
ANALOGIA HISTÓRICA		Equipe interdisciplinar	Médio	Qualquer	Fraca	Não	Baixa
PROJEÇÃO DE TENDÊNCIAS		1	Médio	Qualquer (mas o enfoque deve ser ao nível macro)	Forte	Às vezes	Alta
ANÁLISE MORFOLÓGICA		1	Baixo	Qualquer	Forte	Não	Alta
ÁRVORE DE RELEVÂNCIA		1	Médio	Qualquer	Muito Forte	Às vezes	Alta
SIMULAÇÃO	Jogos	Equipe	Médio	Qualquer	Forte	Às vezes	Média
	Pesquisas Operacionais	Equipe	Alto	Qualquer	Muito Forte	Sim	Alta

21 - Caracterização de Candidatos e Alunos nos Programas de
Mestrado em Administração de Empresas

Técnico Responsável: Marcus Faria Figueiredo

Assistente: Vanda Maria Costa Aderaldo

Convênio: Programa Nacional de Treinamento de Executivos(PNTE)/Sociedade Brasileira de Instrução(SBI)/Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro(IUPERJ)

Relatório Final: 1974

21.1 - O Pós-Graduado da EAESP e o Curso de Pós-Graduação em Administração de Empresas

Técnico Responsável: Maria Izabel Valladão
de Carvalho

Assistente: Maria Tereza Ramos Dias

Convênio: Programa Nacional de Treinamento de Executivos(PNTE)/ Sociedade Brasileira de Instrução(SBI)/ Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro(IUPERJ)

Relatório Final: 1974

Originalmente o projeto teve por finalidade o acompanhamento dos programas de pós-graduação em Administração de Empresas, visando a (1) estudar as condições de aprovação dos candidatos aos cursos de pós-graduação no ano de 1973; (2) analisar as características sócio-econômicas dos alunos e observar se o curso preenche suas necessidades; e (3) estimar o impacto do curso na vida profissional do pós-graduado.

Os trabalhos iniciais, realizados em novembro e dezembro de 1973, sugeriram, entretanto, um estudo mais detalhado do assunto o que resultou em algumas modificações no objetivo inicial do projeto e na sua sub-divisão em duas partes:

- 1 - Caracterização dos candidatos e alunos de cursos de pós-graduação em Administração de Empresas.
- 2 - O pós-graduado da EAESP e o curso de pós-graduação em Administração de Empresas.

CARACTERIZAÇÃO DOS CANDIDATOS E ALUNOS

Esta primeira parte do projeto estudou as seguintes questões:

- a) condições de aprovação dos candidatos, do ano de 1973, aos programas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV-SP), Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE-UFRJ) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
- b) Caracterização dos atuais alunos do programa de pós-graduação em Administração de Empresas da EAESP-FGV quanto às suas expectativas e demandas, procurando aquilatar em que medida o referido programa atende (ou não) ao que o público espera.

Em função da relevância de questões que surgiram foram incluídos mais dois temas de observação:

- 1 - Política de pós-graduação;
- 2 - Rede de atendimento ao candidato e seu desempenho.

Em função dos objetivos da pesquisa, os resultados obtidos, bem como algumas sugestões capazes de implementar os objetivos do Programa Nacional de Treinamento de Executivos (PNTE), foram apresentados dentro de duas linhas básicas de observação: (1) descrição do público candidato e do atendimento nos Programas de Administração de Empresas; (2) análise da demanda efetiva do pós-graduado e a extensão em que as políticas de atendimento formuladas absorvem este público e suas demandas. Em uma terceira etapa foram analisados os fatores condicionantes e determinantes das oportunidades de aprovação nos cursos de mestrado em Administração.

O PÓS-GRADUADO DA EAESP

Esta segunda etapa intentou pesquisar as características dos pós-graduados em Administração de Empresas pela EAESP, os tipos de empresas que os absorvem, suas opiniões em relação ao Curso de Pós-Graduação (CPG); quais e de que tipo são as empresas que recrutam os atuais ocupantes dos postos decisórios que passaram pelo CPG da EAESP.

O universo pesquisado se limitou a EAESP - uma amostra de pós-graduados que terminaram o CPG no período 1965/1971 - uma vez que os demais programas de mestrado auxiliados pelo PNTE só iniciaram seus cursos em 1974.

As conclusões mais gerais desta etapa foram as seguintes:

- 1) do ponto de vista social, o CPG em Administração de Empresas não atuou como instrumento de ascensão social para os grupos que o cursaram e tem atendido a interesses de graduados de altos e médios estratos sociais;
- 2) no que se refere à dimensão educacional, o CPG não conseguiu constituir-se na etapa seguinte de aprofundamento da formação universitária;
- 3) quanto às características ocupacionais de sua demanda, o CPG serviu para ampliar o conhecimento de pessoas que já trabalhavam em postos administrativos e para introduzir novas informações a profissionais inseridos em outras áreas;

- 4) durante o período em que o CPG da EAESP manteve o monopólio da preparação de mão-de-obra altamente especializada em administração de empresas, o curso atendeu fundamentalmente à demanda da capital do estado de São Paulo;
- 5) em sua maioria, os pós-graduados ocupam, atualmente, altas posições hierárquicas nas empresas em que trabalham. Estas posições foram obtidas, possivelmente, através da competência profissional, pois são pouquíssimos os que possuem vínculos de parentesco com os donos das empresas ou que mantêm relação de propriedade com a empresa;
- 6) a comparação entre a abrangência de poder decisório dos cargos ocupados pelos pós-graduados antes e depois do curso, indica a estabilidade dos altos postos de decisão, o incremento de cargos de médio poder decisório e a diminuição de postos de baixo poder decisório. Em consequência sugere-se que a influência do CPG em Administração de Empresas foi possivelmente maior para a aquisição de posições de médio poder de decisão;
- 7) os pós-graduados da EAESP são recrutados, principalmente, pelas grandes empresas privadas nacionais, sobretudo pelos ramos industriais e de serviços;
- 8) de um modo geral, o ex-aluno da EAESP deu uma imagem bastante satisfatória do CPG, uma vez que o curso propiciou, a especialistas de diversas áreas não ligadas à administração, a aquisição de novos conhecimentos, contribuindo para o exercício de funções relacionadas à gestão de empresas e que o foi mais importante que os cursos de treinamento e que o treinamento no trabalho para sua ascensão profissional e o desempenho de suas tarefas. Sua contribuição foi, no entanto, inferior à experiência de trabalho, que o formado percebe como fundamental para sua posição atual.

22 - Estudo Comparativo sobre o Ensino de Administração nos Estados Unidos, França, México, Colômbia, Argentina e Brasil

Técnicos Responsáveis: Laura Dantas

Maria Margarida de Sá Bonelli

Convênio: Programa Nacional de Treinamento de Executivos (PNTE)/Sociedade Brasileira de Instrução (SBI)/Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

Relatório Final: 1974 (2 volumes)

A análise comparativa de diversos centros de formação de executivos, no Brasil e no exterior, resultou em recomendações de políticas específicas para cursos equivalentes ministrados ou a serem ministrados no Brasil.

Basicamente o projeto se constituiu de duas fases: (1) contatos com escolas de administração e (2) análise dos cursos oferecidos no Brasil.

Os resultados desta pesquisa apresentaram uma condensação dos aspectos mais relevantes dos objetivos e características das diferentes escolas pesquisadas; a estrutura dos currículos e dos programas dos cursos; dos critérios administrativos e educacionais das instituições; e, do relacionamento de cada uma com o meio social em que se situa. Observou-se, ainda, alguns aspectos que se evidenciaram como capazes de nortear políticas educacionais na área administrativa.

A análise das informações obtidas sugeriu o seguinte conjunto de conclusões:

1. O binômio formação/treinamento

Destacou-se, inicialmente, a importância de se classificarem os conceitos de formação e de treinamento em administração, tal como evidenciados na análise realizada. Procurou-se identificar como são compreendidos esses conceitos pelas diversas instituições e qual o relacionamento existente entre eles.

Essencialmente, concluiu-se que a formação e o treinamento são processos paralelos com objetivos próprios - diferenciados, ainda que com interpenetração - e que precisam ter delimitado o campo onde podem e devem respectivamente atuar. Se a educação universitária corresponde à demanda do mercado de trabalho e às expectativas empresariais, o treinamento se restringirá à sua missão básica de atualização dos quadros profissionais do país.

2. O perfil do executivo

O tópico que se acaba de considerar põe o observador diante de duas questões interligadas. A primeira enfatizaria a necessidade de determinar a que tipo de instituição pode ou deve ser atribuída a incumbência de treinar para elevar o nível de aptidões profissionais dos executivos. A segunda questão consistiria em saber em que grau da hierarquia se pode classificar um indivíduo como "executivo" para treiná-lo.

A pesquisa responde de forma indireta a essas questões. Verificou-se, no que se refere ao primeiro ponto, a tendência do treinamento se caracterizar, cada vez mais, como uma atividade eminentemente universitária. Isto decorre, em grande parte, da conscientização não só da empresa como da escola, de que esforços conjugados atenderiam mais efetivamente às necessidades de aperfeiçoamento e atualização na área administrativa. Acresce ainda que, desta forma, a ação educativa estaria sendo ministrada com resguardo de legitimidade, uma vez que entregue à Universidade, instituição credenciada.

Os programas educacionais para executivos existentes em muitas instituições da amostra são exemplo do que se afirma. Ressalva-se, ainda, que tal tendência tem sido motivada por experimentos anteriores, em que o "simples" treinamento não atingiu os objetivos desejados.

Fruto do treinamento promovido conjuntamente pela empresa e a escola é o surgimento do empresário/professor ou do professor/empresário, uma duplicidade de papel cujo desempenho tem sido positivamente praticado.

Quanto ao segundo aspecto, alusivo ao conceito de "executivo", observou-se, através da análise dos critérios de admissão aos cursos de pós-graduação, que as instituições exigem conhecimentos práticos e/ou teóricos, mas não condicionam a admissão ao status profissional do candidato. Verificou-se, porém, pelos critérios seletivos, que o grau de conhecimento exigido corresponde, normalmente, a um estágio intelectual ou vivencial em que o indivíduo - se não vai dedicar-se ao ensino ou à pesquisa - está normalmente situado, ou vai situar-se, em posição com responsabilidade de assumir ou assessorar tomadas

de decisões que produzam reflexos sobre o trabalho de outros componentes do corpo funcional ou sobre os destinos da organização.

Assim, seja formado pela prática, seja portador de grau universitário, o executivo com que as instituições analisadas se preocupam é um profissional que, situando-se indiferentemente em qualquer nível hierárquico, participe de decisões de certa relevância para a entidade em que atue. Um executivo não seria, portanto, um indivíduo que, embora com formação superior, não tivesse influência na expedição de normas ou ordens, mas se limitasse apenas a cumprí-las.

Por outro lado, parece que, o objetivo explícito de várias escolas é preparar o aluno para se tornar um "agente de mudança", indivíduo que não só reage adequadamente às situações com que se defronta, mas que, através de visão antecipada dos problemas existentes, age precocemente, decidindo e determinando o rumo dos fatos.

Uma vez que os setores administrativos estão interrelacionados e interagindo dinamicamente com os demais setores do país, é de se esperar que a formação dos "agentes de mudança" seja norteada pelos mesmos valores e objetivos que determinam a política global de desenvolvimento.

A especificidade histórica dos processos nacionais de desenvolvimento reflete-se nos diversos tipos de administradores existentes em cada país. É esta mesma historicidade que determina também qual o modelo de administrador que deverá ser formado para atender às exigências das diferentes situações conjunturais. O seu perfil é ditado pela própria sociedade que se forma e se transforma.

3. Filosofia e objetivos educacionais

Há que se atentar para a possibilidade de os cursos de pós-graduação, no Brasil, atingirem os objetivos institucionais propostos, de capacitar administradores de empresa, no setor privado e público e formar pesquisadores e mestres em administração.

A tendência americana e britânica de fazer do programa de doutorado a via para o magistério e de deixar para o mestrado a tarefa de formar administradores de alto nível, deve ser examinada em suas vantagens e limitações.

Por outro lado, considera-se a necessidade de concentração curricular em termos de atividades teóricas e de pesquisa, requisitos indispensáveis ao futuro professor. No entanto, tal programa pode correr o risco de se divorciar do meio empresarial, formando um tipo de professor não identificado com as questões administrativas rotineiras e com os envolvimento externos e internos que condicionam e impulsionam a ação administrativa.

Verificar em que medida pode ou não um mesmo programa alcançar propósitos diversos é aspecto evidenciado nesta análise e merecedor de atenção na tarefa de definir a filosofia educacional dos cursos de pós-graduação no Brasil.

4. Os programas de ensino

Sobre os programas de mestrado em administração, observou-se a variedade de tendências e de enfoques. Além do programa de Administração de Empresas, mais comumente encontrado, outros visam à pós-graduação em Ciência Administrativa, em Administração Industrial, em Pesquisa Operacional etc., refletindo o empenho desta ou daquela escola em canalizar o interesse do estudante para determinadas áreas de conhecimento.

É nítida a proliferação de novos cursos em muitos dos programas analisados. A inclusão de vários temas corresponde a certo "modismo", como ocorre, por exemplo, com algumas disciplinas quantitativas e com alguns aspectos de questões sociais, urbanas, ecológicas etc.

5. A concorrência estudo/trabalho

Entre os vários aspectos apontados pela análise, há que meditar sobre as condições de realização, em países em desenvolvimento, de cursos de pós-graduação, que exijam do aluno, talvez utopicamente, a dedicação de tempo integral. A possibilidade de dedicação exclusiva à atividade escolar está di-

ritamente vinculada à concessão de bolsas de estudo. Isto, por sua vez, é uma prática que se concretiza na medida em que a formação administrativa, em geral, e a pós-graduação, em particular, se tornam um valor socialmente incorporado, como se observa nas instituições dos Estados Unidos e da Inglaterra. Mesmo no caso de a empresa financiar o estudo de seu funcionário e de arcar com os ônus de um investimento a médio ou longo prazo, é indispensável verificar-se até que ponto o requisito de tempo integral é e pode ser cumprido no Brasil, analisando-se como, em cada área geográfica onde os programas se realizam, esta exigência merece ou não reformulação.

O conceito de tempo integral é questão importante a ser avaliada no regime escolar brasileiro. É imprescindível ajuizar da validade desta instituição em função da natureza do curso, das características próprias de um país em desenvolvimento e do custo que representa para se questionar sobre até que limites seria necessário e possível assumir ônus semelhantes aos que os países desenvolvidos sustentam com tal finalidade.

6. Sistemas de avaliação

Merece realce especial o sistema de avaliação adotado pelas escolas norte-americanas, segundo o qual, além da aferição pelos professores, isoladamente, o rendimento de cada aluno é apreciado pelo corpo docente em conjunto.

No Brasil, experiências esparsas têm sido feitas neste sentido, através de coordenações de ensino e mecanismos semelhantes. Entretanto, ainda produzem resultados pouco significativos e não têm sido difundidos para uso mais amplo e intercâmbio de processos didáticos.

A produtividade escolar ganharia expressivo progresso com a adoção generalizada da avaliação conjunta. Normalmente, o aproveitamento de um aluno pode estar sendo prejudicado em determinada disciplina por falhas didáticas ou defasagem no andamento da ministração de outras matérias, problema sanável se houver trabalho conjunto dos professores, na avaliação.

7. A expansão da ação educativa

É relevante o fato de que a ação educativa, até há pouco tempo monopólio da escola, venha sendo expandida, e que a responsabilidade de formação esteja passando a ser compartilhada por entidades não educacionais.

Os encargos do sistema universitário, crescentes em termos quantitativos e qualitativos, tendem a ser divididos entre outras instituições, principalmente entre as que incorporam a mão-de-obra. É preciso, porém, distinguir a entidade não educacional que se destina apenas ao treinamento de caráter descontinuado, sem substituir-se à escola, daquelas que, como a École Nationale d'Administration (ENA) e o Instituto para el Desarrollo de Ejecutivos en la Argentina (IDEA) não atribuem grau específico, mas, em realidade, são escolas de formação, com características universitárias. Estas últimas, ainda que não estejam vinculadas a uma instituição universitária, devem, latu sensu, ser consideradas como entidades educacionais de nível superior.

Esta constatação suscita o ponto mais relevante dentre as fórmulas praticáveis para acelerar as respostas que se esperam da Universidade do sentido de suprir a demanda: a integração escola/empresa/governo.

Sob este aspecto, a pesquisa ressaltou diferenças significativas no que se refere ao interesse e apoio empresariais à formação de administradores.

Na comparação, observou-se que o Brasil carece de contribuição empresarial mais expressiva no ensino de administração, seja através da concessão de bolsas (como ocorre nos Estados Unidos), seja pelo oferecimento de estágio ao estudante ou por outras formas de cooperação.

A participação da empresa na formação universitária do administrador brasileiro - condição para o país dispor de quadros capazes de criar e difundir o "estilo" administrativo necessário ao desenvolvimento - não tem sido estimulada junto ao empresariado, com a intensidade desejável, talvez principalmente em razão de falta de medidas interativas promovidas pelo próprio setor educacional.

A nível de graduação, não se observou nenhum vínculo efetivo entre a escola e a empresa. A iniciativa privada, que se tem demonstrado sensível quanto à necessidade de formar pessoal administrativo qualificado, pode ser incentivada a investir mais e a longo prazo.

A nível de pós-graduação, no Brasil, os cursos de mestrado em administração foram criados, incentivados e apoiados financeiramente pelo Programa Nacional de Treinamento de Executivos (PNTE). No momento oportuno, poderá a empresa vir a ser chamada a colaborar.

Por se tratar de cursos de criação recente e por atingir um número reduzido de alunos, ainda não desencadeou o efeito-demonstração indispensável para tornar tal nível educacional um valor institucionalizado. É certo, no entanto, que ao tomar a si o encargo de estimular a formação universitária pós-graduada, o governo precisará também evitar o retreinamento da empresa privada, sensibilizando-a para o interesse oficial em se obterem os benefícios mútuos da integração.

Nos dois níveis de ensino, portanto, cabe atuação incentivadora do Estado, motivando, por exemplo, os estabelecimentos públicos de ensino a procurar o empresariado, e oferecendo a este algumas contrapartidas pelo apoio mais estreito à formação e aprimoramento dos administradores.

23 - Dimensões do Planejamento Urbano: O Caso de Curitiba

Técnico Responsável: Edmundo Campos Coelho

Assistentes: Almir Fernandes

Alvaro Pessoa

Elisa Mendes de Almeida

Maria Aparecida Alves Hime

Órgão Conveniente: Ministério do Interior

Relatório Final: 1975 (2 volumes)

Dada a elevada taxa de fracasso de planos urbanísticos no Brasil, o estudo de um caso de planejamento bem sucedido - como o de Curitiba - , justifica-se plenamente por suas implicações tanto teóricas quanto práticas. Embora não se possa generalizar, com segurança, o padrão curitibano a outros sistemas urbanos, pode-se compará-los aos que venham a ser codificados e definidos e, desta comparação, extrair os elementos comuns capazes de nortear a formulação de uma teoria brasileira de planejamento.

Em suas conclusões, a pesquisa faz algumas recomendações capazes de reduzir a taxa de fracasso dos planos urbanísticos, locais ou municipais, no Brasil.

Na elaboração do trabalho, foram consideradas duas ordens de fatores não excludentes, mas que, ao contrário devem ser tomadas em conjunto.

Inicialmente, admitiu-se como primeira hipótese, que os fatores condicionantes do sucesso - ou fracasso - do planejamento urbano são de natureza local, isto é, são susceptíveis de controle pelos decisores locais. Neste sentido, a adoção dos seguintes mecanismos, instrumentos e estratégias institucionais ofereceria, a outros planejadores, um incremento substancial das probabilidades de sucesso em experiências de planejar o desenvolvimento urbano local:

- 1) Utilizar, de forma preponderante, o elemento técnico local.
- 2) Os municípios carentes de número adequado de pessoal técnico deveriam contratá-los em outros mercados com o propósito de equipar suas assessorias de planejamento.
- 3) Nos municípios onde a magnitude do planejamento comporte a criação de uma agência do plano como entidade distinta na estrutura administrativa, esta deveria localizar-se fora da estrutura consolidada da administração municipal.
- 4) A fiscalização da obediência às normas urbanísticas deveria ser competência de um órgão de linha; a execução, de outro ou outros.

- 5) Órgãos colegiados com representação política deveriam ser experimentados como instrumentos de formação de consenso.
- 6) Institucionalizar a prática das sondagens de opinião para aferir as necessidades e preferências da população ou para confrontar umas com as outras.
- 7) Recomenda-se ao planejador local o máximo de flexibilidade na estratégia de planejamento.

Em seguida, admitiu-se, como hipótese alternativa, que os fatores condicionantes deveriam ser detectados ao nível onde se formule a política nacional de planejamento urbano. Para os propósitos deste trabalho, identificou-se este nível no Ministério do Interior. As recomendações seguintes visam a uma maior eficácia na formulação e implementação de políticas de desenvolvimento urbano local:

- 1) Investimento em pesquisa como instrumento de produção de informações para alimentar o processo decisório.
- 2) Levantamento e avaliação de pesquisas e estudos já existentes.
- 3) Estabelecimento de um sistema efetivo de absorção e processamento de informação gerada por pesquisas e estudos conduzidas diretamente pelo MINTER ou por ele contratadas.
- 4) A divulgação de estudos e pesquisas realizadas pelos órgãos do MINTER ou por ele contratadas.
- 5) A implementação de um sistema de avaliação de desempenho de programas de desenvolvimento local.
- 6) A avaliação da experiência do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) no que diz respeito a sua participação no PAC (Programa de Ação Concentrada do MINTER).
- 7) A avaliação do sistema de coordenação do PAC.
- 8) Uma avaliação das premissas de valor que orientam a política nacional de desenvolvimento local.

24 - Tendências Atuais nas Ciências Sociais no Brasil

Técnico Responsável: Neuma Aguiar

Convênio: Fundação Ford - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)/Sociedade Brasileira de Instrução.(SBI)/Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro(IUPERJ)

Relatório Final: 1975

Problemas de formação de professores e investigadores em Ciências Sociais; a produção de conhecimentos através das atividades de pesquisa; e, finalmente, as tentativas de articulação na área de Ciências Sociais no sentido da constituição de associações para a definição de parâmetros próprios de investigação e ensino, foram o objeto deste trabalho.

A produção científica de uma matriz institucional iniciou-se em 1930 e culminou com o advento das escolas de pós-graduação no Brasil. As universidades, antes restritas a escolas determinadas com impacto regional, abriram-se para ministrar aos seus formandos os métodos e técnica de investigação científica obtidos no exterior, através dos quais se procura associar tradição a conhecimentos da realidade nacional. Estes conhecimentos passaram a ser gerados em um contexto institucional, através dos programas de pós-graduação que, a partir de 1965, apresentaram um crescimento bastante acelerado.

A análise dos professores e sua formação demonstrou que, em sua grande maioria, foram formados no exterior e que as especialidades que os professores obtêm em seus doutorados, possivelmente opera na escolha dos programas de cursos oferecidos pelas instituições. Observou-se, ainda, que as linhas de pesquisa estabelecidas pelas instituições não coincidem, necessariamente, com as linhas de desenvolvimento dos currículos de cursos.

Com relação à produção de conhecimentos, a pesquisa constatou que o principal objeto de interesse das análises sócio-políticas tem sido o Estado Nacional, sua constituição, sua clientela, sua racionalidade, suas relações com setores sociais, com estados e municípios, sua representatividade, sua responsabilidade relativa a tomada de decisões, as alternativas políticas colocadas à sua disposição, os graus de abertura e fechamento, os graus de arbitrariedades ou autoritarismo.

A questão de produção de conhecimentos está intimamente ligada ao problema do funcionamento das pesquisas científicas. Existem, no Brasil, diversos órgãos que patrocinam sistematicamente as Ciências Sociais. Entretanto, os cientistas sociais frequentemente se deparam com o problema de distinguir, claramente, junto às agências financiadoras, o status de pes

quisador científico do status de consultor. Relacionados com esta questão estão os direitos sobre os dados das pesquisas contratadas. Os dados são sempre um direito do investigador, não pertencentes, portanto, às financiadoras, a não ser que o contrato de trabalho tenha uma modalidade não acadêmica, e a relação seja de consultor ou de funcionário da entidade contratante. Outro direito que os cientistas sociais se reservam é o de tornar os dados da pesquisa de livre acesso ao público, não admitindo modalidades de pesquisa que possam receber a categoria de matéria classificada, impublicável ou secreto.

Finalmente, procurou-se explicar a tentativa de se constituir, a nível de pós-graduação, associações pluri-disciplinares, com o objetivo básico de defender um alto nível de profissional de ensino e favorecer o intercâmbio entre professores, a troca de idéias e a discussão de problemas comuns ao ensino. Para tanto, intentou-se criar a Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais que teria como finalidade a integração de atividades interdisciplinares, congregando não apenas programas de pós-graduação em Ciência Política, Sociologia e Antropologia, como também em Administração Pública, Planejamento Urbano e Psicologia Social.

Esta forma de associação seguiria os moldes da integração de várias disciplinas em contraposição a uma perspectiva excessivamente especializada, procurando uma meta-linguagem que permita a comunicação e cooperação entre os diferentes ramos do conhecimento. Esta perspectiva multi-disciplinar relaciona o acesso e a ampliação do mercado de trabalho para o sociólogo à qualidade do trabalho pós-graduado, enfatizando a necessidade de se organizar um sistema de excelência para assegurar alta qualidade dos programas de pós-graduação.

25 - Economias Administrativas de Escala: Efeitos do Tamanho sobre a Estrutura Administrativa da Empresa

Técnico Responsável: Edmundo Campos Coelho

Assistentes: Geraldo Elvino Magalhães

Lilian Martins Ferreira

Mônica Maria Soares Carneiro

Convênio: Programa Nacional de Treinamento de Executivos(PNTE)/Sociedade Brasileira de Instrução (SBI)/Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro(IUPERJ)

Relatório Final: 1975

Investigar as condições para a existência de economias administrativas de escala em empresas industriais, e especificar e sugerir o impacto das relações entre tamanho versus complexidade, supondo-se que estas variáveis interagem quanto aos seus efeitos, foi o foco teórico que orientou esta pesquisa.

Os trabalhos foram desenvolvidos no quadro de duas linhas básicas de observação: (1) a existência de economias administrativas de escala e (2) o grau de intensidade administrativa com que operam as empresas.

Em outras palavras, procurou-se, inicialmente, uma relação entre a taxa de crescimento do pessoal administrativo das empresas e a taxa de crescimento do pessoal operário. Posteriormente, foi observada a proporção de pessoal administrativo existente numa empresa, tomando-se como base o número de pessoal operário.

As informações foram obtidas através de questionários enviados a 69 indústrias com sede e fábrica no ex-estado da Guanabara pertencentes às seguintes categorias, definidas a partir de critérios de tecnologia: indústria química, indústria têxtil, indústria mecânica e indústria de material elétrico e comunicação.

O questionário consta de dados sobre tamanho e estrutura da empresa, dimensões do componente administrativo (e suas sub-divisões), despesa com pessoal nas diversas categorias funcionais e dados sobre a tecnologia empregada na empresa.

Quando às conclusões, constatou-se:

- 1) a existência de economias administrativas de escala;
- 2) a existência de economias administrativas no quadro de supervisores e chefes e no quadro do pessoal de direção. Estas economias, no entanto, não são economias de escala;
- 3) que deseconomias administrativas surgem ao nível do quadro do pessoal de escritório e do quadro administrativo total;
- 4) os efeitos negativos de Tamanho na intensidade administrativa das empresas;

- 5) que estes efeitos de Tamanho sobre intensidade administrativa não são independentes dos efeitos de outros fatores;
- 6) que, com relação ao quadro de direção, os efeitos de Tamanho são, em escala significativa, independentes dos efeitos de outros fatores;
- 7) que o fator de maior peso na produção de um quadro de escritório e de supervisão e chefia é o grau de intensidade do capital empregado;
- 8) a coexistência de formas burocráticas e não burocráticas de organização e coordenação do trabalho;
- 9) como efeito da dimensão burocrática da coordenação, quando os quadros de escritório e de supervisão e chefia se expandem, o quadro de diretores é liberado das tarefas de coordenação direta, pessoal, que são assumidas pelos outros dois;
- 10) uma correlação de -0.17 entre Tamanho da empresa e participação percentual das Despesas com Pessoal Administrativo no total das despesas das empresas, o que não é muito alto, embora o sinal da associação seja significativo de um ponto de vista substancial.

Finalmente, resta ressaltar que a abordagem estrutural das questões tratadas nesta pesquisa deve ser considerada apenas como uma etapa preliminar de uma investigação mais aprofundada, uma vez que as economias administrativas e os graus de intensidade administrativa são variáveis sujeitas à manipulação arbitrária dos altos executivos de empresas e, portanto, só poderão ser compreendidos adequadamente, quando se adicionar à análise, a dimensão das motivações empresariais que informem o processo decisório.

**26 - Manual de Conceitos e Indicadores em Estudos Organizacio
nais**

Técnicos Responsáveis: Julio Abulafia Salinas

Renato Raul Boschi

**Convênio: Programa Nacional de Treinamento de Executi
vos(PNTE)/Sociedade Brasileira de Instrução
(SBI)/Instituto Universitário de Pesquisas
do Rio de Janeiro(IUPERJ)**

Relatório Final: 1975 (2 volumes)

A equipe elaborou um manual contendo os conceitos mais significativos utilizados na análise de organizações e seus respectivos indicadores; analisando estes conceitos, suas definições e os estudos que manuseiam suas medidas; e fixando exemplos de medidas e conceitos, com validade e confiabilidade testados, numa tentativa de fornecer um guia prático de conceitos de pesquisa empírica sobre organizações e oferecer uma visão geral do tipo de problemas teóricos e empíricos existentes na área de organizações complexas.

Após a análise dos vários enfoques correntes na análise organizacional foram apresentadas algumas considerações metodológicas, fixadas as principais estratégias analíticas dominantes e estabelecidos os critérios para a elaboração de uma taxonomia de estudos capaz de admitir a montagem de um dicionário de medidas e conceitos.

Na elaboração do trabalho, observou-se:

- 1) A carência quase absoluta de estudos organizacionais no Brasil, conforme análise das duas principais revistas relacionadas ao tema - Revista Brasileira de Administração Pública e Revista Brasileira de Administração de Empresas. A utilização de teorias e práticas desenvolvidas em e para contextos desenvolvidos sugere perda da racionalidade quando se opera num país em vias de desenvolvimento como o Brasil. Não é só uma questão de grau de desenvolvimento, mas também o meio cultural, o tipo de recursos humanos disponíveis e as metas substantivas que se quer implementar. Na ausência de uma reflexão sistemática sobre a administração brasileira, fica o empreendedor, o técnico, o acadêmico, reduzido à utilização de enfoques menos adequados.
- 2) Para se avançar políticas consistentes e eficazes de modernização do profissional executivo é necessário um conhecimento sistemático das características organizacionais, inclusive no que se refere à determinação do "peso" e forma de interação entre as variáveis mais relevantes. O "Manual" poderá servir como instrumento de apoio à expansão dos estudos na área organizacional. Seu maior interesse deverá estar, portanto, nos meios acadêmicos bem como nas instituições que se dediquem à pesquisa em organizações.

- 3) A necessidade de se aprofundar cada vez mais o conhecimento das relações altamente complexas entre as variáveis organizacionais. Fatores como autonomia da organização, incerteza, inovação, realização individual, satisfação com o trabalho etc., estão relacionados entre si de forma intrínscada, e o desconhecimento da forma assumida em sua interação se constitui em impedimento à interferência planejada no universo social.

O Manual de Conceitos e Indicadores em Estudos Organizacionais pode significar um avanço no enfoque destas questões, uma vez que:

- proporciona, ao investigador, um universo mais significativo dos aspectos organizacionais discriminados segundo as diferentes dimensões que compõem uma organização (contexto, estrutura, indivíduo) e delimitados em seu alcance teórico e conceitual;
- oferece um registro de medidas das principais variáveis organizacionais, assim como seus respectivos procedimentos de operacionalização; e
- cataloga a metodologia implementada em estudos sobre organizações complexas, informando sobre a manipulação teórica e prática das variáveis selecionadas.

No "Manual" foram incluídas as seguintes variáveis:

- I - Contextuais, ou seja, que se referem a aspectos do meio ambiente em que as organizações operam, tais como: autonomia da organização, contexto organizacional, enfrentamento, incerteza ambiental, meio ambiente operativo task environment, relações inter-organizacionais (interação organizacional), tamanho da comunidade, volatilidade.
- II - Estruturais, vale dizer, relativas a aspectos da estrutura interna das organizações, como, por exemplo: autonomia, burocratização, centralização, complexidade (diferenciação estrutural, divisão do trabalho, complexidade técnica, complexidade da estrutura de tarefas, complexi

dade de tarefas), componente administrativo, eficiência organizacional (eficácia organizacional), escopo de controle, rigor de supervisão, especialização (especialização funcional, especialização departamental), estratificação, fluxo do trabalho (permeabilidade da velocidade e impacto e imediatividade do controle de) inovação, metas organizacionais, padronização, profissionalização, sistema administrativo, tamanho, tecnologia, tradicionalismo.

- II - Comportamentais: alienação, comportamento inovador, comunicação, controle organizacional, desenvolvimento de equipe e integração, fatores do índice de colaboração em equipe, incentivos profissionais, realização individual, satisfação com o trabalho, questionamento de autoridade - pressão para mudança e conflito.

27 - Caracterização de Candidatos, Alunos e Formados nos Programas de Mestrado em Administração de Empresas

Técnicos Responsáveis: Laura Dantas

Marcus Faria Figueiredo

Assistentes: Belmira Magalhães

Edda Maria Petersen Mendes

Vanda Maria Costa Aderaldo

Convênio: Programa Nacional de Treinamento de Executivos (PNTE)/Sociedade Brasileira de Instrução (SBI)/Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

Relatório Final: 1975 (2 volumes)

A primeira etapa deste projeto, realizada em 1974 e referida em etapa anterior deste trabalho, teve o propósito de (1) examinar as condições de aprovação dos candidatos de 1973 aos cursos de mestrado em administração e (2) caracterizar os alunos da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV-SP) quanto às suas expectativas e demandas em relação a instituição que frequentavam.

Com base nos resultados então obtidos, esta fase subsequente e intermediária do estudo se propõe a:

1. caracterizar, no geral e para cada grupo, as populações de candidatos de 1974 e de alunos e de formados de 1975;
2. construir um modelo preditivo para as condições de aprovação nos exames de seleção;
3. examinar as populações de alunos e de formados, quanto às suas motivações, objetivos e expectativas em relação aos respectivos cursos.

A população observada compõe-se de candidatos, alunos e formados dos cursos de mestrado em Administração da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE-UFRJ), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV-SP).

No que se refere às condições de aprovação, pode-se desenhar o perfil típico do candidato com maiores chances de aprovação da seguinte forma: ele deve ter concluído o curso de graduação no Sudeste, secundariamente no Sul, ter no mínimo dois anos de formado e revelar uma motivação de natureza formal em relação ao curso de mestrado que pretende realizar.

Quanto à caracterização da população, a pesquisa revelou que:

1. As populações de candidatos, alunos e formados são predominantemente masculinas.

2. As faixas de idade das populações mostraram que entre can
didatos, qualquer que seja o mestrado, há uma concentração
nas faixas média e baixa.
3. No que diz respeito à formação universitária da população,
a pesquisa demonstrou que a maioria dos candidatos, alunos
e formados tiveram formação em Administração ou nas chama
das áreas afins ao mestrado em questão: Ciências Econômi
cas e Engenharia.
4. No que se refere à experiência profissional, a pesquisa re
velou que a maioria dos candidatos e alunos estavam traba
lhando no momento em que procuraram o mestrado em Adminis
tração. Quanto aos formados, verificou-se que quase a tota
lidade exercia, no momento, atividades profissionais.
5. As observações referentes a esta população reproduzem ain
da o tipo de estrutura hierárquica piramidal prevalecente
no mercado de trabalho: a maioria não tinha participação
decisória à nível institucional nas organizações onde tra
balhava, no caso de alunos e candidatos, ou trabalha atual
mente, como acontece em relação aos formados.
6. Os dados sobre a natureza das funções desempenhadas por
candidatos e alunos caracterizam estes grupos como nitida
mente não-acadêmicos. Por outro lado, a pesquisa constatou
que pouco mais da metade dos formados estão atuando no se
tor acadêmico.
7. Tendo em vista que o estreitamento do intervalo de tempo
entre o término da graduação e a entrada na pós-graduação
pode determinar modificações no perfil da população, a pes
quisa constatou que, para a maioria dos formados de 1975,
a passagem entre os dois níveis do ensino superior não é
imediate. No entanto, cerca da metade dos alunos e candida
tos passam de forma rotineira da graduação ao mestrado.
8. A rede de atendimento dos programas não apresenta diferen
ças acentuadas quando analisada em termos de candidatos, alu
nos e formados. Nas três situações, a maioria da população
reside no Sudeste, região onde os cursos se realizam.

Estas observações quanto às características da população analisada destacaram, indiretamente, a função do recrutamento, da seleção e da socialização enquanto moduladores do perfil da elite administrativa do país. Neste sentido, a pesquisa pode indicar, com bastante acurácia, consequências importantes em termos de policy para o treinamento de executivos tal como vem sendo implementada pelo Programa Nacional de Treinamento de Executivos (PNTE).

28 - Explorações sobre Teoria de Controle Político: Coerção e
Cooptação no Brasil

Técnicos Responsáveis: Marcus Faria Figueiredo

Peter McDonough

Órgãos Patrocinadores: Universidade de Michigan-Centro
de Estudos Políticos/Instituto U
niversitário de Pesquisas do Rio
de Janeiro (IUPERJ)

Relatório Final: 1975

Procura-se analisar os fatores que contribuíram tanto para o declínio como para a durabilidade, a médio prazo, dos regimes autoritários. Para tanto, procurou-se desenvolver, inicialmente, um construto de controle político em termos de mecanismos coercitivos, utilitários e normativos. Em uma segunda etapa, procurou-se interpretar a consolidação do sistema político brasileiro, a partir de 1964. A análise quantitativa se baseou em dados referentes a brasileiros que, de 1964 a 1971, foram afastados de seus postos políticos e/ou tiveram seus direitos políticos cassados. Finalmente, procurou-se especificar algumas das diferenças entre os sistemas poliárquico, autoritário e totalitário, em termos de controle dos impactos de políticas. Embora os sistemas autoritários que utilizam tanto os incentivos utilitários quanto as sanções coercitivas sejam mais adaptáveis que os que se baseiam apenas na coerção, a conexão entre os resultados de suas políticas específicas e o apoio político se apresenta curvilínea através do tempo, sua legitimidade tornando-se independente ou negativamente correlacionada com a distribuição de benefícios materiais.

Em suas conclusões a pesquisa revelou que as alterações nos objetivos e nos tipos de repressão utilizados no Brasil desde 1964 são largamente explicados em termos das tentativas de institucionalização do regime. Ainda que essa proposição possa parecer trivial, a verdade é que as conexões entre repressão e institucionalização não são inequívocas.

Os partidários da revolução não atingiram consenso sobre o que deveria ser institucionalizado. Com o passar do tempo o padrão de coerção reflete a ambivalência deles diante das fórmulas rivais legitimadoras da democracia liberal ou de um autoritarismo mais direto. Esta ambivalência ainda não atingiu uma extrema polarização e a revolução tem sobrevivido, em parte, porque ambos os grupos temem, embora não igualmente, a política de massas. A estratégia de se obter a legitimidade através da mobilização não foi posta em prática da mesma forma que, por exemplo, no México, no Peru e em outros países.

O conflito tornou-se muito mais intenso com relação a quem governa - os leões ou as raposas - que em relação a quem participa. Isto explica o paradoxo de que, embora a coerção não tenha sido consumada, o regime não tinha sido inteiramente

mente legitimado. A coerção tornou-se anti-política, mas ainda não foi definido o que substituirá a política.

A análise dos fatores que contribuíram para o declínio, e nos quais se baseou a longevidade dos sistemas autoritários, demonstrou que estes sistemas podem se manter por bastante tempo sem atingir, entretanto, o controle total. Nesse sentido pode-se argumentar, que um regime autoritário simplesmente não é capaz de alcançar um controle absoluto. Ao mesmo tempo, o regime pode não precisar deste controle total na medida em que conseguir tanto coagir quanto o cooptar os cidadãos. Além do mais, o regime provavelmente não quer atingir controle absoluto dado os custos associados a este processo. O teorema fundamental é que a crescente penetração do Estado na sociedade não é unilinear nem soma zero. No limite pode aumentar a mobilização social, que os regimes autoritários querem reduzir.

Sugere-se, ainda, que o fato do sistema ser inteiramente legitimado traz problemas para o regime pelo menos a longo prazo. Isto não significa que o sistema contém as sementes de sua própria destruição. A mais simples previsão que se pode fazer seria uma mistura ambígua de probabilidades teórica e atuariais: (1) quanto mais um regime sobrevive tanto mais tende a persistir sobrevivendo; e (2) a evidência histórica baseada, normalmente em um período de 30 anos, parece ter este prazo como o limite da distribuição de vida dos sistemas autoritários. Além de serem algo contraditórios, e a despeito da validade de cada uma delas, estas previsões não são muito informativas. Seu poder explicatório é baixo como o é a regularidade empírica de que a maioria dos regimes autoritários terminam através de derrotas em guerras. Até mesmo as condições externas à derrocada - conflito internacional - são menos aplicáveis aos regimes autoritários na América Latina, onde as guerras têm sido mais infrequentes, que na Europa. De qualquer forma, a natureza a-teórica dessas probabilidades alertam quanto a dificuldade em se utilizar um modelo causal para determinar a época em que deverá terminar determinado sistema autoritário.

O fator tempo, entretanto, torna-se relevante para o desenvolvimento ou declínio dos regimes autoritários no sentido em que quanto mais tempo o regime estiver no poder, me

nor será a legitimidade desse poder. Os regimes autoritários são intervenções reconhecidamente transitórias que não podem ser prolongadas sem diminuir uma autoridade que só é legítima na medida em que é temporária. Por esta razão é que o prolongamento de seu poder é normalmente, acompanhado por um grau mais alto e não mais baixo de coerção, apesar da eficácia da cooptação através do progresso econômico. Além do mais, assim como a legitimidade da permanência militar no poder é pequena, não existem regras claras quanto aos métodos de transmissão do poder. Portanto, embora o regime possa, de certa forma, sobreviver por muito tempo permanece a incerteza sobre a institucionalização.

Enquanto, com o passar do tempo, as mudanças na legitimidade tendem a se tornar negativas o sucesso econômico pode aumentar a popularidade do regime a curto e médio prazos. Entretanto, as políticas utilizadas pelo regime para consolidar suas determinações podem terminar perdendo sua relevância. Sugerimos um efeito limite para dar conta da conversão ineficiente de políticas públicas em apoio político. Depois de determinado ponto, na medida em que melhorem as condições materiais, aumentará a saliência da legitimidade imperfeita. A preocupação assim elevada com valores interage com a tendência para o declínio da legitimização puramente como função do tempo, o bias para resolver problemas do autoritarismo modernizador pode afetar a população de forma não facilmente distinguível daquelas encontradas nas crises do pretorianismo.

29 - Organização Patrimonial do Estado Brasileiro no Século XIX

Técnico Responsável: Fernando Uricoechea

**Órgãos Patrocinadores: Fundação Ford/Instituto Univer
sitário de Pesquisas do Rio de
Janeiro (IUPERJ)**

Relatório Final: 1976

Existe uma vasta literatura especializada sobre a formação do Estado brasileiro e o papel que nesse processo desempenharam as classes sociais. Esta literatura tem-se frequentemente articulado em torno das controvérsias ordem privada versus ordem pública; capitalismo versus feudalismo. Para alguns autores, o Brasil de ontem esteve sujeito à influência "excessiva" da ordem privada de forma que a ordem pública estava literalmente privatizada, dando origem a uma organização essencialmente feudal; para outros deu-se o caso oposto: a instância política efetiva foi o Estado organizado sob moldes capitalistas e se utilizando das oligarquias locais.

O propósito desta pesquisa é contribuir à discussão desse debate, lançando mão de evidência histórica e deixando de lado a controvérsia literária. A pesquisa articulou-se em função do exame da Guarda Nacional durante o Império (1831-1889). O objetivo consistiu em ver de que modo a organização militarizada dos senhores de terra durante o Império permite fazer inferências sobre a organização política e a ordem social desse período.

As fontes de estudo foram primárias. Selecionaram-se, em primeiro lugar, as províncias de Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e a Corte como os loci para as análises das milícias. O material pesquisado consistiu no exame da correspondência oficial entre os comandantes locais e os comandantes superiores; entre estes últimos e os presidentes provinciais; e entre estes últimos e os ministros da justiça. Pesquisaram-se as seções relevantes nos arquivos estaduais de Porto Alegre, Salvador, Belo Horizonte, Niterói e, finalmente, o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

A pesquisa, procura situar a experiência brasileira das milícias dentro de um contexto patrimonial de organização da sociedade política, contexto este que tem seus antecedentes na longa experiência colonial de governo português. É então que se lançam os alicerces institucionais para a posterior organização burocrática-patrimonial durante o Império. A Guarda Nacional é analisada, pormenorizadamente em contraste com o desenvolvimento histórico da burocratização crescente do estado imperial no século passado.

Ao contrário da imagem convencional transmitida pelo folclore historiográfico brasileiro, a Guarda Nacional durante o Império não foi um vazio clube político de coronéis sem função institucional explícita. A negligência com que a história contemporânea tem tratado a Guarda Nacional prende-se a esse estereótipo historicamente infundado. A Guarda Nacional da Primeira República é apenas a continuação da Guarda Nacional a partir de 1873. Isto é, uma coletividade de "coronéis". Antes dessa data, e a partir de 1831, quer dizer, por mais de quarenta anos, a Guarda Nacional constitui o experimento mais vasto e sistemático de liturgia patrimonial cobrada da classe de homens livres para efeitos de governo local.

As deficiências burocráticas e a penúria fiscal típicas do Estado brasileiro durante boa parte do século passado contribuíram para que se lançasse mão do apoio das classes locais dominantes e do homem livre pobre para a administração de política e justiça. Durante mais de quatro décadas, a Guarda Nacional foi, então, uma estrutura militarizada de senhores e regimentada de homens livres pobres para a administração patrimonial do governo local.

Uma série de mudanças ocorridas no seio da sociedade brasileira a partir da guerra com o Paraguai modificaram, enfim, a organização política anterior. Novas formas de solidariedade, novas bases de legitimidade, a gradual institucionalização de uma nova legalidade levaram à criação de uma nova ordem social com características crescentemente burocráticas e racionais, na qual a experiência patrimonial de governo não era mais sustentável.

30 - Impacto dos Programas Ferroviário e Siderúrgico na Formação de Técnicos de Nível Médio: Um Estudo Piloto

Técnico Responsável: Olavo Brasil de Lima Junior

Órgão Convenente: Comissão de Estudo de Avaliação para o Desenvolvimento Brasileiro (CEADE)

Relatório Final: 1976 (2 volumes)

Buscou-se proceder a uma análise da evolução dos setores de ensino técnico, ferroviário e siderúrgico, visando a estabelecer taxas de crescimento, avaliar a importância a eles atribuída no planejamento federal e, acima de tudo, detectar o impacto no ensino técnico da expansão dos setores siderúrgico e ferroviário, procurando identificar, se e quando possível, sua complementaridade.

No que se refere aos setores ferroviário e siderúrgico, a análise histórica e institucional indicou a prática inexistência, até bem recentemente, de inter-dependência entre os setores aqui considerados. É apenas a partir da programação do setor ferroviário para 1970/75 que se considera explicitamente a expansão do setor para atender a necessidade do setor siderúrgico.

Ao longo de todo o período estudado, observou-se o prático abandono do setor ferroviário, tornando-o um dos pontos de estrangulamento do desenvolvimento brasileiro, em anos recentes, em virtude da prioridade máxima dada ao transporte rodoviário, enquanto o setor siderúrgico expandia-se rapidamente.

Interessante, no entanto, é a retomada de importância do setor ferroviário dentro dos mesmos princípios que historicamente orientaram o surgimento e crescimento do setor: servir de escoamento para produtos de exportação.

Do ponto de vista de reaparelhamento institucional e administrativo em âmbito governamental, novamente é o setor siderúrgico que se destaca. Basta lembrar que só recentemente a Rede Ferroviária Federal passou a dispor de e controlar recursos financeiros para sua própria expansão, fato que, por si só, é bom indicador da não relevância do setor no planejamento federal.

A falta de prioridade dada ao setor ferroviário no planejamento federal desde as primeiras tentativas de planejamento no Brasil, até seguramente 1970, tem a ver com as próprias origens e a ocasião do envolvimento estatal em um e outro setor.

Assim o setor siderúrgico, de criação bem mais recente (a antiga Belgo-Mineira foi fundada em 1917), assistiu, já na década de 30, à intervenção governamental para suprir necessidades não satisfeitas pela iniciativa privada. Em 1941 surgiu a Companhia Siderúrgica Nacional que representava, na prática, a efetiva posição do Estado como produtor, lado a lado com a iniciativa privada e, no futuro, suplantando em quase todas as linhas de produção a própria iniciativa privada.

Quanto ao ensino técnico no Brasil, a pesquisa revelou os seguintes pontos básicos:

- 1) Além da participação quase que simbólica do ensino técnico como uma das metas do Presidente Kubitschek, só a partir da Metas e Bases para a Ação do Governo o ensino técnico passou à ser prioridade nacional, como de resto a educação em geral;
- 2) Os princípios norteadores da política educacional, em relação ao técnico de nível médio, consistem, basicamente, em gerar recursos humanos para o desenvolvimento, apesar do movimento democratizante e universalista da década de 60; do movimento só se incorporou, e assim mesmo subordinado à necessidade de se gerar técnicos para o desenvolvimento, a idéia do currículo pleno, como instrumento para arender à dualidade estrutural do ensino; e
- 3) O ensino técnico, na década de 60, dificilmente apresenta tendências homogêneas, exceto o decréscimo relativo do ensino comercial, oscilando bastante nos diversos indicadores utilizados.

31 - Ecologia do Crime na Guanabara

Técnico Responsável: Edmundo Campos Coelho

Assistentes: Geraldo Elvio Magalhães

Mônica Maria Soares Carneiro

Lilian Martins Ferreira

**Órgão Convenente: Comissão de Estudo de Avaliação para
o Desenvolvimento Brasileiro (CEADE)**

Relatório Final: 1976

O estudo da distribuição da incidência de diversos tipos de crime no antigo estado da Guanabara e de suas taxas de crescimento no período 1970-1974 foi realizado a partir de: (1) identificação dos fatores econômicos, sociais e demográficos associados àquela incidência; e (2) da unificação da convergência da distribuição dos crimes e de seus agentes.

Para efeitos da pesquisa, foram considerados os seguintes tipos de crime: roubo; furto; homicídio e latrocínio (somados); lesão corporal dolosa; sedução, uso e tráfico de maconha e outros entorpecentes; e cheques sem fundo.

Entre outras considerações o estudo demonstrou que:

- a) no período observado, 1970-1974, os diferentes tipos de crime considerados apresentaram curvas ascendentes de incidência;
- b) roubo, homicídio e uso e tráfico de maconha e outros entorpecentes são os crimes que apresentam taxas de crescimento mais elevadas;
- c) quanto mais elevado o nível e a qualidade de vida numa região, maiores serão as taxas de incidência de crimes;
- d) dentro de cada área estudada os delitos de maior incidência são furto e lesão corporal;
- e) as áreas que mais contribuem para o total de criminosos tendem fortemente a ser as mesmas que contribuem para o total de crimes. Os coeficientes observados quanto ao total de crimes e de criminosos sugerem, aparentemente, um grau relativamente alto de superposição entre as duas distribuições;
- f) as formas mais violentas de crime estão fortemente associadas, sendo que o contexto formado pelo uso e tráfico de entorpecentes é extremamente favorável à violência física.

Dado a carência de estudos deste tipo - não foi encontrado um único trabalho similar - acredita-se que esta investigação venha a se constituir em fecundo ponto de partida para inquéritos posteriores.

32 - A Fusão: Políticas de Dispêndios

Técnico Responsável: Edmundo Campos Coelho

Assistentes: Geraldo Elvino Magalhães

Lilian Martins Ferreira

Mônica Maria Soares Carneiro

**Órgão Conveniente: Comissão de Estudo de Avaliação para
o Desenvolvimento Brasileiro (CEADE)**

Relatório Final: 1976

Através deste estudo procurou-se testar o argumento segundo o qual a política de dispêndios do novo estado do Rio de Janeiro adota, mais que uma ótica integradora, uma estratégia de mera agregação como alternativa mais viável no processo de administração da fusão.

Neste trabalho, os gastos por funções dos ex-estados foram cotejados entre si e, em segundo com os programados pelo governo do novo estado para 1976.

Embora o breve lapso de tempo decorrido desde a implantação do governo do estado do Rio de Janeiro torne a análise altamente especulativa e a deficiência de dados não permita conclusões muito detalhadas a respeito de possíveis cenários quanto à política de dispêndios do novo estado, observou-se, a título indicativo, que:

- 1) A hipótese da ótica agregadora na hierarquização dos gastos do novo estado encontra apoio nos dados.
- 2) Os níveis de dispêndio per capita do novo estado não indicam necessariamente melhor desempenho. Ou seja, não servem como indicadores de performance da administração da fusão. Deve-se contar aí a elevada participação dos recursos cedidos pelo governo Federal para viabilização do novo estado. Deduzidos estes recursos, os dispêndios per capita seriam provavelmente idênticos ou próximos aos do agregado.
- 3) Outros indicadores de desempenho, frequentemente mencionados pelo governo da fusão, deveriam ser igualmente qualificados. Neste caso estão o índice de crescimento da economia estadual (superior a 7% em 1975 e acima da média nacional em 70%) e o de crescimento na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) (da ordem de 8,5%, também em 1975). A comparação com as médias nacionais deve ser qualificada com a observação de que no parque industrial do novo estado predominam os setores tradicionais ou de retaguarda (têxtil, mobiliário, alimentício) e empresas de pequeno e médio porte. Os primeiros são menos afetados pela presente conjuntura internacional - ao contrário do que sucede, por exemplo, em São Paulo - e as empresas dependem

menos de importações e exportações. Ademais, tais índices refletem menos o desempenho agregado de uma economia integrada por efeito da fusão do que a permanência da ex-GB como polo dinâmico. Basta observar que o setor serviços participou com 5,6% na composição do índice de crescimento da economia (indústria, 1,0% e agricultura 0,4%); e só o produto do setor na ex-GB representou, em 1973, aproximadamente 51,7% do Produto Interno Bruto (PIB) correspondente aos dois ex-estados.

- 4) Se a avaliação do projeto da fusão em seu estágio atual deve ser feita em confronto com a situação que o precedeu, é inevitável a referência à precária posição do município do Rio de Janeiro. Neste ponto, a fusão transformou o segundo grande estado da Federação num município carente de recursos próprios até mesmo para sustentação dos níveis anteriores de oferta de serviços à sua população.
- 5) Reconhecida a deficiência de capital social básico no novo estado - sobretudo no ex-RJ e particularmente nos municípios os fluminenses da Região Metropolitana - a programação dos investimentos do setor público estadual para o período 1976-1979 sugere que funções sociais básicas como saúde, saneamento, habitação e educação ocupam posição secundária na escala de prioridades. Apenas 17% dos investimentos programados correspondem a estas funções (21% se somados os investimentos em segurança e educação física e desportos), segundo os dados divulgados pelo Instituto de Planejamento (IPLAN-Rio). Os investimentos econômicos respondem por 67,6% do total. Observe-se, ainda, que a programação a cargo da Fundação da Região Metropolitana (FUNDREM) responde por apenas 1,2% do total dos investimentos programados.
- 6) A análise anterior de como os dois ex-estados hierarquizaram as funções para efeitos de dispêndio, dos graus de consenso a que ambos alcançam nesta hierarquização e dos padrões típicos de crescimento das taxas de dispêndios sugerem que ambos constituem sistemas políticos distintos, com estilos decisórios próprios e mecanismos de ajuste peculiares, que refletem a existência de fronteiras não redutíveis a fatores econômico-geográficos. Como solução imposta, a fusão não elimina as diferenças - e divergências - daí

advindas. A implantação de um sistema político-administrativo centralizado num Executivo forte, com sustentação decisiva na tecnoburocracia federal, é solução artificial. A racionalidade abstrata da tecnocracia estadual desvirtua-se ao não encontrar na "irracionalidade" do jogo político o fator de ajuste de seus projetos e programas. Neste caso, é provável que o novo Rio de Janeiro projetado pela imaginação tecnocrática jamais emerja de sua dimensão meramente prospectiva. E ao invés de temporário governo da fusão venha-se a constatar a permanência da administração da agregação.

33 - Empresariado Nacional e Estado no Brasil

Técnicos Responsáveis: Eli Diniz Cerqueira
Renato Raul Boschi

Assistentes: Angela Maria de Castro Gomes
Eduardo Rodrigues Gomes
Laura de Lourdes Pessoa Xavier

Órgão Conveniente: Financiadora de Estudos e Projetos
(FINEP)

Relatório Final: 1976 (2 volumes)

Dentro do quadro de referência mais amplo das relações entre Estado e Sociedade, procurou-se caracterizar a atuação do empresariado industrial face ao Estado, em dois momentos distintos do processo de industrialização no Brasil.

A suposição geral que orientou o estudo é a de que a comparação entre dois períodos bem diferenciados da estruturação do sistema político e que correspondem a fases distintas do processo de industrialização, seria extremamente rica, não só do ponto de vista de se traçar a trajetória do sistema, como também em termos de se elucidar uma área cujo conhecimento teórico e empírico encontra-se ainda em sua infância.

As principais questões abordadas referem-se à caracterização das classes sociais e do Estado, nos dois momentos considerados, através da especificação dos mecanismos de articulação de interesses e canalização das demandas de setores empresariais selecionados, tendo em vista as estruturas formais de acesso aos centros de decisão.

O primeiro período que se estuda, de 1930 a 1945, refere-se a uma fase crucial correspondente à implantação do capitalismo industrial no país, observando-se, nesse momento, o deslocamento progressivo do eixo da economia do setor agrário-exportador para o setor urbano-industrial, processo esse que colocaria em primeiro plano a oposição indústria/agricultura, com todas as implicações daí derivadas.

No caso do Brasil, como, aliás, nos demais casos de industrialização tardia, a transição da ordem agrário-exportadora para a ordem urbano-industrial não foi conduzida por uma burguesia ideologicamente hegemônica, o que se traduz por uma tendência predominante na literatura política brasileira de visualizá-la como um grupo passivo oscilando ao sabor das iniciativas do Estado.

A pesquisa, contudo, indica que o papel político da burguesia, durante este período, foi fundamental, não apenas na definição dos rumos da sociedade brasileira na constituição do capitalismo industrial, como também na conquista de um espaço político no novo esquema de poder instaurado a partir de 1930.

Calcado num modelo democrático-liberal, em que a participação da iniciativa privada se faz em moldes pluralistas e autônomos frente à atuação do Estado, parte da literatura corrente descaracteriza o papel da burguesia industrial, na medida em que, no capitalismo autoritário, evidentemente, a vinculação dos grupos sociais com o Estado se faz de acordo com padrões totalmente distintos. Em outras palavras, na medida em que o referido modelo pressupõe um empresariado ativo e operante no exercício de pressões para a implementação de um projeto próprio de desenvolvimento, a burguesia, no contexto autoritário, é descartada como um ator político relevante. Equaciona-se, portanto, a "fraqueza" da burguesia frente ao Estado no capitalismo autoritário com sua inoperância e passividade política.

No segundo período, que se reporta às fases recentes do processo de industrialização, procurou-se avaliar o impacto da mudança do modelo político instaurado a partir de 1964 no processo econômico, detectando-se a nova correlação de forças responsável pelo conjunto das mudanças verificadas e a maneira pela qual o empresariado nacional aí se insere.

Assim como em 1930, a análise deste período se volta para o papel representado pelo empresário em vista da emergência de um novo ator, os grupos multinacionais, que imprimem ao processo econômico o seu caráter internacionalizado. Atualmente o empresariado nacional tem sua posição consolidada no cenário econômico, diversificando suas áreas de atuação paralelamente à expansão crescente das empresas estatais e estrangeiras, contrariando, em alguns sentidos, a expectativa de análises que previam a redução progressiva do espaço econômico por ele ocupado. Também neste caso, a presença de um regime autoritário caracterizado pelo papel marcante do Estado, um modelo de tipo excludente, leva a interpretações por vezes errôneas, sobre o real significado da atuação política do empresariado. Neste sentido, a pesquisa procurou demonstrar o papel, novamente ativo, que esse mesmo empresariado teve na constituição do chamado modelo burocrático autoritário.

34 - O Processo Decisório em Organizações Complexas

Técnicos Responsáveis: Maria Aparecida Alves Hime

Maria Helena Beozzo de Lima

Assistente: Maria Tereza Ramos Dias

Convênio: Programa Nacional de Treinamento de Executivos(PNTE)/Sociedade Brasileira de Instrução (SBI)/Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro(IUPERJ)

Relatório Parcial: 1976

A dimensão organizacional, em que se procura dar conta dos aspectos que se remetem à organização como contexto influenciador das decisões, e a dimensão comportamental, em que se procura apreender o processo decisório como um complexo de ações individuais, foram os focos centrais de atenção dessa pesquisa que procurou reconstituir, comparativamente, processos decisórios numa empresa pública e numa empresa privada.

No tocante à empresa privada, tentou-se reconstituir as decisões implicadas na criação de uma estrutura central de coordenação e supervisão, como parte de uma reestruturação administrativa da empresa. No caso da empresa pública, procurou-se analisar a recente reforma estatutária e administrativa, decorrente de um processo de expansão por que vem passando a empresa nos últimos três anos.

Concebido como projeto piloto, a pesquisa apresentou, como resultados iniciais, a reconstrução de dois casos de processo decisório e, no que se refere à análise dos dados, procurou-se chegar, antes que a conclusões definitivas, a sugestões para um estudo mais aprofundado envolvendo dois temas:

1 - Crescimento e burocratização

Os casos estudados sugeriram como um dos tópicos de discussão, a relação entre crescimento e burocratização na vida das organizações.

Os atores vêm a reestruturação ligada ao processo de crescimento da organização, de uma maneira próxima à de Selznick, ou seja, como uma fase muito familiar da história de vida de organizações onde, através da formalização de procedimentos, a organização reduz sua dependência sobre os atributos pessoais dos participantes por tornar a supervisão mais rotineira e por externalizar a disciplina e os incentivos.

Ao explicar a reestruturação como forma de adequar a estrutura administrativa ao crescimento da empresa, os atores utilizaram duas categorias: racionalidade e eficiência. A reestruturação empreendida seria a resposta "racional" que permitira maior "eficiência" da organização.

Por outro lado, a manutenção de antigos padrões, dado o crescimento, seria não racional e ineficiente.

O resultado do processo foi mencionado como maior "profissionalização" na empresa privada e maior "descentralização" na empresa pública, estando-se em ambos os casos diante de um aumento de burocratização com todas suas implicações.

Observou-se, ainda, que o processo atinge de maneira diversa os escalões inferiores e a elite administrativa informais. Aceita-se como hipótese que tal diferenciação poderia possibilitar às organizações passar por um processo de burocratização sem entrar no "círculo de rigidez" como previsto por Downs.

II - Condicionantes da decisão

Os casos reconstituídos mostram a decisão de reestruturar administrativamente a organização como medida corretiva concreta que sofre, principalmente, o condicionamento de dois conjuntos de variáveis consideradas cruciais: (a) a expansão realmente em curso na organização; e (b) as relações entre pessoas e grupos no interior do sistema organizacional.

O segundo conjunto permite encarar a decisão estudada como um "processo político" onde o relacionamento entre os atores é fundamental e a organização pode ser encarada como uma arena do jogo de interesses internos.

O "conflito" aparece como variável importante na visão dos atores sendo entendido como uma "crise" que leva a variar a decisão de reestruturar. O processo seguiria o esquema:

expansão → crise → decisão de reestruturar → reestruturação

Neste processo a "decisão de reestruturar" é vista como um momento, e não como um processo e a história articulada é a história da própria organização.

Pode-se, entretanto, tomar as motivações explicitadas para a mudança organizacional, da qual o discurso do informante pretende dar conta, como motivações para a decisão de mudar e analisá-las a partir daí.

Outro ponto observado se refere ao conceito de crise. Tal como os informantes a percebem pode-se dizer que crise seria uma situação de incerteza acima do limite considerado suportável para a organização; seria diante de um alto nível de incerteza que a decisão de mudar se viabilizaria. "O que mudar" e "como mudar" componente também central dessa decisão, surge da incerteza bem como dos recursos políticos disponíveis para implementar tais interpretações.

Isto leva a considerar o problema da própria definição de processo decisório, utilizada como corte dado na realidade organizacional.

Referindo-se à elaboração de políticas, Lindblom observa que embora os modelos e técnicas de decisões prescrevam uma seqüência de passos para se chegar a um resultado, tal procedimento é útil apenas para casos passíveis de programação ou quando a política geral é produto de um único indivíduo e não quando se trata de um processo de interação entre decisores ou de decisões onde a complexidade e a incerteza são seus componentes fundamentais.

Ora, se se considera que as decisões estratégicas são exatamente aquelas que se ligam a definição de políticas para a organização e, portanto, são abrangentes e interligadas, pode-se esperar que o informante não elabore um processo detalhado, sequenciado, desvinculado da estrutura de relações que caracteriza aquela organização específica. Se questionado sobre a "decisão", o decisor tende a encará-la como um momento e relatar a história da própria mudança organizacional.

III.2 - PESQUISAS EM ANDAMENTO

35 - O Processo Decisório em Organizações Complexas

Técnicos Responsáveis: Maria Aparecida Alves Hime

Maria Regina Soares de Lima

Convênio: Programa Nacional de Treinamento de Executivos(PNTE)/Sociedade Brasileira de Instrução (SBI)/Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro(IUPERJ)

Este projeto dá continuidade à pesquisa iniciada em 1975 - e já referida anteriormente - , junto a uma empresa pública e uma empresa privada, visando, em caráter exploratório, familiaridade com alguns problemas e formulação de linhas que orientassem pesquisas subsequentes e, em caráter descritivo, a montagem de dois casos sobre o processo decisório.

Com base na análise preliminar dos dados obtidos em 1975, esta fase final do projeto se propõe a desenvolver duas áreas de investigação:

1 - Análise teórica dos dados existentes:

A leitura da "descrição dos casos" apresentados no relatório preliminar da pesquisa anterior sugeriu a relevância das abordagens teóricas que consideram a organização não como um team mas como uma coalizão de participantes.

Partindo da premissa de que a reforma administrativa levada a efeito nas duas empresas pode ser vista como um momento de "resolução pessoal" do conflito, com a vitória de uma coalizão, a acomodação de alguns "atores" e a saída dos eventuais "perdedores", pretende-se (a) identificar os atores envolvidos, seus objetivos e os recursos de poder utilizados; (b) especificar as "regras do jogo" (que recursos são legítimos, em que ocasiões e para que issues), os canais de comunicação, o locus de absorção da incerteza e as coalizões existentes; e (c) considerar o impacto do ambiente externo, no sentido de restringir ou aumentar o grau de autonomia das organizações e as variáveis do ambiente interno.

2 - Implementação da decisão:

Com base na hipótese de que, em sistemas decisórios mais centralizados, os interesses divergentes só se manifestam depois de tomada a decisão, pretende-se investigar, através de novas entrevistas com os dirigentes organizacionais e com o staff técnico das instituições, os conflitos que surgem na fase de implementação da decisão.

Esta investigação poderá sugerir algumas hipóteses relevantes para o estudo da fase de implementação das decisões, área negligenciada nos estudos decisórios, uma vez que o foco tradicional da literatura organizacional se concentra na análise do processo decisório (decision making).

36 - Manual de Técnicas de Previsão

Técnico Responsável: Isabel R. O. Gómez de Souza

Consultor: Orlando Gómez de Souza

Assistente: Ari de Abreu Silva

Convênio: Programa Nacional de Treinamento de Executivos(PNTE)/Sociedade Brasileira de Instrução (SBI)/Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro(IUPERJ)

A partir dos resultados obtidos no projeto Absorção de Técnicas de Previsão no Processo Decisório Empresarial, mencionado anteriormente, objetivou-se elaborar um Manual de Técnicas de Previsão, capaz de suprir a quase total inexistência de material bibliográfico adequado à aprendizagem da análise antecipatória.

Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico que permitiu selecionar, ainda que preliminarmente, as técnicas mais utilizadas na análise prospectiva e classificá-las didaticamente, a partir de um critério de relevância.

No Manual, são estudadas as seguintes técnicas: Utopia, Cenário, Delfos, Brainstorming, Analogia Histórica, Análise de Séries Temporais Discretas, Modelos Mundiais, Análise Morfológica, Estrutura de Árvore, Teoria da Decisão, Pesquisa Operacional.

O projeto original de pesquisa previa, além da elaboração do Manual, a realização de um seminário de Análise Antecipatória, visando a capacitar e treinar recursos humanos capazes de garantir o desenvolvimento e a difusão deste tipo de conhecimento. O exame da metodologia da previsão mostrou, entretanto, a inviabilidade deste procedimento, uma vez que as diferentes técnicas observadas requerem, para sua aplicação rigorosa a estruturação de uma situação problemática, cuja simulação não é factível a curto prazo. Optou-se, portanto, pela realização de um work-shop para teste parcial do Manual e de um seminário estritamente informativo.

Como resultado destas atividades está sendo elaborado um Documento de Trabalho e está sendo realizada a revisão da versão preliminar do Manual, apresentada no seminário acima mencionado.

37 · Caracterização dos Candidatos, Alunos e Formados nos Cursos de Administração de Empresas - Replicação do Projeto de 1975

Técnico Responsável: Laura Dantas

Assistentes: Belmira Magalhães

Edda Maria Petersen Mendes

Vanda Maria Costa Aderaldo

Convênio: Programa Nacional de Treinamento de Executivos(PNTE)/Sociedade Brasileira de Instrução (SBI)/Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro(IUPERJ)

A etapa intermediária deste projeto, mencionada anteriormente, foi realizada em 1975 com o propósito de determinar o perfil de candidatos, alunos e formados dos mestrados em Administração de Empresas dos programas financiados pelo Programa Nacional de Treinamento de Executivos (PNTE).

Em prosseguimento a este trabalho, o presente projeto se propõe a trabalhar, em forma analiticamente mais complexa, os resultados das duas pesquisas anteriores a fim de:

- 1) construir um modelo preditivo para as condições de aprovação nos exames de seleção aos programas de mestrado;
- 2) examinar a população no que se refere a motivações, objetivos e expectativas em relação ao curso;
- 3) analisar o grau de convergência entre os objetivos dos mestrados e os objetivos dos mestrandos.

O acompanhamento diacrônico da população - objetivo da primeira parte do projeto - estará encerrado com a etapa 1976, o que permitirá que se obtenha o perfil longitudinal da população que se dirige aos mestrados em Administração e se verifique o grau de convergência, e suas mudanças no tempo, entre objetivos do público-aluno e das instituições.

Os dados referentes a esta etapa do trabalho serão obtidos através de questionários aplicados aos candidatos, alunos e formados dos programas de mestrado da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE-UFRJ), Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV-SP) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e de informações fornecidas pelos coordenadores dos programas.

Tendo em vista a possível próxima criação de novos centros de pós-graduação em Administração, considera-se que a implantação dos cursos poderia ser informada por este estudo, uma vez que se pretende obter, para cada instituição, a relação mestrado/mestrando/meio ambiente e uma visão conjunta das diferenças e semelhanças existentes entre os mestrados em estudo.

38 - O Desempenho do Programa Nacional de Treinamento de Executivos (PNTE) no Período 1973-1975

Técnico Responsável: Edmundo Campos Coelho

Assistentes: Geraldo Elvio Magalhães

Patrícia Amélia Tomei

Convênio: Programa Nacional de Treinamento de Executivos (PNTE) / Sociedade Brasileira de Instrução (SBI) / Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

O presente estudo, iniciado em janeiro de 1976 sob o título Os Usuários do PNTE e o Sistema de Incentivos tinha por objetivo definir o perfil do público do PNTE e estudar os padrões comportamentais e motivacionais que, dentro do contexto organizacional, determinam as conseqüências práticas do treinamento.

O levantamento realizado nos arquivos do PNTE demonstrou, entretanto, a inviabilidade da pesquisa em seus termos iniciais, e levou a uma reformulação do projeto original.

A partir desta reformulação adotou-se, como linha de trabalho, a realização de um levantamento das atividades de treinamento do PNTE no período 1973/1975, o que permitirá traçar o perfil geral do PNTE através de seus órgãos convenientes ligados diretamente às atividades de treinamento, a saber:

- . Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES)
- . Associação dos Diretores de Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento (ADECIF)
- . Centro de Desenvolvimento em Administração da Fundação João Pinheiro (CDA-FJP)
- . Centro de Pesquisas e Desenvolvimento do Programa de Desenvolvimento do Estado da Bahia (CEPED/PRODEBA)
- . Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN)
- . Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH)
- . Fundação José Augusto (FJA)
- . Fundação Catarinense do Trabalho (FUCAT)
- . Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Pesquisas Hospitalares (IPH)

- . Instituto Euvaldo Lodi (IEL)
- . Núcleo de Assistência Industrial (NAI)
- . Programa Paranaense de Treinamento de Executivos (PPTE).

Para tanto, procurou-se, inicialmente, obter informações quanto a área didática propriamente dita (cursos oferecidos no período, seus objetivos, tipos de clientela, número de participantes, carga horária, pessoal docente, data e local de realização dos cursos), e quanto a área contábil em termos de despesas e receitas segundo os órgãos em cada ano de convênio.

Os resultados desta investigação proporcionarão ao PNTE informações quanto a sua atuação e permitirão retornar ao projeto original, qual seja, levantar indicadores para a formulação da estratégia empresarial na área de recursos humanos de alto nível, e fornecer ao PNTE informações sobre sua operação através da análise de seus usuários, visando a uma melhor atuação do sistema.

O presente projeto encontra-se em fase de elaboração do relatório final.

39 - Representação e Desenvolvimento

Técnicos Responsáveis: Amaury de Souza

Peter McDonough

Philippe Converse

Assistentes: Ana Maria Aragão

Marcus Faria Figueiredo

Convênio: Universidade de Michigan/Instituto Universi
tário de Pesquisas do Rio de Janeiro(IUPERJ)

Este projeto tem dos objetivos fundamentais. O primeiro, basicamente teórico, procura estudar um modo específico de articulação das preferências de elites, seu quadro conceitual latente, o perfil de estruturação de suas atitudes e a consistência de preferências entre setores das elites. Busca, ainda, analisar proposições relativas à estrutura interna e inter-relações das elites. O segundo objetivo, é metodológico. Neste particular, o estudo busca fazer avanços ao nível de mensuração de variáveis e da análise de dados.

O questionário utilizado na pesquisa foi articulado em termos de cinco questões relativas a políticas públicas, escolhidas em função de sua atualidade e por cobrirem uma gama muito variada de preferências. Este "núcleo" analítico do questionário é complementado por questões atitudinais e de preferência estruturadas em termos do quadro conceitual implícito no "núcleo". A solução dos temas levantados por estas questões se baseou na análise de conteúdo dos principais jornais e revistas do Brasil durante o ano de 1971, sendo escolhidos aqueles que apresentaram maior frequência de citação. Os dados obtidos através deste questionário possibilitarão analisar a congruência de preferências inter e intra-elites e, portanto, o perfil das "percepções mútuas" dentro de uma elite.

Em termos gerais, espera-se que os resultados deste estudo contribuam de maneira significativa para o avanço da análise científica dos fenômenos políticos. A pesquisa está em fase de interpretação de dados, a qual vem sendo realizada no Institute for Social Research da Universidade de Michigan (Ann Arbor).

40 - Turismo e Lazer

Técnicos Responsáveis: Julio Abulafia Salinas

Renato Raul Boschi

Órgão Conveniente: Empresa Brasileira de Turismo

(EMBRATUR)

São Objetivos essenciais deste trabalho:

- a) conhecer as percepções e freqüência da população em relação às atividades de lazer desempenhadas basicamente nos montantes não compulsórios do orçamento de tempo individual (cotidiano, semanal etc.);
- b) estudar o fenômeno do turismo incorporado na agenda de lazer individual, as características e o perfil do consumidor (consumidor efetivo, potencial etc.).

As informações obtidas através de questionários, possibilitarão determinar as atividades de lazer ou que provocam estados de lazer (o lazer pode ser definido como atividade ou como estado); o tipo de participação individual desenvolvida em certas atividades; os objetivos perseguidos no seu desempenho; e a intensidade do envolvimento afetivo do indivíduo na atividade, suas aspirações e limitações na realização destas aspirações.

Procura-se, por meio deste survey, contribuir empiricamente para a elaboração de políticas capazes de gerar novos cenários e esforços alternativos para o lazer cotidiano da população, inclusive com vistas a maior promoção do turismo interno.

Os trabalhos encontram-se em fase de elaboração de relatório final.

41 - Industrialização de Áreas Rurais

Técnico Responsável: Neuma Aguiar

**Órgão Conveniente: Canadian International Development
Agency (CIDA)**

O objetivo fundamental desta pesquisa é a análise da agricultura e da indústria como um sistema integrado. O pressuposto é o de que a industrialização de produtos oriundos da área rural é afetada pela estrutura de produção da matéria prima rural. Assim, embora a introdução da tecnologia venha modificar o ritmo de produção da indústria, este depende, também, das limitações impostas pela produção agrícola.

Um primeiro esforço consistiu em delinear os tipos de organizações sociais da produção rural que geram bens para a indústria. Uma primeira tentativa de classificação indicou as seguintes modalidades: plantações com utilização do sistema de moradia; plantações com utilização de regime de parceria; cooperativas agrícolas; plantações em terras governamentais e com amplo subsídio estatal.

Os casos moradia, parceria e cooperativa, são sistemas baseados na propriedade privada da terra e das indústrias. A esfera pública influencia os componentes destes tipos através de incentivos fiscais e outras modalidades de financiamento. No caso das plantações em terra governamentais e com amplo subsídio estatal, a esfera pública atinge diretamente a propriedade e o trabalho.

Os casos de moradia e parceria diferem quanto ao tipo de controle da produção. As formas de controle são mais diretas no regime de propriedade da plantação com sistema de morador que na de regime de parceria. Nesta última, o sistema de controle da produção está mais diretamente ligado ao financiamento que à propriedade. O controle é tanto maior quanto os bens se destinem ao mercado internacional e tanto menor quanto orientados para a subsistência.

As cooperativas agrícolas representam um esforço de organização de pequenos proprietários. São importantes por que dispensam a mediação dos financiadores e a produção pode ser diretamente orientada para a indústria.

Para verificar a hipótese de que, quanto mais diferenciados os regimes de propriedade agrícola e industrial, tanto mais contínuo será o fluxo da produção industrial, mantendo constantes os efeitos da natureza, utilizamos uma estra

têgia fenomenológica a qual seguiu-se a utilização de técnicas mais sistematizadas.

O método empregado na comparação dos quatro tipos de produção agrícola para a indústria consistiu na observação sistemática de um tipo de cada caso por uma equipe que residiu no local por um período de 2 a 6 meses. Após este período, já concluído, um questionário está sendo elaborado para uma amostra de 350 casos.

42 - Recursos Humanos e Problemas Operacionais do Estado

Técnicos Responsáveis: Luciano Martins (Diretor Geral)

Mário Brockman Machado

Sérgio Abranches

Órgão Conveniente: Financiadora de Estudos e Projetos

(FINEP)

Os padrões de articulação inter-burocrática de agências vinculadas à área econômica e a configuração dos agentes do Estado enquanto estrato social ainda não foram suficientemente estudados, muito embora os dados existentes sobre a ampliação e diversificação do papel do Estado na área econômica, por incompletos que sejam, indiquem que, na última década, importantes transformações ocorreram na estrutura da regulamentação e organização da produção.

Estas transformações, aliadas à necessidade de uma reflexão conjunta sobre o papel do Estado na área econômica, a partir de uma base empírica consistente, justificam que se proceda a um balanço da experiência da última década.

O estudo foi concebido a partir de três linhas principais de investigação:

- 1) Balanço do aumento da capacidade extrativa e alocativa do Estado nos últimos 15 anos, a partir de dados já divulgados, visando destacar: (a) histórico da política fiscal no período; (b) criação de fundos especiais; (c) avaliação da participação do Estado no sistema financeiro; (d) idem da produção total e/ou valor agregado gerado pelas empresas estatais; (e) estimativa da participação das empresas estatais na inversão e na poupança globais; (f) idem da participação das empresas estatais nas importações e exportações.
- 2) Configuração, através de questionários e entrevistas qualitativas, dos agentes do Estado com atuação na área econômica enquanto estrato social.
- 3) Estudo dos padrões de interação no âmbito do aparelho do Estado e do sistema de representação de interesses, visando a destacar: (a) conceituação, para fins analíticos, de três subsectores, ou "áreas", no interior do aparelho do Estado: governo, gestão econômica e produção; (b) estatutos de relacionamento e de controles entre as diferentes agências, padrões de designação de representantes da União em empresas estatais organizadas sob forma de sociedades anônimas, processo de criação de empresas estatais; (c) padrões de subordinação/autonomia entre os distintos subsectores, no que se refere ao decision-making relativo a:

- I) programação de investimentos;
 - II) políticas de conglomeração das empresas estatais;
 - III) políticas de importação;
 - IV) políticas salariais;
 - V) políticas de joint-ventures entre empresas estatais e empresas multinacionais (estudos de caso);
- (d) políticas de representação de interesses das empresas estatais junto ao subsetor governo (estudos de caso).

Os temas acima mencionados são apenas indicativos do tipo de preocupação que anima a investigação. Não se ignora, evidentemente, a complexidade de um tal projeto. Acredita-se, entretanto, que através de estudos de caso de empresas, a gências ou problemas, seja possível, se não responder a todas as questões, pelo menos precisar perguntas e definir issues que possam servir de roteiro a futuras investigações.

As conclusões a que já se chegou estão sendo objeto de detalhado relatório final, em elaboração.

43 - Determinantes Sócio-Econômicos e Políticos de Políticas
Públicas: Um Estudo Comparado da Política Educacional

Técnico Responsável: Olavo Brasil de Lima Junior

Órgãos Patrocinadores: Programa de Estudos Conjuntos
sobre Integração Econômica Lati
no Americana (ECIEL) - Banco In
teramericano de Desenvolvimen
to (BID)

O objetivo mais importante é rever, de maneira crítica, algumas das principais abordagens à análise das políticas públicas. Discute-se a adequação dos modelos utilizados na análise comparada que, normalmente, eliminam uma série de enfoques preocupados, basicamente, com estudos de casos.

Para tanto, procurou-se, inicialmente, identificar estes modelos e, então, analisar a combinação das abordagens mais importantes e mais adequadas às preocupações teóricas do estudo.

Neste sentido, foram identificados os seguintes modelos:

- 1) Abordagem de Sistemas - que procura resumida e simplificada-mente: (1) delinear o sistema político como um todo e identificar, dentro deste sistema, o conjunto de fatores que conduzem ao surgimento de tomadas de decisão; (2) estabelecer as principais ligações entre as diferentes esferas institucionais para que se possa visualizar, em termos processuais, suas relações; e, (3) avaliar o impacto das decisões governamentais na sociedade.
- 2) Abordagem da Elite - que é, obviamente, derivada das teorias de elites.
- 3) Modelo Incrementalista - que define o tipo de processo que inspira a elaboração das políticas públicas no que se refere aos gastos públicos. Neste modelo, as políticas públicas são vistas como a continuação das atividades governamentais desenvolvidas anteriormente, com algumas alterações incrementais. Aplica-se, evidentemente, a fluxos monetários.
- 4) Institucionalismo - que encara as estruturas e instituições como variáveis independentes, determinando o tipo de políticas públicas desenvolvidas.
- 5) Abordagem de Grupo - determina que as alterações em políticas deveriam refletir as alterações no ponto de equilíbrio eventualmente atingido pelos diferentes grupos existentes e interessados na política em questão.

- 6) Racionalismo - que vê o processo decisório como forma de maximização dos objetivos sociais gerais; neste sentido, esta abordagem possui uma orientação mais normativa que as demais.

A análise comparada com base em alguns dos modelos identificados (elites, incrementalismo e modelo ecológico) permitirá comparar o impacto, nos gastos públicos, dos indicadores sócio-econômicos e variáveis políticas.

A análise comparada implica em discutir a aplicabilidade dos modelos, em função de níveis administrativos do governo, dentro de uma perspectiva de evolução histórica. Ênfase é dada à política educacional que, de certa forma, constitui o núcleo central do trabalho, e a cujos processos a atual fase de pesquisa se vem dedicando.

44 - A Organização do Trabalho Acadêmico: Um Estudo das Universidades Brasileiras e das Políticas Acadêmicas

Técnico Responsável: Edmundo Campos Coelho

Órgão Patrocinador: Fundação Ford

Esta pesquisa se refere a organização do trabalho acadêmico no Brasil e tem por objetivo:

- a) descrever como é executado o trabalho acadêmico nas universidades brasileiras;
- b) testar modelos descritivos com a finalidade de verificar suas generalidade e relevância na explicação de padrões de trabalho acadêmico no Brasil;
- c) gerar informações que possam guiar ações que visem ao aperfeiçoamento do padrão acadêmico no Brasil.

Para efeitos do presente estudo o trabalho acadêmico é definido como a conservação, discriminação e criação de conhecimentos; a organização do trabalho acadêmico, como o conjunto de condições estruturais e comportamentais que moldam o desempenho do papel acadêmico pelo professor que, por sua vez, se refere a um conjunto de expectativas comportamentais organizadas em torno de um número de atividades.

O quase total desconhecimento sobre o grau de burocratização e de autonomia universitária em assuntos tais como recrutamento, formulação de políticas financeiras e a formulação de suas próprias políticas educacionais, aliado às diferenças existentes entre as universidades produzem efeitos sobre os professores e seu desempenho que justificam o interesse em se tentar explicar a maneira pela qual estes professores universitários executam seu trabalho. Neste sentido o presente estudo diz respeito a três grupos de variáveis e seus efeitos sobre o trabalho acadêmico.

Primeiro, existem as condições organizacionais pertinentes à universidade, faculdade e departamento. Estas são condições estruturais definidas por variáveis tais como o grau de centralização, tamanho ou a complexidade da unidade.

Segundo, há o conjunto de condições denominadas de "cultura acadêmica", i.e., os valores, predisposições, preferências e opiniões dos professores quanto ao papel acadêmico e às atividades nele incorporadas; quanto ao contexto organizacional no qual este papel é desempenhado e aquelas atividades

levadas a cabo; e, quanto às pessoas que trabalham neste cenário. A cultura acadêmica incorpora ambas as imagens: a do que existe e a do que deveria existir.

Finalmente, há o conjunto de fatores chamados "comunidade acadêmica", definido neste trabalho em termos de existência, em vários graus, de organização do corpo docente como grupo coeso, com um sistema de crenças compartilhadas, um sistema de instituições para a comunicação interna e externa, e definido por normas de comportamento explícitos que visam a facilitar o trabalho coletivo e individual.

Os dados vem sendo colhidos através de técnicas de survey. Os questionários são auto-administrados, dada a natureza da população amostrada. Reitores, diretores e chefes de institutos e departamentos são solicitados a fornecer dados estatísticos e documentos oficiais sobre suas unidades. As universidades a serem amostradas serão aquelas localizadas nas capitais dos estados.

Atualmente, a pesquisa encontra-se na fase de aplicação dos questionários.

45 - Moradores de Ruas Próximas a Latifúndios e Minifúndios no Nordeste

Técnico Responsável: Neuma Aguiar

Órgão Convenente: Fundação MISEREOR

Trata-se de uma análise comparada da formação de pequenos aglomerados urbanos que proliferam junto a latifúndios e a minifúndios no Nordeste, a fim de verificar a existência de diferenças substantivas entre a situação social de residentes nas duas áreas, partindo das premissas que, quanto mais próximos de latifúndios, maior a dependência de trabalho rural e maior o isolamento dos aglomerados urbanos; e, quanto mais próximos de minifúndios, maior a diversificação de atividades e maior a relação com cidades ou aglomerações urbanas de maior porte.

O trabalho visa, ainda, a analisar o tipo de atividades efetuadas por todos os familiares das residências durante todo um ano e durante todo um dia, e aquilatar a extensão e diversificação das atividades, procurando retratar as várias combinações possíveis de relações de trabalho e de tipo de cultivo que ocorrem pela inserção em um meio urbano pequeno e pela proximidade do meio rural.

O método de trabalho empregado envolve duas etapas. Na primeira, é utilizada a observação participante, dentro de uma perspectiva fenomenológica, que tem por objetivo dar conta da complexidade da organização social do trabalho. Este trabalho etnográfico combina a observação com fotografias, procurando associar à observação e entrevistas gravadas, uma documentação visual do objeto de análise.

A segunda etapa consiste em extrair das entrevistas intensivas um questionário, utilizando o linguajar e os conceitos das populações dos pequenos aglomerados. Nesta etapa foram escolhidos cinco aglomerados urbanos, sendo dois deles situados em zona de latifúndios, isto é na região de Aiuaba, no sudoeste do estado do Ceará. Ao lado destes foram selecionados três aglomerados em zona de minifúndios, isto é, na zona do Cariri, fronteira entre os municípios de Crato e Juazeiro e de Juazeiro e Barbalha. Dentre estes foi realizada uma amostra aleatória simples de residências nos cinco arruados. O universo se compôs de 344 casas, sendo a amostragem de 57% das residências de cada povoado. Levando em consideração que houve 8 recusas, o total de residências amostradas foi de 192, sendo os dados obtidos relativos a todos os habitantes das residências, com a exceção de uma parte do questionário que foi apli-

Trata-se de uma análise comparada da formação de pequenos aglomerados urbanos que proliferam junto a latifúndios e a minifúndios no Nordeste, a fim de verificar a existência de diferenças substantivas entre a situação social de residentes nas duas áreas, partindo das premissas que, quanto mais próximos de latifúndios, maior a dependência de trabalho rural e maior o isolamento dos aglomerados urbanos; e, quanto mais próximos de minifúndios, maior a diversificação de atividades e maior a relação com cidades ou aglomerações urbanas de maior porte.

O trabalho visa, ainda, a analisar o tipo de atividades efetuadas por todos os familiares das residências durante todo um ano e durante todo um dia, e aquilatar a extensão e diversificação das atividades, procurando retratar as várias combinações possíveis de relações de trabalho e de tipo de cultivo que ocorrem pela inserção em um meio urbano pequeno e pela proximidade do meio rural.

O método de trabalho empregado envolve duas etapas. Na primeira, é utilizada a observação participante, dentro de uma perspectiva fenomenológica, que tem por objetivo dar conta da complexidade da organização social do trabalho. Este trabalho etnográfico combina a observação com fotografias, procurando associar à observação e entrevistas gravadas, uma documentação visual do objeto de análise.

A segunda etapa consiste em extrair das entrevistas intensivas um questionário, utilizando o linguajar e os conceitos das populações dos pequenos aglomerados. Nesta etapa foram escolhidos cinco aglomerados urbanos, sendo dois deles situados em zona de latifúndios, isto é na região de Aiuaba, no sudoeste do estado do Ceará. Ao lado destes foram selecionados três aglomerados em zona de minifúndios, isto é, na zona do Cariri, fronteira entre os municípios de Crato e Juazeiro e de Juazeiro e Barbalha. Dentre estes foi realizada uma amostra aleatória simples de residências nos cinco arruados. O universo se compôs de 344 casas, sendo a amostragem de 57% das residências de cada povoado. Levando em consideração que houve 8 recusas, o total de residências amostradas foi de 192, sendo os dados obtidos relativos a todos os habitantes das residências, com a exceção de uma parte do questionário que foi apli

cada aos chefes da residência, fossem estes do sexo masculino ou feminino.

A análise dos dados encontra-se em processo de elaboração. Pode-se apontar, todavia, que fornece subsídios suficientes para questionar a dicotomia proletariado/campesinato que permeia algumas das análises sociológicas, demonstrando que trabalhadores rurais podem possuir formas múltiplas de inserção no sistema produtivo do país, sendo que a classificação dos mesmos em um ou outro item da tipologia é insuficiente para dar conta da complexidade do objeto em questão.

Os dados até o momento analisados revelaram, ainda, que nem sempre os aglomerados urbanos seguem a perspectiva antes avançada de se assemelharem entre si por estarem ou próximos de latifúndios ou próximos de minifúndios. Porém, na maioria das hipóteses sobre a relação com a estrutura fundiária e o grau de isolamento do arruado, a dependência de atividades agrícolas seguiu a previsão postulada, sendo maior para os residentes próximos a latifúndios.

Os dados demonstraram, ainda, que para os moradores de aglomerados próximos a minifúndios, a sazonalidade do trabalho é mais acentuada. Para interpretar esta dupla vinculação ao sistema produtivo de acordo com a época do ano, está sendo utilizada uma modalidade de análise previamente empregada por Marcel Mauss quando aponta formas sazonais de organização social predominantes em alguns tipos de sociedades.

46 - Relações Raciais no Brasil depois da Abolição

Técnico Responsável: Carlos Hasenbalg

Órgão Patrocinador: Instituto Universitário de Pesqui
sas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

Embora a literatura sobre relações raciais no Brasil seja abundante, o grau de coerência entre as conclusões a que têm chegado os diferentes estudiosos do assunto é relativamente baixo. Esta situação é decorrente, por sua vez, da forma como tem sido conduzida a pesquisa sobre o tema: não só a maioria dos estudos tem se limitado a análise das relações raciais em âmbitos geográficos restritos, como as orientações teóricas seguidas pelas diferentes investigações - inclusive a dos projetos que contavam com o mesmo patrocinador, como foi o caso dos financiados pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) na década de 50 - foram as mais variadas, limitando a comparabilidade das conclusões atingidas.

A finalidade desta pesquisa é retomar o tema das relações raciais no Brasil, no período posterior a abolição, incorporando as perspectivas abertas pela literatura comparada mais recente sobre o tema.

A primeira parte do projeto está destinada a discussão, desde uma abordagem teórica e comparativa, das relações entre (a) escravidão e relações raciais contemporâneas; (b) raça, classe e estratificação social; e (c) raça e política. No primeiro tópico serão examinadas criticamente tanto as teorias que negam a existência de uma relação entre escravidão e relações raciais pós-escravistas, como aquelas que tendem a explicar as relações raciais contemporâneas como um legado do passado escravista. Através desta discussão, pretende-se deslindar o peso dos fatores condicionantes do passado e dos mecanismos sociais cuja razão de ser deve ser procurada na dinâmica social e econômica pós-escravista, na articulação das relações raciais contemporâneas. No segundo tópico parte-se da discussão das teorias que, ou bem reduzem a raça a termos de classe ou estratificação social, ou bem concedem uma autonomia exagerada ao fator racial, tentando-se esclarecer, a nível conceitual, o papel que a adscrição racial desempenha na alocação de posições dentro da estrutura de classes e no sistema de estratificação social - o que só pode ser feito através da explicitação das relações existentes entre o sistema de classes e o sistema de estratificação. No terceiro tópico o raciocínio passa para um plano mais substantivo, procurando-se estabelecer conexões entre os mecanismos de dominação racial e a emergência de movimentos sociais organizados em torno da identidade racial. Nesta

parte, a análise - seja da emergência ou da ausência de movimentos raciais - se desloca para fora do que é delimitado como sistema de relações raciais, na procura dos determinantes históricos e macro-estruturais da dinâmica política das relações raciais.

A segunda parte do projeto destina-se à análise empírica das desigualdades raciais no Brasil depois da abolição. A influência da escravidão nas desigualdades raciais do período pós-escravista é estudada através da forma como condicionou a localização geográfica da população branca e de cor, comprovando-se que esta última ficou concentrada nas regiões mais atrasadas do país. A análise mostra como o padrão de segregação ecológica dos grupos raciais, tal como condicionado historicamente pelo regime escravista, foi reforçado, entre 1888 e 1930, pela política de promoção da imigração européia no Sudeste do país. As desigualdades raciais nas esferas ocupacional e educacional são analisadas em termos regionais, mostrando-se como na região Sudeste, a mais desenvolvida do país, a população de cor, apesar de ter competido em condições de vantagem com o imigrante europeu, experimenta um grau relativamente menor de desigualdade que a população de cor concentrada no Brasil subdesenvolvido. Nesta parte do projeto utilizam-se fontes secundárias de dados, fundamentalmente os recenseamentos demográficos efetuados entre 1872 e 1950.

Na terceira e última parte da pesquisa é analisada a influência da raça nas inter-relações de um conjunto de variáveis de estratificação social, com a finalidade de determinar a forma de operação de mecanismos de discriminação racial. Com esse objetivo são utilizadas variáveis de nível individual, fazendo-se uma análise secundária de dados coletados através de pesquisas de survey por amostragem - principalmente os dos projetos "Representação e Desenvolvimento no Brasil" (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, 1973) e "Força de Trabalho e Desenvolvimento na Cidade de Salvador" (Centro Brasileiro de Análises e Planejamento, CEBRAP, 1971).

A versão preliminar da segunda parte do projeto, sobre desigualdades raciais no Brasil, está concluída, e as partes primeira e última estão em fase de redação final.

47 - Estratos Ocupacionais de Baixa Renda

Técnico Responsável: Luiz Antonio Machado da Silva

Órgão Convenente: Superintendência do Desenvolvimento
do Nordeste (SUDENE)

A pesquisa busca descrever e analisar as "estratêgias de vida" das populações envolvidas em atividades econômicas relacionadas às cinco ocupações que, para a cidade do Recife, concentram maior número de pessoas com remuneração igual ou inferior a dois salários mínimos regionais. Sua relevância prende-se ao fato de que a mera manipulação de dados secundários, ainda que útil, é insuficiente para o completo entendimento das condições de vida proporcionadas por estas ocupações. Neste sentido, trata-se de um estudo qualitativo que pretende, em última instância, estabelecer um diálogo com as categorias censitárias, permitindo sua reapropriação num segundo momento.

O pressuposto fundamental que orienta o encaminhamento dos trabalhos é o de que a unidade mínima de análise deve ser a "família" (household) e não o indivíduo isolado. Além disso, assume-se que a própria noção de família não pode ser imposta: não há nenhuma razão, nem empírica nem teórica, para que se assumam que todos os atores definam a unidade familiar da mesma forma. Admite-se, pois, que as estratégias pessoais de vida - isto é, sistemas concretos de comportamentos possíveis - sejam administrados não por indivíduos isolados, mas por grupos de indivíduos que se auto-definem, no limite mínimo, como "família".

Acredita-se que esta orientação permita melhor apreender como e porque, num mesmo household, certas pessoas migram e outras não, assim como certas pessoas buscam empregos regulares e outras optam pela série de atividades que se costuma englobar genericamente sob o rótulo de "biscate". Acredita-se ainda que, uma vez estabelecida a lógica da administração do emprego e migração por parte dos diferentes tipos de unidades familiares (a serem empiricamente indentificados), considerada como subjacente às "estratégias de vida", poder-se-á chegar a apreender as condições estruturais de sua vigência - isto é, as leis de população e as relações de trabalho que a determinam. Na medida em que a lógica de administração do emprego e migração não é necessariamente nem consciente nem verbalizada, as informações precisam ser coletadas tanto ao nível do discurso quanto do comportamento concreto.

De acordo com estas orientações gerais, serão selecionados bairros que, em princípio, concentrem maiores proporções de pessoas que desempenham as ocupações selecionadas. Assim, na medida em que a unidade de análise é a família, tudo levar a crer que será coberto um número razoável de casos que envolvam tais ocupações, sem que, de antemão, se defina quem, especificamente, deverá ser objeto de estudo. Garante-se, desta forma, que a posição interna na hierarquia familiar da pessoa que desempenha a ocupação que serve como objeto central de estudo seja bastante variada. Em cada um dos bairros selecionados espera-se obter de 20 a 30 histórias completas de vida de todos os membros da família, além de informações menos sistemáticas, porém abundantes, a respeito de cerca de 100 outras famílias.

Na análise dos dados, as informações obtidas a partir das considerações acima serão confrontadas com a literatura já produzida a respeito, tendo como foco central de interesse os modos de articulação entre os diferentes "sistemas produtivos" que compõem a formação social brasileira, e em particular a área metropolitana do Recife.

Segue uma lista dos temas considerados centrais na coleta de informações. Note-se que se trata de temas do interesse da pesquisa, e não de perguntas feitas aos entrevistados. Muitas vezes obtem-se informações sobre os temas centrais sem que sejam feitas perguntas diretas e específicas, assim como recebem-se informações a respeito de outros temas.

- Quais os empregos que já teve? Como os obteve?
- No caso de haver algum tipo de habilidade (especialização, qualificação) envolvido, como a aprendeu?
- Prestar muita atenção às "atividades que rendem dinheiro", mas que às vezes o próprio entrevistado não define como "emprego". (Exemplo: objetos apanhados na maré, que mais tarde são vendidos ou usados).
- Como se dão as relações entre "emprego", "nível de remuneração" e "tipo de local de moradia" (cidade grande, média, pe

quena, zona rural com suas qualificações etc.). Por exemplo: emprego qualificado em cidade pequena "rende" mais do que emprego sem qualificação em cidade grande?

(levar em consideração os temas seguintes sobre migração)

- Quando nascido no Recife, qual a relação - se existe - entre troca de emprego e mudança de bairro? Quais as mudanças de bairro, com as respectivas razões? (Notar que é importante saber, em certos casos limite, qual o fator determinante. Por exemplo: é possível, teoricamente, que a pessoa vá morar na beira da marê para ter acesso a certas coisas, tanto quanto a pessoa pode ter acesso a estas coisas porque foi morar na beira da marê por outros motivos).
- Quando migrante, que fazia no local de origem? (não é suficiente saber que trabalhava "no campo" - seria posseiro, meeiro, proprietário ou o que? em que condições?).
- Quais as razões percebidas (já que as razões reais dependem de uma análise direta do local) para sair do lugar/lugares? Qual a relação entre estas mudanças e mudanças nas situações de trabalho, se é que existe alguma relação?
- Quantos (e como) membros da família trabalhavam e/ou estudavam nesses diversos lugares?

48 - Perfil Sócio-Econômico dos Parlamentares Brasileiros (8a. Legislação)

Técnicos Responsáveis: Cesar Guimarães

Luiz Henrique Nunes Bahia

Convênio: Jornal do Brasil - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

A intenção inicial desta pesquisa foi dar um tratamento essencialmente descritivo aos dados sobre opiniões, características sócio-econômicas e aspectos da carreira política dos membros do Congresso Nacional.

Buscava-se descrever diferenças entre os dois partidos em torno de questões que constituem, afinal, o cerne do debate público no país. As diferenças entre os partidos se mostraram importantes. Em alguns casos, as semelhanças também. Em outros, as diferenças intra-partidárias se revelaram interessantes.

A pesquisa baseou-se em 352 entrevistas com deputados e senadores, realizadas no próprio Congresso, nos primeiros dez dias de funcionamento da nova legislatura. Foram entrevistados 302 deputados e 50 senadores, ou seja, cerca de 81% dos membros do Congresso: mais de dois terços do Congresso como um todo, do Senado, da Câmara de Deputados e das bancadas da Arena e do MDB em ambas as Casas. As bancadas da Arena e do MDB no Congresso são, em percentuais, respectivamente de 57,5% e de 42,5%. A amostra compreende entrevistas com 194 parlamentares do MDB, ou 44,9% do Congresso. Quanto aos partidos, tomados isoladamente, foram entrevistados 84% dos membros do MDB e 80% dos da Arena, o que faz com que as sub-amostras por partido se aproximem de um recenseamento.

A conclusão mais geral a ser tirada das informações referentes à natureza sócio-econômica dos parlamentares, seria que existe um estoque humano de instrução e experiência no Congresso brasileiro, que seguramente poderia ser melhor aproveitado no processo de elaboração legislativa, isto é, a liderança no Congresso poderá tornar-se liderança política, no sistema constitucional, se o Congresso viesse a ter funções de governo mais significativas.

A análise revelou um Congresso onde um conjunto de profissões - o Direito, principalmente, mas também as outras profissões liberais - dão a tônica da auto-identificação dos indivíduos, num mundo onde a educação é o principal fator de prestígio social na distribuição das ocupações.

As ocupações que envolvem a posse ou manipulação de certos recursos econômicos, como capital - empresários - , e terra - latifundiários - não constituem recursos de poder para o exercício de liderança. Enquanto que as ocupações liberais, ou postos na burocracia, ou a política como profissão, fazem dos parlamentares com tais origens líderes mais frequentes.

A pesquisa demonstrou ainda que, em ambos os partidos, a carreira política do tipo estritamente legislativa é determinante da permanência do parlamentar por algumas legislaturas no Congresso. Por outro lado, as carreiras do tipo misto legislativo-executivo diferenciam bem menos, revelando talvez uma certa tendência destes parlamentares para os postos executivos.

Quanto às questões político-institucionais, a pesquisa buscou identificar que tipo de revisão constitucional o presente Congresso realizaria, se seu poder constituinte pudesse ser exercido no decurso de uma política de distensão gradual. Procurou-se, em primeiro lugar, verificar a existência da aspiração revisionista-constitucional no atual Congresso e, em segundo, que aspirações ou que revisões se refletem com viabilidade de se efetuarem se a hipótese converter-se em realidade.

O exame dos dados e de suas tendências permitiu constatar que inclinações revisionistas são comuns aos congressistas da Arena e do MDB, o que permitira, por isso mesmo, uma possível proposta de emenda constitucional passível de ser aprovada por satisfazer o quorum ora constitucionalmente requerido.

Tanto a Arena quanto o MDB aspiram por prazos - no exame dos projetos de lei - relativamente maiores; por um amplo aumento de poder na prerrogativa de criação de despesas, sendo este um item dos mais importantes quanto à ordem econômica e social; e por atribuições gerais do Legislativo de maior amplitude.

Quanto ao AI-5, especificamente, o MDB mantém sua posição programática, defendendo sua revogação integral, e a Arena, apesar de menos radical, também aparece com tendências revisionistas.

No caso da ordem econômica, o Congresso e os dois partidos são francamente contra a ação das empresas multinacionais no Brasil, mas dividem-se quanto ao grau de intervenção do Estado na Economia.

A pesquisa permitiu constatar um congresso e partidos divididos quanto às grandes questões políticas e às questões econômicas, sendo possível delinear uma Arena fragmentada e o MDB um pouco mais coeso.

Um relatório preliminar serviu de base a matérias que foram publicados no Jornal do Brasil de 13-14-15 e 16 de abril de 1975. O relatório final encontra-se em adiantada fase de elaboração.

49 - Avaliação do Programa de Assistência Técnica Direta do
Sistema CEBRAE

Técnicos Responsáveis: Julio Abulafia Salinas
Laura Dantas

Assistentes: Maria do Socorro Bandeira
Ana Maria Motta Ribeiro

Convênio: Centro Brasileiro da Assistência Gerencial à
Pequena e Média Empresa (CEBRAE)/ Sociedade
Brasileira de Instrução (SBI)/ Instituto Uni-
versitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
(IUPERJ)

Trata-se de um estudo destinado a avaliar a qualidade e as características que acompanham a intervenção dos agentes do Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (CEBRAE) em suas atividades de assistência técnica à pequena e média empresa.

O estudo está sendo desenvolvido a partir de uma amostra das empresas que efetivamente têm recebido assistência técnica nos últimos dois anos, em 19 estados da federação.

Espera-se conhecer, através deste estudo, o grau de intervenção e aceitação da assistência técnica nas empresas assistidas em 1974 e 1975; as expectativas dos empresários e empresas em relação ao Sistema CEBRAE; a natureza do vínculo empresa/CEBRAE; e como as características da implementação do programa de assistência se refletem na sua avaliação.

Faz parte deste objetivo central, a obtenção de parâmetros qualitativos e quantitativos, para ampliar e aperfeiçoar o Programa de Assistência Gerencial e situá-lo como instrumento de política econômica no contexto nacional.

50 - Projeto Integrado CEBRAE: Supervisão e Consultoria

Técnicos Responsáveis: Edmundo Campos Coelho
Edson de Oliveira Nunes
Julio Abulafia Salinas
Laura Dantas

Assistentes: Luiz Henrique Bahia
Geraldo Elvio Magalhães

Consultor da Área: Edmundo Campos Coelho

Convênio: Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à
Pequena e Média Empresa (CEBRAE)/ Sociedade
Brasileira de Instrução (SBI)/ Instituto Uni
versitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
(IUPERJ)

Através da assessoria a projetos de pesquisa realizados pelo Sistema CEBRAE, procurar-se-á definir as necessidades de assistência às empresas e conhecer a predisposição dos empresários à utilização do Programa CEBRAE. Faz parte deste esforço a estimação de parâmetros necessários para instrumentar políticas estratégicas dos Agentes no contexto estadual, e servir de subsídio a diagnósticos setoriais, já realizados e que virão a ser realizados.

Neste sentido, o presente projeto foi dividido em três partes:

1. Consultoria na proposição de políticas e estratégias de pesquisa para o CEBRAE, contando de: análise de todo o material de ação do CEBRAE; contatos e entrevistas com dirigentes e técnicos do Sistema; análise da posição da CEBRAE na sua "ecologia"; e, elaboração de relatórios.
2. Supervisão da pesquisa: Perfil do pequeno e médio empresário e receptividade dos empresários do programa de assistência CEBRAE, constando de: assistência técnica na elaboração do projeto de pesquisa; elaboração de questionário; formulação do livro de código; elaboração do plano de análise das informações e os critérios de programação a serem empregados; orientação para elaboração dos relatórios finais da investigação; avaliação da participação do esforço de cada um dos técnicos; e, preparação e coordenação de encontros dos técnicos envolvidos na pesquisa.
3. Supervisão de diagnósticos realizados pelos Agentes (Centro de Assistência Gerencial/Acre, Centro de Assistência Gerencial/Mato Grosso, Núcleo de Assistência Empresarial/Rio Grande do Norte e Centro de Assistência Gerencial/Alagoas) contando de: análise dos projetos aprovados e relatórios de trabalhos já executados; elaboração e explicação do roteiro de modificações dos projetos; elaboração de roteiro e orientação para implementação de atividades complementares; discussão e análise de dados levantados e preparação e especificação do roteiro definitivo do relatório final de cada diagnóstico; e, acompanhamento e assistência técnica para as etapas de realização do relatório final.

51 - Eleições Municipais Brasileiras, 1976 (Niterói)

Técnico Responsável: Olavo Brasil de Lima Júnior

Assistentes: Ari de Abreu Silva

Franceschina Vilaro

Órgãos Patrocinadores: Fundação Ford e Instituto Un
versitário de Pesquisas do Rio
de Janeiro (IUPERJ)

Trata-se de uma pesquisa realizada simultaneamente por quatro instituições: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP/UFMG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

Será realizado um survey em Juiz de Fora, Caxias do Sul, Presidente Prudente e Niterói. Este último está sob a responsabilidade do IUPERJ e envolve entrevistas com 802 casos, antes das eleições municipais de 1976. Opiniões e atitudes a respeito da vida política brasileira, retrospectiva do voto e informações de origem sócio-econômica dos entrevistados, serão coletadas com a utilização de questionário idêntico formulado pelas quatro instituições envolvidas. Prevê-se a publicação dos resultados preliminares em órgãos da grande imprensa e a posterior divulgação do relatório final sob forma de livro.

IV - A N E X O S

IV.1 - REDE INSTITUCIONAL

Através de seus Programas de Pós-Graduação e Pesquisa o IUPERJ tem recebido apoio de diversas instituições, nacionais e internacionais. Este apoio se traduz, basicamente, pelo financiamento de pesquisas, seminários e bolsas de estudo a alunos do programa de pós-graduação do Instituto.

A relação apresentada a seguir, ainda provisória e incompleta, refere-se às instituições que, de alguma forma, têm colaborado para a consolidação das atividades do IUPERJ.

- Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
- Banco Nacional da Habitação (BNH)
- Comissão de Estudo de Alternativa para o Desenvolvimento Brasileiro (CEADE)
- Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (CEBRAE)
- Canadian International Development Agency (CIDA)
- Centre d'Étude de Politique Étrangère
- Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)
- Clube de Roma
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
- Consórcio de Estudos Urbanos (Fundação Ford)
- Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR)
- Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)
- Fundação Catarinense do Trabalho (FUCAT)
- Fundação BENEVOLENTIA
- Fundação Ford
- Fundação Getúlio Vargas (FGV)
 - Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI)
- Fundação MISEREOR
- Governo do Estado da Guanabara
 - Conselho de Desenvolvimento das Comunidades da Companhia Progresso do Estado da Guanabara (CODESCO)
 - Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara
 - Secretaria de Turismo do Estado da Guanabara
- Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI)
- International Political Science Association (IPSA)
- International Social Science Council (ISSC)
- Jornal do Brasil

- Ministério da Educação e Cultura (MEC)
 - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
 - Conselho Federal de Cultura
 - Departamento de Assuntos Universitários (DAU)
- Ministério do Interior (MINTER)
- Programa de Estudos Conjuntos sobre Integração Econômica Latinoamericana (ECIEL)
- Programa Nacional de Treinamento de Executivos (PNTE)
- Sociedade Brasileira de Instrução (SBI)
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)
- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)
- University of Michigan

IV.2 - PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIOS, ENCONTROS,

CONGRESSOS E CURSOS

Desde sua criação, o IUPERJ tem organizado e/ou participado de diversos seminários, encontros acadêmicos, conferências e cursos, nacionais e internacionais, destacando-se os que se seguem:

1. Mesa Resonda sobre Ciência Política

Realizada no Rio de Janeiro, em outubro de 1969, com a participação do International Political Science Association (IPSA) e Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).

2. Encontro do Rio de Janeiro

Realizado no Rio de Janeiro, em julho de 1971, sob o patrocínio do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e do Clube de Roma.

3. 1ª Reunião do Grupo de Estudos Políticos do CLACSO

Realizada no Rio de Janeiro, em agosto de 1971 sob o patrocínio do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) e do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

4. 1º Colóquio Franco-Brasileiro de Política Internacional

Realizado no Rio de Janeiro, em outubro de 1971, sob o patrocínio do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), em colaboração com o Centre d'Étude de Politique Étrangère.

5. Seminário sobre Indicadores Sociais do Desenvolvimento Nacional na América Latina

Realizado no Rio de Janeiro, em maio de 1972, sob o patrocínio do International Social Science Council (ISSC), Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Conjunto Universitário Cândido Mendes e Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

6. Seminário sobre Desenvolvimento e Legislativo

Realizado no Rio de Janeiro, em setembro de 1974, sob os auspícios da Sociedade Brasileira de Instrução (SBI), In

ternational Political Science Association (IPSA), Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) e financiado pela Comissão de Estudo de Alternativa para o Desenvolvimento Brasileiro (CEADE).

7. Seminário Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Realizado no Rio de Janeiro, em 1974, sob o patrocínio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação Ford.
8. Congressos do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).
Realizados em Maracaibo e Quito, em 1974 e 1975, respectivamente.
9. 8º Congresso Internacional de Sociologia
Realizado em Toronto, em 1974.
10. 11º Congresso Latino Americano de Sociologia
Realizado em 1974, em São José da Costa Rica.
11. Conferência da "Canadian Association for Latin American Studies"
Realizado em 1974, em Quito.
12. Congressos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Realizados em Recife e Belo Horizonte, em 1974 e 1975, respectivamente.
13. Conferência sobre a Crise do Desenvolvimento
Realizada em Figline-Valdarno, Itália, em 1974, sob o patrocínio do Conjunto Universitário Cândido Mendes, com o apoio da Fundação Benevolentia.
14. 1ª Reunião Internacional na América Latina sobre a Problema Envolvida no Campo da Prospectiva e Modelos Mundiais

Realizada em setembro de 1974 e organizada pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), International Social Science Council (ISSC) e Canadian International Development Agency (CIDA).

15. Seminário sobre "Future Forecast and World Models"
Realizado no Rio de Janeiro, em novembro de 1975, sob o patrocínio da Sociedade Brasileira de Instrução (SBI), Conselho Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), International Social Science Council (ISSC) e Canadian International Development Agency (CIDA).
16. Conferência sobre História e Ciências Sociais
Realizado em Campinas, em 1975.
17. Seminário Internacional de Políticas Públicas
Realizado no Rio de Janeiro, em 1975, sob o patrocínio da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP-FGV).
18. Seminário sobre Eleições e Ordem Institucional
Realizado em Belo Horizonte, em 1975, sob o patrocínio do Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP-UFMG).
19. Seminário sobre Novos Caminhos para o Desenvolvimento Autônomo do Terceiro Mundo
Realizado em Corfu, Grécia, em setembro de 1975, promovido pelo Conjunto Universitário Cândido Mendes, sob o patrocínio da Fundação Benevolentia.
20. I Curso de Métodos e Técnicas de Pesquisa
Realizado em Belo Horizonte, no período maio/agosto de 1976 e promovido pelo Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (CEBRAE).
21. II Curso de Métodos e Técnicas de Pesquisa
Realizado em Belo Horizonte, no período de setembro/novembro de 1976, promovido pelo Centro Brasileiro de Assistência à Pequena e Média Empresa (CEBRAE).

IV.3 - PESQUISAS EM FASE DE PROJETO

As pesquisas apresentadas a seguir encontram-se em fase de projeto e/ou negociação:

1 - LEGISLATIVO E ELITES NO BRASIL

Técnico Responsável: Edson de Oliveira Nunes

Procura-se estudar, através deste projeto, o Legislativo "vis-à-vis" o processo de formação e socialização de elites políticas. Supõe-se que a análise do papel do Congresso ganha relevante dimensão ao se estudar as carreiras políticas daqueles indivíduos ocupantes de posições estratégicas no governo ao longo de um corte de tempo. Nesta linha serão selecionadas para análise três tipos de posições estratégicas no sistema de implementação de políticas substantivas: governadorias, ministérios e presidência e direção de empresas públicas. A carreira política dos ocupantes destes cargos poderão desvendar padrões, ou tendências, acerca da importância das Casas Legislativas como via de acesso a postos políticos executivos da maior importância. O período analisado cobrirá duas fases distintas da política brasileira: o "antes" e o "após" 1964.

2 - ELITES PARLAMENTARES BRASILEIRAS

Técnicos Responsáveis: Luiz Henrique Bahia
Wanderley Guilherme dos Santos

A intenção do IUPERJ, nos projetos que se seguem será examinar a elite parlamentar brasileira dos últimos vinte anos, utilizando neste sentido vários testes empíricos de hipóteses articuladas quer pelos clássicos teóricos das elites, quer por observadores de vida política brasileira.

SUB-PROJETO I

O objetivo específico deste projeto é descrever uma população composta por senadores, deputados federais e estaduais, suplentes de senadores, de deputados federais e de deputados estaduais. Esta constitui a elite parlamentar que precisa ser "apresentada" à comunidade acadêmica. De cada um dos membros dessa elite, propõe-se a descrever informações tais como: nascimento político - legislatura em que o político foi eleito pela primeira vez -, se ele foi candidato ou não em cada uma das legislaturas, se foi eleito ou não, cargo para o qual foi eleito, partido ou coligação pela qual foi eleito, o estado de representação do político, o número de votos, se houve punição política ou não e quando ocorreu esta punição.

SUB-PROJETO II

Em função dos objetivos do Sub-Projeto I uma série de análises posteriores poderá ser realizada. Essas análises serão realizadas, ao nível federal, com o presente sub-projeto.

Estes estudos referem-se (1) à questão teórica que relaciona a estabilidade política e a taxa de renovação política; (2) à taxa de renovação política do sistema legislativo brasileiro; (3) à distribuição da alienação política da população eleitoral brasileira; (4) aos diferentes padrões de carreira

política para um período de sete legislaturas; (5) o número de votos de cada um dos políticos procurando-se detectar quem são os carriers, ou seja, os deputados federais que "carregam", ele gendo vários companheiros de partido; e, (6) a punição políti ca, em termos de: Quantos são os punidos? As punições atingem mais o legislativo federal ou estadual? Quantas são as punições por cada legislatura? E por partido? E por estado? etc.

SUB-PROJETO III

Este sub-projeto perseguirá os mesmos objetivos que o sub-projeto II, ressaltando-se apenas que as análises se farão ao nível de elite parlamentar estadual ou regional.

SUB-PROJETO IV

Baseado nos possíveis caminhos de pesquisa assina^l ladas por Matthews, nos estudos de Wright Mills em The Power Elite e nas informações provindas de estudos sobre elites de outros países, procurar-se-á, através deste projeto, (1) esta^l belecer os padrões de carreira ocupacional da elite parlamentar brasileira - senadores e deputados federais - para o período 1945-1974; (2) selecionar os líderes do parlamento para cada uma das legislaturas em separado ou para todas elas em conjun^l to; (3) realizar uma análise comparada entre a composição so^l cial da elite parlamentar brasileira e de outros países; e, fi^l nalmente, (4) testar a hipótese desenvolvida por Mills segundo a qual, o status e a composição de uma elite não podem ser ex^l plicados em termos dos talentos e características psicológicas dos seus membros, mas devem ser estudados no contexto da estru^l tura econômica e social de cada sociedade em particular.

3 - EMPRESÁRIO INDUSTRIAL E ESTADO: PADRÃO DE INFLUÊNCIA E FORMAS DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Técnicos Responsáveis: Eli Diniz Cerqueira
Ranato Raul Boschi

A presente pesquisa visa a aprofundar a análise da forma particular que assume as relações entre empresariado industrial e Estado no Brasil na fase atual do desenvolvimento industrial no país, dando continuidade a uma linha de estudos iniciada há um ano atrás com o projeto "Empresariado Nacional e Estado: Uma Análise Comparativa de Dois Períodos".

4 - EXPANSÃO DO ESTADO E ARTICULAÇÃO DE INTERESSES NO BRASIL:
1945-1975

Técnico Responsável: Cesar Guimarães

Dada a auto-definição da sociedade e da economia brasileira como sendo de mercado e, dada, por outro lado, a forte expansão do setor público nos últimos trinta anos, objetiva-se estudar a relação entre este setor público -, em seus vários sub-setores - e os setores empresariais privados.

A interação setor público/empresariado será estudada com base em "casos críticos" em que a diferenciação das atividades econômicas estatais mais se fez sentir, quantitativa e qualitativamente: a implantação de empresas públicas e a institucionalização, pelo governo, do uso de técnicas de planejamento.

Em seus intentos teóricos, o projeto, por meio de cuidadosa comparação de estudos de caso, visa a testar hipôteses correntes sobre a natureza da articulação de interesses, a autonomia relativa do aparato estatal e, em geral, as relações entre "Estado" e "Sociedade Civil" no plano econômico.

5 - CIRCULAÇÃO DE ELITES: AUTONOMIA E PODER DIFERENCIAL DE AGENCIAS GOVERNAMENTAIS

Técnico Responsável: Wanderley Guilherme dos Santos

Através da utilização de hipóteses derivadas da teoria das elites e da teoria das organizações, pretende-se medir a circulação de elites administrativas, a qual, conjugada com a autonomia organizacional das agências, poderá revelar o poder diferencial de órgãos governamentais.

Estima-se, que em seus resultados, a presente pesquisa propiciará:

- a) mensuração da taxa de renovação da elite administrativa federal;
- b) perfil da estabilidade administrativa federal;
- c) descrição do sistema estatal federal descentralizado segundo seus graus de autonomia, tanto do ponto de vista da sede de constitucional de subordinação e superordinação, quanto do ponto de vista da manipulação de recursos.

6 - CARACTERIZAÇÃO DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS DE ALTO NÍVEL

Técnicos Responsáveis: Julio Abulafia Salinas

Renato Raul Boschi

Tendo como foco de análise o Ministério da Agricultura, pretende-se, através deste estudo, determinar o nível de formalização existente na estrutura da administração pública.

Dentro deste quadro geral, os trabalhos serão desenvolvidos no sentido de determinar a correspondência entre o perfil "ideal" - conforme sua explicitação feita por especialistas em administração a serem entrevistados - e o perfil "real" dos administradores de alto nível, como forma de elaborar políticas destinadas a superar os hiatos ou inadequações porventura desvendadas pela investigação. A identificação dos atributos reais confrontados ao modelo ideal do administrador poderão constituir subsídios para a programação de estratégias de ação que visem ao melhor aproveitamento dos recursos humanos de alto nível na administração federal e de desenho de padrões de carreira que permitam mobilidade ascensional de indivíduos altamente qualificados.

7 - PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS DO PROJETO "ELITE ADMINISTRATIVA E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL"

Técnico Responsável: Edmundo Campos Coelho

Este projeto tem por objetivo ampliar, no tempo e no espaço, algumas informações geradas pelo projeto "Elite Administrativa e o Desenvolvimento no Brasil", realizado pelo IUPERJ em 1970, e que oferece uma descrição da elite administrativa brasileira então no comando dos principais órgãos de formulação e implementação da política econômica-financeira.

Os dados a serem analisados já se encontram registrados em livros de código e gravados em fita magnética. Pretende-se, entretanto, obter maiores informações quanto ao background social dos "reais tomadores de decisão"; a experiência na área pública e os processos de recrutamento; e a mobilidade experimentada na carreira e experiência organizacional (na área pública e privada).

8 - PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO, ESTRUTURA OCUPACIONAL E MOBILIDADE SOCIAL

Técnicos Responsáveis: Carlos Hasenbalg
Olavo Brasil de Lima Junior

Este trabalho refere-se, na realidade, a dois projetos de pesquisa a serem iniciados simultaneamente. Não obstante o fato de que os objetivos, procedimentos previstos e tipo de dados a serem levantados em cada uma das pesquisas permitem que ambos sejam considerados como processos independentes de investigação, existe tanto uma unidade técnica, quanto conexões analíticas entre seus resultados esperados.

O Sistema Educacional e Estrutura Ocupacional

Baseado na utilização de dados censitários e de outras fontes secundárias este projeto tem por objetivo:

- 1) analisar as transformações da estrutura ocupacional, induzidas pelo processo de desenvolvimento, no período de 1940-1970;
- 2) estudar, para o mesmo período, o crescimento e diferenciação do sistema educacional brasileiro, particularmente no que diz respeito ao output do mesmo, ou seja, à qualificação educacional da população em idade ativa; e
- 3) verificar os padrões de interação ao longo do período de tempo delimitado, entre o sistema educacional e a estrutura ocupacional. Trata-se, neste caso, de reconstituir as formas de adequação entre a oferta do sistema educacional e as demandas do sistema econômico, tal como manifestada nas posições abertas na estrutura ocupacional.

Educação e Mobilidade Social

Através de uma pesquisa do tipo survey a ser realizada em duas regiões metropolitanas - Rio de Janeiro e São Paulo - pretende-se analisar as relações entre educação e mobilidade social inter e intra-geracional. Com base nos dados levantados de amostras representativas da população ativa, pretende-se chegar a um conjunto de conclusões relativas aos antecedentes e consequentes da educação formal adquirida pelos indivíduos.

9 - EMPRESAS E EMPRESÁRIOS - CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DA
EMPRESA E PERCEPÇÃO DE INCERTEZA AMBIENTAL

Técnico Responsável: Renato Raul Boschi

A pesquisa pretende relacionar as características estruturais das empresas e a percepção do empresário acerca de sua relação com o meio ambiente, procurando integrar esses dois níveis de análise num quadro teórico mais amplo.

Tendo em vista a especificidade de cada um dos tópicos propostos, serão desenvolvidos sob a forma de dois sub-projetos, com base numa amostra comum, constituindo a empresa, para o primeiro sub-projeto, e o empresário, para o segundo, as respectivas unidades de análise.

Supõe-se que o comportamento do empresário esteja determinado, por um lado, pela sua tentativa de redução da incerteza ambiental (particularmente no que diz respeito a fontes de crédito e agências de normatização da economia) e, por outro, pelos próprios padrões de gestão empresarial expressos nas estruturas internas de sua organização.

Será enfatizada na análise a comparação entre setores de atividade industrial (indústrias de base e bens de capital por oposição às indústrias de transformação de bens não duráveis) e tamanho das empresas, no sentido de qualificar padrões diferenciais de organização da empresa e atuação do empresário frente às principais agências do meio ambiente.

A informação assim obtida poderá servir como um parâmetro para a adequação dos principais tipos de recursos à disposição do empresário às necessidades de sua empresa, como sejam, principalmente, os recursos humanos, financeiros e tecnológicos.

10 - RELAÇÃO ENTRE EMPRESAS E CONSULTORIAS DE ORGANIZAÇÕES:
PREMISSAS E VALORES

Análise das premissas e valores que informam os "pacotes" de programas e técnicas organizacionais oferecidas pelas firmas de consultoria à clientela de empresas. O projeto inclui, também, informações preliminares sobre o "modelo gerencial" que supostamente constitui o quadro de referência mental do empresário, assim como dados de percepção a respeito das relações empresa-consultoria tanto por parte dos consultores quanto dos próprios empresários clientes.

II - DESEMPENHO DO PROGRAMA NACIONAL DE TREINAMENTO DE EXECUTIVOS (PNTE) - 1976

Este projeto dá continuidade ao levantamento do perfil do PNTE que está sendo realizado para 1973, 1974 e 1975.

De acordo com o que foi feito no período anterior, serão estudados os órgãos que mantêm convênios com o PNTE, e seus respectivos programas de treinamento, segundo dois aspectos. O primeiro - refere-se à parte didática, abrangendo informações como: número de cursos realizados, tipo de clientela, carga horária, categoria do curso, número de professores e participantes. O segundo, informa a respeito da parte financeira - contábil dos programas, tanto no que se refere aos custos dos órgãos em cada ano, quanto ao custo direto dos cursos realizados.

12 - TREINAMENTO, MOBILIDADE E SISTEMA DE INCENTIVOS EM ORGANIZAÇÕES: USUÁRIOS DO PNTE

Parte 1: Egressos da Pós-Graduação

A intenção é verificar, para os primeiros grupos de pós-graduados dos cursos de mestrado em Administração da EAESP, COPPE e UFMG, as possibilidades que têm, em sua atividade profissional, de aplicar os conhecimentos adquiridos no mestrado. Nesse sentido, a pesquisa focalizará os pós-graduados e as organizações onde trabalham.

Como objetivos principais o projeto buscará identificar (1) em que tipo de organizações os pós-graduados atuam; (2) de que forma o contexto organizacional estimula ou inibe a aplicação de novos métodos e técnicas gerenciais e, (3) qual o impacto do curso, no que se refere a mobilidade ocupacional dos pós-graduados.

13 - TREINAMENTO, MOBILIDADE E SISTEMA DE INCENTIVOS EM ORGA
NIZAÇÕES: USUÁRIOS DO PNTE

Parte 2: Egressos de Treinamentos

O objetivo é selecionar de forma probabilística, uma amostra de usuários de curso de treinamento do PNTE, que permita chegar a informação do tipo:

- a) Os treinamentos são demandados por empresas de tipo e tamanho recorrentes?
- b) Existem faixas determinadas de executivos que são sistematicamente enviados aos treinamentos?
- c) O treinamento se associa à mobilidade na empresa?
- d) Existem as condições de estímulo, por parte das empresas, à utilização das novas técnicas sugeridas pela reciclagem?
- e) Quais são os padrões motivacionais prevalecentes?

✓ 14 - PESQUISA DE AVALIAÇÃO: ALCANCES E LIMITES

O projeto examinará a literatura referida à pesquisa de avaliação de programas e instituições de intervenção social, analisando seus alcances e limitações. Num segundo momento serão estudadas experiências concretas, avaliando as suas estratégias e seus resultados. A terceira parte do projeto, tendo em vista a multiplicação de agências e programas destinados a intervir na realidade, através de políticas de estímulo, torna-se crescentemente necessário avaliar o efeito das políticas na expectativa de (a) buscar novos cursos de ação e (b) mensurar o efeito ou os impactos produzidos. Como produto mesmo destas operações tem sido bastante aumentado o esforço na linha da pesquisa de avaliação. O esforço, contudo, defronta-se com problemas conceituais e metodológicos, além de deparar-se com questões ligadas à base inferencial para derivação de sugestões. Parece, a esta altura, ser relevante proceder-se a uma avaliação da avaliação. Neste sentido, destina-se a produzir reflexão sistematizada sobre a pesquisa de avaliação, procurando fixar sua relevância, confiabilidade, sua utilização como pauta de orientação na formulação de programas e de políticas.

15 - MANUAL DE CONCEITOS E INDICADORES ORGANIZACIONAIS

Trata-se da confecção de um segundo Volume sobre Conceitos Indicadores Organizacionais, com o objetivo de apresentar as medidas das variáveis incluídas no primeiro Manual e ao mesmo tempo de oferecer um guia metodológico que permita ao leitor uma manipulação acessível dos Procedimentos de mensuração implícitos no tratamento operacional das variáveis.

16 - ECONOMIAS ADMINISTRATIVAS DE ESCALAS EM EMPRESAS PÚBLICAS

Verificação da existência de "economias administrativas de escala" numa amostra de empresas públicas. Por esta via o projeto espera revelar o grau em que as empresas públicas operam segundo a Lei de Parkinson. Além dos efeitos do tamanho das empresas no que diz respeito à existência ou não de "economias administrativas de escala", o projeto inclui outras variáveis de estrutura, cujos efeitos aditivos serão examinados.

17 - SISTEMA ESTATAL DE SAUDE MENTAL NO BRASIL

Técnico Responsável: Neuma Aguiar

A análise das instituições psiquiátricas hospitalares inseridas no sistema público nacional que se pretende realizar enfoca o hospital como parte de uma burocracia pública apresentando um sistema de carreira funcional capaz de influenciar o tratamento dos pacientes e as práticas terapêuticas ou não, exercida pela instituição.